

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (MESTRADO) EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

PAULO ALBANO FILHO

A POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO
DE ARARAQUARA – S.P: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO PROGRAMA
MUNICIPAL BOLSA CIDADANIA

ARARAQUARA-SP

2021

PAULO ALBANO FILHO

**A POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO
DE ARARAQUARA – S.P: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO PROGRAMA
MUNICIPAL BOLSA CIDADANIA**

Dissertação apresentada para Defesa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, da Universidade de Araraquara (UNIARA), como requisito para a obtenção do título de MESTRE.

Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida

ARARAQUARA-SP

2021

NOME DO ALUNO: *Paulo Albano Filho*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Daiane Roncato Cardozo
FATEC - Tatuí



Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
UNIARA – Araraquara



Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida
UNIARA – Araraquara

Araraquara – SP, 17 de junho de 2021

A286p Albano Filho, Paulo
A política de segurança alimentar e nutricional no município de Araraquara-SP: desafios e perspectivas do programa municipal Bolsa Cidadania/Paulo Albano Filho. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2021.
186f.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida

1. Políticas públicas. 2. Programa Bolsa cidadania. 3. Segurança Alimentar e nutricional. 4. COVID-19. I. Título.

CDU 577.4

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por dar a base de tudo em minha vida e me fazer acreditar que tudo é possível com muita fé, determinação, humildade e perseverança, dando saúde e discernimento quando mais necessitei, guiando-me para os caminhos do amor, da compaixão, da verdade e da vida.

Agradeço especialmente a duas mulheres incríveis na minha vida, guerreiras e parceiras, a primeira que me deu a vida, minha mãe Anamaria Bargmann Albano, que sempre acreditou nesse sonho, ajudando com seus incentivos diários, me patrocinando financeiramente, e em segundo lugar, minha esposa, a mulher da minha vida, Ana Carolina Maluta Albano, a qual me apoiou todos os dias, cuidando de tudo e de nossos filhos para que eu pudesse me dedicar a esse objetivo de vida. Agradeço também ao meu pai, Paulo Albano, por sempre acreditar em mim.

Agradeço muito meu orientador, Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida, pela paciência, humildade e respeito em compartilhar todo o seu conhecimento e me conduzir brilhantemente nessa caminhada, me dando a oportunidade de crescer tanto no âmbito profissional quanto no pessoal, uma referência para mim, para o Brasil e para o mundo sobre o tema da Segurança Alimentar e Nutricional. Agradeço também à Daiane Roncato Cardozo, que antes deste Programa de Pós-Graduação já havia cruzado minha vida nos tempos de Coordenadoria de Economia Solidária, em 2008, em Araraquara, como estagiária, e hoje é uma referência para mim como cientista e amiga.

Agradeço a todos os professores e professoras da Pós-Graduação da UNIARA, que passaram de alguma forma pela minha formação, seja nas aulas presenciais ou online, sejam em palestras, seminários e congressos, bem como todos os funcionários da Secretaria da Pós-Graduação, que não mediram esforços em nos atender prontamente em qualquer horário.

Meus agradecimentos todos da SMADS, principalmente a Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social Jacqueline Barbosa, e todos os técnicos que contribuíram com o trabalho, Marcelo Lucas Mazeta, Celina Garrido, Moema Santana, Letícia Franceschini e não podia faltar minha querida amiga e parceria de lutas pela economia solidária Camila Capacle da CETECS.

E por fim, agradeço muito meus colegas de Pós-Graduação, que compartilharam comigo muitas, aulas, seminários, assim como muitas angústias e vitórias, fazendo parte da construção do meu sonho. Cada momento com vocês estará guardado no fundo do meu coração. Espero que nos encontremos ainda pelos caminhos da vida e possamos lembrar desses momentos com muita alegria e amor.

“Erradicar a pobreza não é um ato de caridade, é um ato de justiça”

Nelson Mandela

*“O dinheiro faz homens ricos, o conhecimento faz homens sábios, e a humildade faz grandes
homens”*

Mahatma Gandhi

“Tudo posso naquele que me fortalece”

Filipenses 4:13

RESUMO

O objetivo central desta pesquisa foi analisar a importância e a trajetória da construção histórica da agenda pública para a SAN em Araraquara, bem como a efetividade social do Programa Municipal Bolsa Cidadania, como uma política de governo local para a SAN e os potenciais entraves institucionais e organizacionais do Programa, especificamente os efeitos e as necessidades da construção de sua agenda política e as nuances de sua implantação, utilizando como ferramenta a abordagem sequencial/cíclica de políticas públicas (*policy cycle*), tendo como recorte analítico elementos relacionados à SAN e à reconstrução dessa agenda frente a pandemia da COVID-19. A pesquisa de natureza aplicada utilizou métodos descritivos, de objetivo exploratório, com abordagens qualitativas e quantitativas, desde o levantamento bibliográfico de dados secundários e primários, através de entrevistas semiestruturadas com gestores e técnicos envolvidos, bem como a análise dos dados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), aplicada pela gestão local aos beneficiários ingressantes nas primeiras fases do programa para avaliação do nível de insegurança alimentar (leve, moderado ou grave). Como principais resultados, constatou-se que o Programa Municipal Bolsa Cidadania, enquanto política de governo local, tem papel importante como elemento integrante na evolução e trajetória de construção histórica da agenda pública de SAN, conjuntamente com a rede de programas de SAN existentes no município, promovendo uma efetividade concreta aos seus beneficiários, tanto no âmbito social quanto no econômico, oportunizando novos arranjos sociais territoriais protagonizados principalmente por mulheres, através da criação de cooperativas de trabalho, além de representar um esforço do poder público em avançar na educação alimentar e nutricional, visando o consumo sustentável e a soberania alimentar de uma parcela da população do município de Araraquara.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Programa Bolsa Cidadania. Segurança Alimentar e Nutricional. COVID-19.

ABSTRACT

The central objective of this research was to analyze the importance and trajectory of the historical construction of the public agenda for the SAN in Araraquara, as well as the social effectiveness of the Municipal Bolsa Cidadania Program, as a local government policy for the SAN and the potential institutional and organizational obstacles of the Program, specifically the effects and needs of the construction of its political agenda and the nuances of its implementation, using as a tool the sequential/cyclical approach of public policies (policy cycle), having as analytical analysis elements related to the SAN and the reconstruction of this agenda in the face of the pandemic of COVID-19. The applied research used descriptive methods, with exploratory objective, with qualitative and quantitative approaches, from the bibliographic survey of secondary and primary data, through semi-structured interviews with managers and technicians involved, as well as the analysis of data from the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA), applied by local management to beneficiaries entering the first phases of the program to assess the level of food insecurity (mild, moderate or severe). As main results, it was found that the Municipal Bolsa Cidadania Program, as a local government policy, has an important role as an integral element in the evolution and trajectory of historical construction of the public agenda of SAN, together with the network of SAN programs existing in the municipality, promoting a concrete effectiveness to its beneficiaries, both in the social and economic spheres, resulting in new territorial social arrangements mainly led by women , through the creation of labor cooperatives, in addition to representing an effort of the public authorities to advance food and nutrition education, aiming at sustainable consumption and food sovereignty of a portion of the population of the municipality of Araraquara.

Keywords: Public Policies. Scholarship Citizenship. Program. Food and Nutrition Security. COVID-19.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 – Questionário da EBIA.....	27
Quadro 2 - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) - Edição 2018 – Ano Base 2016.....	32
Figura 1 – Mapa da localização dos municípios de Araraquara e São Carlos (RA12).....	30
Figura 2 - Mapa da localização dos CRAS no município de Araraquara-SP.....	35
Figura 3 - Análise de Políticas Públicas - <i>Policy Cycle</i>	39
Figura 4: Cinco eixos da SAN.....	46
Figura 5 – Rede Política de SAN no município de Araraquara-SP.....	49
Figura 6 – Desenho da gestão de Programas de SAN de Araraquara-SP em 2009.....	50
Figura 7 – Rede Política de SAN no Município de Araraquara-SP.....	52
Figura 8 – Estrutura Organizacional da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional de Araraquara (2017 –2020).....	53
Figura 9 - Estrutura Organizacional da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional e de Assistência Social de Araraquara-SP (2017 –2020).....	58
Figura 10 – Dados dos Programas Municipais de SAN de Araraquara-SP.....	62
Figura 11 - Banco Municipal de Alimentos de Araraquara-SP: preparação e embalagens à vácuo dos gêneros alimentícios.....	64
Figura 12 – Quantidade de Alimentos (Kg) distribuídos pelo Banco Municipal de Alimentos em 2018.....	65
Figura 13 – Polpa de Tomate Embalados.....	66
Figura 14 – Padaria Solidária de Araraquara-SP.....	67
Figura 15 – Alimento do PAA.....	68
Figura 16 - Cestas de hortifrutícolas do PMAIS.....	70
Figura 17 – UNISOJA Unesp e Central de Abastecimento.....	71
Figura 18 – Programa Estadual Viva Leite.....	72
Figura 19 - Restaurante Popular com os beneficiários e cardápio semanal (2012).....	73
Figura 20 – Unidade Bom Prato de Araraquara-SP.....	75
Figura 21 – Jantar servido na Unidade Bom Prato de Araraquara-SP.....	75
Figura 22 - Moradores Jardim São Rafael: primeira colheita na horta comunitária.....	77
Figura 23 - Audiência Pública sobre o Programa Municipal Bolsa Cidadania.....	78
Figura 24 – Recursos públicos na função assistência social e taxa de pobreza multidimensional crônica no Brasil de 2002 a 2004.....	79

Figura 25 - Recebimento do Cartão Bolsa Cidadania pela beneficiária Edjane Cristina.....	81
Figura 26 - CadÚnico de Araraquara-SP.....	82
Figura 27 – Famílias no CadÚnico/PBF de Araraquara-SP (quadro).....	82
Figura 28 – Famílias no CadÚnico/PBF de Araraquara-SP (gráfico).....	83
Figura 29 – Gestão de Condicionalidades.....	83
Figura 30 – BPC em Araraquara-SP.....	84
Figura 31 - Estado nutricional de crianças de 0 a 5 anos no município de Araraquara, no Estado de São Paulo e na Região Sudeste no ano de 2016.....	86
Figura 32 - Estado nutricional de adolescentes no município de Araraquara, no Estado de São Paulo e na Região Sudeste no ano de 2016.....	87
Figura 33 - Estado nutricional de adultos no município de Araraquara, no Estado de São Paulo e na Região Sudeste no ano de 2016.....	88
Figura 34 - Estado nutricional de idosos no município de Araraquara, no Estado de São Paulo e na Região Sudeste no ano de 2016.....	89
Figura 35 - Estado nutricional de gestantes no município de Araraquara, no Estado de São Paulo e na Região Sudeste no ano de 2016.....	89
Figura 36 – Estrutura de gestão e operação do Programa Municipal Bolsa Cidadania.....	93
Figura 37 – Estrutura dos eixos do Programa Municipal Bolsa Cidadania.....	94
Figura 38 - Reunião com os Beneficiários do Programa Municipal Bolsa Cidadania sobre o cooperativismo.....	95
Figura 39 - Palestras orientam beneficiários do Programa Municipal Bolsa Cidadania.....	97
Figura 40 – Beneficiários do Programa Municipal Bolsa Cidadania.....	99
Figura 41 - Beneficiário do Programa Municipal Bolsa Cidadania passará por uma avaliação nutricional através de um questionário.....	102
Figura 42 - Bolsa Cidadania chega a 342 famílias beneficiadas.....	102
Figura 43 - Bolsa Cidadania chega a 516 famílias beneficiadas em Araraquara.....	103
Figura 44 - Perfil dos beneficiários do Programa Municipal Bolsa Cidadania.....	104
Figura 45 - Distribuição de Mulheres por faixa etária.....	105
Figura 46 - Distribuição de Homens por faixa etária.....	105
Figura 47 - Distribuição por Cor/Raça.....	119
Figura 48 – Níveis de (In) Segurança Alimentar no município de Araraquara da Turma 1.....	109
Figura 49 – Níveis de (In) Segurança Alimentar no município de Araraquara da Turma 2.....	110
Figura 50 – Planejamento Orçamentário – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.....	113
Figura 51 - Programa Municipal de Agricultura de Interesse Social (PMAIS).....	119

Figura 52 - Programa Municipal de Incentivo à Inclusão Social (PIIS).....	119
Figura 53 – Estrutura das metas e objetivos do Programa Municipal Bolsa Cidadania em relação aos beneficiários.....	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificação dos níveis de IA.....	28
Tabela 2 - IDHM e seus componentes – Araraquara-SP.....	32
Tabela 3 - Renda, Pobreza e Desigualdade – Araraquara-SP.....	33
Tabela 4 - Vulnerabilidade social no município de Araraquara.....	33
Tabela 5 - Porcentagem de respostas aos questionários do EBIA da Turma 1 em relação aos níveis de (In) Segurança Alimentar.....	109
Tabela 6 – Porcentagem de respostas aos questionários do EBIA da Turma 2 em relação aos níveis de (In) Segurança Alimentar.....	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACESSUAS	Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
ATER	Assistência técnica e extensão rural
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAISAN	Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional
CDI	Centro Dia do Idoso
CEDIR	Centro de Desenvolvimento e Integração Rural
CENTRO POP	Centro de População em Situação de Rua
CETECS	Coordenadoria Executiva do Trabalho e de Economia Criativa e Solidária
CF	Constituição Federal
CIBRAZEN	Companhia Brasileira de Armazenamento
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CMSAN	Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CMSANDRS	Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
COMSAN	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
COVID19	Coronavirus Disease 2019
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DAAE	Departamento Autônomo de Água e Esgoto
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DRS	Desenvolvimento Rural Sustentável
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
EBIA	Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar

Espaço Kaparaó	Centro de Capacitação Profissional e Social
ETEC	Escola Técnica Estadual
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas
FCM	Faculdade de Ciências Médicas
FJP	Fundação João Pinheiro
FEAGRI	Faculdade de Engenharia Agrícola
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GASPA	Grupo de Apoio aos Portadores de HIV
GF	Governo Federal
IA	Insegurança Alimentar
IAG	Insegurança Alimentar Grave
IAL	Insegurança Alimentar Leve
IAM	Insegurança Alimentar Moderada
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ILPIS	Instituições de longa permanência para os idosos
IMC	Índice de Massa Corporal
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INN	Instituto Nacional de Nutrição
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INSAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECS	Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISA	Índice de segurança alimentar
ITA	Instituto de Tecnologia Alimentar
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LOSAN	Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MEC	Ministério da Educação
MEI	Microempreendedores Individuais
MS	Ministério da Saúde
NEAN	Núcleo de Educação Alimentar e Nutricional
NEPECS	Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania da UNESP/FCLAr)
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PAS	Produção Agropecuária Sustentável
PAT	Posto de Atendimento ao Trabalhador
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PBC	Programa Bolsa Cidadania
PBF	Programa Bolsa Família
PCF	Programa Criança Feliz
PFFZR	Programa Federal Fome Zero
PIB	Produto Interno Bruto
PIIS	Programa de Incentivo à Inclusão Social
PLAMSAN/DRS	Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/ Desenvolvimento Rural Sustentável
PMAIS	Programa Municipal da Agricultura de Interesse Social
PMSAN	Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
PRTM	Programa Municipal Territórios em Rede
PMVA	Programa Município Verde Azul
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Plano Nacional de Alimentação e Nutrição
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNLCC	Programa Nacional de Leite para Crianças Carentes
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
PROMAIP	Casa de Abrigo para crianças e adolescentes
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
PSF	Programa Saúde da Família
PT	Partido dos Trabalhadores
RAC	Região Administrativa Central
RECANTO FELIZ	República de Idosos
SA	Segurança Alimentar
SAN	Segurança Alimentar Nutricional
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDS	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SES	Secretaria Estadual de Saúde
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Araraquara
SP	São Paulo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUNAB	Superintendência Nacional do Abastecimento
STAN	Serviço Técnico de Alimentação Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
TAFE	Taxa de acompanhamento de frequência escolar
TCR	Transferência Condicionada de Renda
UBS	Unidade Básica de Saúde

UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMs	Unidade Fiscal Municipal
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UI	Unidades Intermediadoras
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNIARA	Universidade de Araraquara
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNISOJA	Programa de Produção de Leite de Soja da Unesp
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária Regional de Chapecó
VIGITEL	Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por
Inquérito Telefônico	
VILA DIGNIDADE	República de Idosos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 CONTORNOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	27
2.1 Métodos e caminhos da pesquisa.....	27
2.2 Entrevistas semiestruturadas.....	29
2.3 Caracterização do universo empírico: Araraquara-SP	31
3 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS E POLÍTICAS DE SAN.....	40
3.1 Aspectos conceituais e o ciclo de políticas públicas (<i>policy cycle</i>)	40
3.2 Políticas públicas de SAN no Brasil.....	46
4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAN EM ARARAQUARA-SP	53
4.1. Breve histórico	53
4.2 Articulação do SUAS e do SISAN no município de Araraquara-SP	60
4.3 O PLAMSAN/DRS de Araraquara-SP (2018-2021): princípios para sua construção	64
4.3.1 Intersetorialidade.....	64
4.3.2 Soberania alimentar	65
4.3.3 Participação e controle social	66
4.4 Caracterização dos programas de SAN de Araraquara-SP	67
4.4.1 Banco Municipal de Alimentos.....	69
4.4.2 Processamento de alimentos.....	72
4.4.3 Padaria Solidária Municipal.....	73
4.4.4 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	74
4.4.5 Programa Municipal de Agricultura de Interesse Social – PMAIS.....	77
4.4.6 Produção de Leite de Soja.....	79
4.4.7 Programa Estadual Viva Leite.....	81
4.4.8 Restaurantes Populares	83
4.4.9 Programa Estadual Bom Prato	84
4.4.10 Programa Municipal de Hortas Urbanas Comunitárias.....	87
4.4.11 Programa Municipal Bolsa Cidadania.....	89
5 DIAGNÓSTICO SOCIAL DA SITUAÇÃO DE SAN EM ARARAQUARA-SP.....	94
5.1 O diagnóstico por meio do Programa Territórios em Rede	94
5.2 Dados do estado nutricional (SISVAN) no município de Araraquara - PLAMSAN/DRS (2018-2021)	97
5.3 Processos permanentes de EAN - PLAMSAN/DRS (2018-2021).....	103

6 O PROGRAMA MUNICIPAL BOLSA CIDADANIA DE ARARAQUARA-SP.....	106
6.1 Eixos estruturantes: a construção da agenda	106
6.2 Análise dos dados da EBIA do Programa Municipal Bolsa Cidadania	125
6.3 O Financiamento do Programa Municipal Bolsa Cidadania	127
6.4 O Programa Municipal Bolsa Cidadania no contexto da pandemia da COVID-19	130
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS.....	144
Anexo	154
Anexo A – Questionário adaptado da EBIA – Programa Municipal Bolsa Cidadania	154
Anexo B – Roteiros das entrevistas semiestruturadas à equipe gestora local do Programa Municipal Bolsa Cidadania em Araraquara-SP	158
Anexo C - Endereços, telefones e os bairros de abrangência da SMADS, Coordenadoria Executiva e Gerência de Abastecimento e SAN e dos CRAS de Araraquara/SP	172
Anexo D – Relação dos Decretos, Instruções, Leis, Medidas Provisórias, Portarias e Resoluções do Programa Municipal Bolsa Cidadania.....	179
Anexo E - Modelo de Ficha de Indicação para o Programa Municipal Bolsa Cidadania.....	180
Anexo F - Autorização da SMADS de Araraquara/SP	184
Anexo G -Modelo do Termo de Consentimento livre e Esclarecido.....	185

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, após a década de 1990, a agenda das políticas públicas de proteção social, combate à pobreza e promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional (SAN) tem incorporado o debate sobre os programas de transferência condicionada de renda (TCR). Alguns dos maiores problemas na dimensão dessas políticas públicas são a eficiência, a eficácia e a continuidade (BORGES, 2014). Outro aspecto apontado por Almeida (2008) é se estes programas representam casos concretos, se terão duração apenas por um determinado período ou ainda, se são apenas instrumentos sem políticas e políticas com instrumentos ineficazes.

De acordo com Traldi (2011), com base na pesquisa do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE (2008), a articulação de programas de SAN com programas de transferência de renda fornecem subsídios importantes para uma reflexão profunda sobre os programas e a proposição de políticas públicas voltadas para a garantia do direito humano à alimentação adequada (DHAA) e emancipação das famílias brasileiras mais vulneráveis à fome, como: reforço aos programas de SAN; articulação e ampliação das ações de fortalecimento da agricultura familiar; implementação de programas direcionados para a educação alimentar dos beneficiários; ampliação da alimentação escolar para o ensino médio e intensificação das políticas de assistência social entre as famílias beneficiadas, buscando sua integração com ações complementares capazes de melhorar suas condições de saúde e educação.

A alimentação adequada e saudável é um direito humano básico que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo e que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais; ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis (JAIME et al., 2014).

Segundo o IBASE (2008), a compreensão do perfil de pobreza e de SAN das famílias, bem como as modificações provenientes da ampliação de acesso aos alimentos e aos demais bens públicos é uma tarefa que exige a abordagem de múltiplas dimensões, isso por que a SAN, é um conceito em permanente construção. A questão alimentar e nutricional está relacionada com os mais diferentes tipos de interesses e essa concepção, na realidade, ainda é assunto em debate por diversos segmentos da sociedade no Brasil e no mundo. Além disso, o conceito evolui na medida em que avança a história da humanidade e alteram-se a organização social e

as relações de poder em uma sociedade. A alimentação é multideterminada¹, e que, portanto, as ações e políticas para promover uma alimentação adequada e saudável a todos, que inclua as dimensões e princípios da Segurança Alimentar e Nutricional, devem incidir sobre diversas áreas e setores da sociedade (VALENTE,2002, p.40)

O Brasil nesse quesito inovou com políticas públicas universais que respeitam a diversidade, formuladas e monitoradas com participação social em espaços de concertação entre o governo e sociedade civil, como a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN (BRASIL, 2010), além de políticas públicas direcionadas prioritariamente às famílias de baixa renda, tais como: políticas de valorização real do salário mínimo, a ampliação do acesso ao trabalho, a transferência direta de renda como o Programa Bolsa Família (PBF)², a previdência social como o Benefício de Prestação Continuada (BPC)³, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, dentre outras, contribuíram para a ampliação do acesso a alimentos e direitos sociais, conforme comprova a evolução dos indicadores sociais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2015).

Em relação à questão da SAN no Brasil, esta deve ser entendida como um campo complexo que articula um conjunto de dimensões não lineares e não concorrentes para a organização de um sistema agroalimentar social e ambientalmente justo, que dialoga com o sistema de produção, abastecimento, comercialização de alimentos e, ainda, com os determinantes do consumo alimentar. Na prática, significa abordar de maneira articulada temas como a soberania alimentar⁴, reforma agrária, agroecologia, agrobiodiversidade, etnodesenvolvimento, sociobiodiversidade, saúde, nutrição, educação, incluindo a perspectiva de gênero, étnica e geracional. O DHAA, portanto, está ligado à vida, à existência do cidadão

¹ Os fatores que determinam nossa alimentação e hábitos alimentares são muitos e de diferentes naturezas (econômica, psicossocial, ética, política, cultural, etc.). Cada um desses fatores pode promover a segurança alimentar e nutricional ou dificultar o seu alcance por determinada população.

² O Bolsa Família foi criado pela Lei n. 10.836/2004, sendo um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o Brasil.

³ O BPC é um benefício criado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei n. 8.742/1993, e tem por objetivo principal amparar pessoas à margem da sociedade e que não podem prover seu sustento.

⁴ Soberania Alimentar: Cada país tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda população, de acordo com o Conselho Nacional de segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA (BRASIL, 2006). O CONSEA é um órgão de assessoramento imediato à Presidência da República, que integra o SISAN. É composto por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais. A presidência é exercida por um representante da sociedade civil, indicado entre os seus membros e designado pela Presidência da República. É um espaço institucional para o controle social e participação da sociedade na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de SAN, com vistas a promover a realização progressiva do DHAA, em regime de colaboração com as demais instâncias do SISAN. Recriado em 2003, o Conselho tem caráter consultivo. Compete ao CONSEA, dentre outras atribuições, propor à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) com base nas deliberações das Conferências Nacionais de SAN.

e é um direito natural que não consta na legislação, mas é assegurado pela Lei nº 11.346, com a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, no art. 1º (BRASIL, 2006):

Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional SISAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2006).

A saída do Brasil do Mapa Mundial da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU)⁵, em 2016, foi uma conquista da sociedade brasileira, consequência direta dos esforços do Governo Federal (GF) e da sociedade civil, ancorada na decisão política de priorizar a soberania e a SAN e o DHAA na agenda pública. Contudo, o cenário político e econômico atual já apresenta ameaças e retrocessos sociais concretos, que têm repercussão direta na soberania e SAN do Brasil. O desemprego afeta 12 milhões de pessoas, segundo o IBGE (2019)⁶, a renda cai mais entre as pessoas mais pobres, a violência aumenta, os serviços públicos se deterioram, as políticas públicas universais estão em questionamento. Como afirmam Menezes e Januzzi (2018):

Em 2015 parece haver a sinalização de que esse ciclo se interrompe e, em 2016, com os dados recém-divulgados pela PNAD Contínua, assiste-se a um agudo empobrecimento de parte da população, retrocedendo a patamares que tinham sido superados. É muito preocupante que, no que diz respeito à extrema pobreza, o Brasil voltou, em apenas dois anos, ao número de pessoas registradas dez anos antes, em 2006. Entre 2014 e 2016 o aumento desse contingente foi de 93%, passando de 5,1 milhões para 10 milhões de pessoas. Em relação aos pobres, o patamar de 2016 – 21 milhões – é o equivalente ao de oito anos antes, em 2008, e cerca de 53% acima do menor nível alcançado no país, de 14 milhões, em 2014. Entre tantas consequências, o espectro da fome, que havia sido superado nesse período, como constatou a FAO, pode estar voltando com maior rapidez do que se possa imaginar.

Vale pontuar, que os compromissos assumidos pelo GF desde 2003, ao objetivar o combate à fome e à miséria no país, trilharam a construção da agenda da SAN enquanto uma política de Estado, num amplo processo intersetorial e com participação da sociedade civil, definindo os marcos legais e institucionais dessa agenda, como a criação do SISAN; a recriação do CONSEA; a instalação da CAISAN; e a elaboração do PLANSAN 2012-2015.

⁵ A FAO/ONU é uma agência especializada que trabalha no combate à fome e à pobreza por meio da melhoria da SAN e do desenvolvimento agrícola.

⁶ Segundo dados da PNADC do IBGE, no trimestre julho-setembro de 2019, haviam aproximadamente 13 milhões de pessoas desocupadas no Brasil. Este contingente representou aumento de 3,8% (437 mil pessoas) frente ao trimestre abril-junho de 2016.

Para dar concretude a essa política ao conjunto de dimensões que compõem a SAN, destaca-se o SISAN⁷, o qual foi proposto a partir de dois princípios estruturais: a intersetorialidade e a participação social. Além disso, o Sistema requer forte engajamento político dos setores e atores sociais que compõem sua agenda e pressupõe a atuação conjunta das três esferas de governo (União, Estados e Municípios) e das organizações da sociedade civil na formulação e implementação de políticas e ações de combate à fome, de promoção da SAN e de garantia do DHAA. Pode-se afirmar que, desde a sua criação, avanços legais e institucionais têm garantido a sua construção como estrutura responsável pela implementação e gestão participativa da PNSAN em âmbito federal, estadual e municipal. Esta construção se dá de forma paulatina, em trabalho contínuo de dedicação, articulação e priorização política dos setores envolvidos.

Em relação à realização do DHAA, é necessária a adoção de políticas e estratégias sustentáveis de produção, desde a distribuição, acesso, consumo de alimentos seguros e de qualidade, bem como a promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável em todos os níveis federativos, ainda mais em tempos de pandemia causada pela COVID-19⁸. A importância do Estado em agir de forma ágil e priorizando as populações mais vulneráveis, o acesso físico ou econômico aos alimentos deve se dar de maneira ainda mais direta, por meio de ações emergenciais do Estado em conjunto com a sociedade civil organizada, garantindo o isolamento social necessário. Cabe ao Estado, portanto, assegurar que seus órgãos não violem esse direito; agir para que outros sujeitos, grupos ou entidades não interfiram na concretização desse direito, promovendo as condições para que todos possam se alimentar com dignidade e prover alimentos a indivíduos que não consigam obtê-los por conta própria, seja através de cestas básicas, kits de alimentos ou programas locais de SAN, como o Programa Municipal Bolsa Cidadania do município de Araraquara-SP, uma política de governo adotada para combater a exclusão social com o objetivo de aumentar o acesso e o consumo sustentável de alimentos a uma parcela da população.

É grande, portanto, o desafio que ora se coloca de construção de programas de SAN, principalmente em âmbito municipal, que deve ter papel integrador e articulador de ações descentralizadas e independentes, conforme os princípios e diretrizes estabelecidos pela

⁷ O SISAN foi instituído pela LOSAN n.º 11.346/2006, com o objetivo de assegurar o DHAA.

⁸ A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (WHO/OMS), a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório.

LOSAN (BRASIL, 2006). Equidade, diversidade, sustentabilidade, soberania alimentar, participação e controle social, descentralização e intersetorialidade são outros princípios e diretrizes que deverão ser respeitados (PINHEIRO, 2008).

A LOSAN (BRASIL, 2006) define SAN, em seu art. 3º:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e, que seja; ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável.

A LOSAN trouxe um importante avanço ao considerar a promoção e garantia do DHAA como objetivo e meta da PNSAN. No conceito de SAN, consideram-se dois elementos distintos e complementares: as dimensões alimentar e nutricional (LEÃO, 2013).

A dimensão alimentar refere-se à produção e disponibilidade de alimentos, que devem ser:

- a) Suficientes e adequadas para atender a demanda da população, em termos de quantidade e qualidade;
- b) Estáveis e continuadas para garantir a oferta permanente, neutralizando as flutuações sazonais;
- c) Autônomas para que se alcance a autossuficiência nacional nos alimentos básicos;
- d) Equitativas para garantir o acesso universal às necessidades nutricionais adequadas, haja vista manter ou recuperar a saúde nas etapas do curso da vida e nos diferentes grupos da população;
- e) Sustentável do ponto de vista agroecológico, social, econômico e cultural, com vistas a assegurar a SAN das próximas gerações.

A dimensão nutricional incorpora as relações entre o ser humano e o alimento, implicando em:

- a) Disponibilidade de alimentos saudáveis;
- b) Preparo dos alimentos com técnicas que preservem o seu valor nutricional e sanitário;
- c) Consumo alimentar adequado e saudável para cada fase do ciclo da vida;
- d) Condições de promoção da saúde, da higiene e de uma vida saudável para melhorar e garantir a adequada utilização biológica dos alimentos consumidos;
- e) Condições de promoção de cuidados com a própria saúde, com a saúde da família e da comunidade;

- f) Direito à saúde, com o acesso aos serviços de saúde garantido de forma oportuna e resolutiva;
- g) Prevenção e controle dos determinantes que interferem na saúde e nutrição, tais como as condições psicossociais, econômicas, culturais e ambientais;
- h) Boas oportunidades para o desenvolvimento pessoal e social no local em que se vive e se trabalha.

A Organização Mundial de Saúde (WHO/OMS)⁹ aconselha a ingestão de 400 gramas de frutas e hortaliças por dia, mas os brasileiros ainda estão muito longe desse nível. Conforme a Pesquisa de Orçamento Familiar - POF de 2008 (IBGE, 2011), o consumo médio no país foi de 153,3 gramas, considerando-se apenas o ingerido nos lares. Os europeus consumiram em tal ano mais que o triplo, em média, 372 gramas de hortaliças e 212 gramas de frutas por dia, segundo dados da FAO/ONU. Nos Estados Unidos, o consumo médio per capita também é bem maior que o dos brasileiros: 160 gramas de frutas frescas e 232 gramas de hortaliças frescas por dia, segundo dados de 2010 publicados pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (JULIÃO; SÁBIO; GALESKAS, 2012).

Essa diferença entre o consumo médio das populações está atrelada a fatores como renda per capita e hábitos alimentares. Além disso, existem na Europa e nos Estados Unidos iniciativas tanto do governo quanto da cadeia de produção que incentivam o consumo desses produtos. No Brasil, ainda são poucas as campanhas que visam a promover o consumo de frutas e hortaliças. Por outro lado, surgem cada vez mais alimentos industrializados prontos para o consumo com elevadas taxas de sal, açúcares e gorduras, para os quais grandes investimentos em marketing são realizados pela iniciativa privada (JULIÃO; SÁBIO; GALESKAS, 2012).

Com vistas a alcançar este padrão alimentar mencionado com equidade para a população de maneira geral, Almeida e Paulillo (2005, p.30) afirmam que o espaço local é, por princípio, aquele em que devem ocorrer as políticas públicas de SAN, para os autores, organizações locais e políticas participativas terão maiores condições de promover a inclusão social, já que o desenvolvimento da SAN se dá a partir de “novos valores socialmente construídos e compartilhados”. Nessa perspectiva, Almeida (2008, p.159) afirma ainda que a articulação entre as dimensões territorial e organizacional da segurança alimentar é importante, embora muitos especialistas duvidem de uma articulação de êxito entre ações de desenvolvimento local (mais

⁹ A OMS surgiu com a proposta de cuidar de questões relacionadas com a saúde global. Essa agência especializada das Nações Unidas foi fundada em 7 de abril de 1948, quando seus estatutos foram ratificados. Atualmente, mais de 7000 pessoas trabalham em 150 escritórios em diferentes países, em seis escritórios regionais e na sede, em Genebra.

estruturais, de médio e longo prazo) e ações emergenciais de combate à fome e desnutrição (imediatas, mais de curto prazo)

O sucesso das políticas de SAN, especificamente do Programa Municipal Bolsa Cidadania implantado no município de Araraquara-SP, objeto de análise desta dissertação, vai depender dessa forma, da eficácia com que arranjos locais e regionais serão estabelecidos entre o poder público e a sociedade, no que tange suas tensões, constrangimentos, desafios e perspectivas.

A necessidade de implantação do Programa Municipal Bolsa Cidadania na agenda política de Araraquara-SP seu deu pela urgência de respostas em relação aos dados obtidos através do diagnóstico realizado pelo Programa Municipal Territórios em Rede¹⁰, que identificou um alto número de famílias em situação de extrema pobreza e pobreza, sem acesso a uma alimentação regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, bem como, muitas famílias sem acesso a trabalho e renda, principalmente, em bairros mais vulneráveis. De acordo com a Gestora do Programa Territórios em Rede a psicóloga Celina Garrido, o principal intuito da criação do Programa está em otimizar recursos e atendimentos já presentes nos territórios prioritários e promover a articulação dos serviços que já existem e muitas vezes não dialogam, e assim, promover o atendimento integral às famílias sem duplicidade de ações e omissões.

Vale destacar que a agenda política no município de Araraquara em relação a SAN vem sendo construída ao longo de sua história, através da continuidade e descontinuidade de suas políticas públicas, tensões, entraves e desafios para sua consolidação e implementação, nesse sentido o Programa Municipal Bolsa Cidadania, enquanto uma política de governo, entra na agenda pública do município de Araraquara-SP, para o enfrentamento desses problemas e entraves identificados em relação à SAN e à inclusão produtiva.

Dentro desse contexto teórico e metodológico, o presente trabalho buscou oferecer subsídios à reflexão crítica da ação, a importância da construção e evolução histórica da agenda pública para a SAN em Araraquara, bem como a avaliação da efetividade social do Programa Municipal Bolsa Cidadania enquanto uma política de governo, considerando que existe uma

¹⁰ O Programa Territórios em Rede foi implantado em junho de 2018 e consiste num programa de Desenvolvimento Territorial que tem como foco a articulação e fortalecimento da rede intersetorial de Proteção Social. O Programa se divide em 4 eixos principais: mobilização, articulação, formação e desenvolvimento territorial, atuando em 6 territórios prioritários, assim definidos devido aos altos índices de vulnerabilidade social. Os territórios compreendem as regiões do Jardim Cruzeiro do Sul, São Rafael, CECAP/Iguatemi (Oitis), Hortênsias, Parque São Paulo e Valle Verde, que juntos abrangem mais de 75 mil pessoas (cerca de 33% da população estimada de Araraquara), sendo que do total de famílias inscritas no CadÚnico, 46,65% residem nessas localidades e 47 % estão em idade de 18 a 59 anos, com a faixa de renda familiar entre meio a um salário mínimo, predominantemente. A respeito deste programa, ver também Cardozo *et al.* (2018).

lacuna sobre estudos relacionados à efetividade de programas municipais de transferência de renda voltados principalmente à insegurança alimentar e nutricional (INSAN) enquanto políticas públicas que impactam diretamente nos cidadãos em situação de extrema pobreza, no caso abordado neste estudo, o território de Araraquara-SP, e que se faz imprescindível ainda mais nesse momento de pandemia da COVID-19, em escala internacional, mas que produz efeitos locais devastadores, e que diretamente promove a integração de políticas públicas em relação a SAN.

A questão da COVID-19 e as ações referentes à SAN estão propiciando aos municípios brasileiros, de maneira geral, a reconstrução de suas agendas frente as políticas públicas de SAN realizadas nos últimos anos. Devido à necessidade imediata de alimentos de qualidade e saudáveis tanto para crianças quanto para jovens, adultos e idosos que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, efeitos do desemprego, ausência de renda ou mesmo abrigados institucionalmente, a insegurança alimentar (IA) está aumentando cada vez mais, sendo necessário, portanto, programas de apoio e distribuição de cestas de alimentos, vales-alimentação, estratégias capazes de aliviar a pobreza, a fome latente e a falta de acesso à uma alimentação regular e saudável.

Segundo Traldi (2011), os limites e desafios das políticas públicas de ordem emergencial, chamadas também de políticas compensatórias, na qual se insere o Programa Municipal Bolsa Cidadania, e das políticas de caráter mais estrutural, mais específicas de combate à fome, são temas constantes de discussão. Para a população, a discussão entre SAN e o combate à fome, o segundo prevalece no entendimento. Um fator que contribui para a dificuldade da compreensão é que o conceito de SAN ainda não foi assimilado no país, por ser um tema mais ligado às organizações não governamentais da área, embora a SAN e a fome sejam partes complementares (TAKAGI; BELIK, 2007).

Assim, este trabalho aborda o processo de levantamento dos problemas e demandas sociais existentes, a definição de agenda e percepção e definição das questões públicas, formulação, diagnóstico, desenho do programa e tomada de decisão, e principalmente, a avaliação das atividades na fase de implementação, desde a extensão de cobertura do público-alvo atendido, a qualidade do serviço oferecido, bem como a efetividade na operacionalização do programa. É importante esclarecer que o foco deste trabalho não foi fazer em si uma avaliação final de uma política de governo local de SAN denominado Programa Municipal Bolsa Cidadania, mas inicialmente estabelecer um diagnóstico de alguns dos efeitos, sendo eles positivos e negativos, sobre a construção histórica da agenda política no município de Araraquara em relação a SAN, bem como os desafios e perspectivas em relação ao

funcionamento e implementação do programa, sua gestão e as características e condições das famílias beneficiárias.

Nos estudos dos desenvolvimentos das localidades e demais delimitações territoriais, as avaliações institucionais e organizacionais dos atores individuais e coletivos tornaram-se fundamentais (ABRAMOVAY, 2007, p.20-21). A abordagem territorial do desenvolvimento estimula o estudo de mecanismos de governança pública e por fim, o território coloca ênfase na maneira como uma sociedade utiliza os recursos de que dispõe em sua organização produtiva e, portanto, na relação entre sistemas sociais e ecológicos (FOLKE, BERKES, 1998).

Assim, como questão norteadora, qual a importância e o papel do Programa Municipal Bolsa Cidadania, como elemento integrante na evolução e trajetória de construção histórica da agenda pública de SAN em Araraquara, promove enquanto uma política de governo local:

- Maior acesso da população beneficiada aos direitos fundamentais preconizados pela Constituição Federal (CF) de 1988¹¹;
- Garantia da proteção social às famílias e seus membros;
- Aquisição das seguranças afiançadas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de Geração de Trabalho e Renda e da PNSAN no município;
- Soberania e SAN e oportunidade de trabalho e renda para todos;
- Alívio imediato da pobreza, a escolha dos alimentos e a organização do planejamento familiar, bem como beneficiar e estimular o desenvolvimento territorial local;
- O programa configurar-se como um modelo de políticas públicas de SAN a nível municipal.

Ao problematizar o estudo, há outras questões respondidas ao longo da pesquisa, que direcionaram a abordagem científica adotada. Em primeiro lugar, os problemas sociais (IA, ausência de renda) que originaram a entrada do Programa Municipal Bolsa Cidadania na agenda política de SAN estão sendo equacionados com a sua implementação? Em segundo lugar, qual está sendo a contribuição (efetividades, eficácia) do programa para isso? Tais questionamentos reforçam o objetivo geral da pesquisa sob a hipótese de que o Programa Municipal Bolsa Cidadania oferecido pela Prefeitura Municipal de Araraquara-SP promove uma efetividade concreta aos seus beneficiários, tanto no âmbito social quanto no econômico e demonstra a

¹¹ Os direitos sociais são descritos pelo art. 6º da CF, como educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desempregados. De acordo com a Emenda Constitucional nº 64/2010, são também considerados direitos sociais a alimentação e a moradia. Assim, se um brasileiro está sendo impedido de materializar esses direitos, a superação dessa situação é responsabilidade pública e estatal. Isto é, compete ao poder público promover ações que visem ao enfrentamento da pobreza (BRASIL, 2019).

importância da inserção do programa na evolução das políticas públicas e na construção histórica da agenda de SAN no município.

Nesse sentido, o objetivo central desta dissertação foi analisar a importância e a evolução da trajetória de construção histórica da agenda pública para a SAN em Araraquara, bem como a efetividade¹² social do Programa Municipal Bolsa Cidadania, como uma política de governo local para a SAN e os potenciais entraves institucionais e organizacionais do Programa, especificamente os efeitos e as necessidades da construção de sua agenda política e as nuances de sua implantação, utilizando como ferramenta a abordagem sequencial/cíclica de políticas públicas (*policy cycle*), tendo como recorte analítico elementos relacionados à SAN e à reconstrução dessa agenda frente a pandemia da COVID-19.

Para um melhor entendimento do objetivo central da pesquisa, foram considerados os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar a trajetória e importância da construção histórica da agenda pública para a SAN em Araraquara – S.P;
- Caracterizar os usuários que utilizam o Programa Municipal Bolsa Cidadania quanto ao perfil de faixa etária, gênero, cor/raça e escolaridade;
- Discorrer sobre a correlação de cada nível de IA em relação aos dados obtidos da EBIA
- Analisar as percepções sobre o programa pela ótica da equipe gestora local;
- Discutir a reconstrução dessa agenda frente a pandemia da COVID-19;

É importante mencionar que os problemas sociais existentes no município de Araraquara-SP, incluídos na agenda política o Programa Municipal Bolsa Cidadania, referem-se à IA e a ausência de renda para a aquisição, principalmente de alimentos de qualidade e saudáveis, sempre estiveram presentes, camuflados ou encobertos por outras variáveis relacionadas às vulnerabilidades sociais, seja falta de moradia, saúde, educação, mas que, por dificuldade de acesso e apoio da rede de proteção social do município, em determinado período, não conseguiram atender e enxergar essas famílias, que acabaram por ficarem excluídas, à margem de políticas sociais que pudessem garantir os direitos fundamentais preconizados na CF/88, e garantir de fato a proteção social às suas famílias e seus membros. Com a implantação

¹² O termo efetividade vem do verbo latino *efficere*, que significa realizar, cumprir, concretizar. Este termo veio como uma resposta à superação conceitual após a II Guerra Mundial dos termos eficiência e eficácia. Efetividade, segundo Sander (1982, apud BITTENCOURT, 2007, p. 49) “é um critério de desempenho que mede a capacidade de produzir a solução ou resposta desejada pelos participantes da comunidade”.

do Programa Municipal Bolsa Cidadania, a oportunidade das famílias identificadas e inseridas no programa poderem ressignificar sua autonomia e emancipação de direitos, isto é, almejarem o alívio imediato da pobreza e a escolha de alimentos, se tornaram mais reais e efetivas em suas vidas, tanto no âmbito social quanto econômico. No entanto, com a pandemia, a concretização dos objetivos e metas do programa, não foram cumpridas efetivamente, mas oportunizou novas aquisições e arranjos sociais, que serão apresentadas ao longo do estudo.

O trabalho está estruturado em sete capítulos, incluindo a introdução como primeiro capítulo. No segundo capítulo, apresentam-se os contornos teórico-metodológicos compostos pelos métodos e caminhos da pesquisa, e caracterização do universo empírico do município de Araraquara-SP. No terceiro capítulo, foram abordados conceitos sobre políticas públicas (*policy cycle*), políticas de SAN no Brasil e avaliação de políticas públicas. No quarto capítulo, foram descritas as políticas públicas de SAN no município de Araraquara-SP, além de um breve histórico da elaboração e implementação dessas políticas. O quinto capítulo aborda o diagnóstico da SAN no município de Araraquara-SP, mostrando a relação das políticas de SAN e as ações da assistência social. O sexto capítulo apresenta o Programa Municipal Bolsa Cidadania de Araraquara-SP, o contexto da pandemia da COVID-19 e a reconstrução da agenda política. E, por fim, o sétimo capítulo traz as considerações finais.

2 CONTORNOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

2.1 Métodos e caminhos da pesquisa

A pesquisa de natureza aplicada utiliza métodos descritivos, de objetivo exploratório, com abordagens qualitativas e quantitativas. Inicialmente, o objetivo exploratório da pesquisa partiu do levantamento bibliográfico de dados secundários (livros, artigos, resumos, dissertações, teses, reportagens e outros documentos impressos e *online*) do objeto de estudo e dos sujeitos envolvidos a fim de ampliar o mais detalhado possível seu conhecimento.

Entre os métodos de análise comumente empregados para medir a situação da SAN, destacam-se as escalas psicométricas do acesso familiar aos alimentos, como por exemplo, a EBIA, um forte indicador inserido neste estudo. As escalas de medida direta da IA fornecem informações estratégicas para a gestão de políticas e programas sociais, porque permitem tanto identificar e quantificar os grupos sociais em risco de IA quanto os seus determinantes e consequências (BORGES, 2014).

Desse modo, foi realizada a análise da EBIA¹³, a qual está sendo aplicada pelo governo local aos beneficiários ingressantes nas primeiras fases do programa para avaliar o nível de IA¹⁴ (segurança alimentar - SA, insegurança alimentar leve - IAL, insegurança alimentar moderada - IAM e insegurança alimentar grave - IAG) e ao final, quando se desligarem do programa.

Os dados estão sendo analisados estatisticamente, considerando a abordagem quantitativa, bem como a abordagem qualitativa com a análise do conteúdo das entrevistas, do diário de campo e dos registros fotográficos.

De acordo com Alves Filho (2006), a EBIA foi colocada à disposição de pesquisadores, gestores e representantes institucionais de políticas públicas. A interação destes resultou na criação de uma rede interdisciplinar de estudo e pesquisa em SAN, a Rede Alimenta, estruturada para prover suporte descentralizado aos gestores de políticas públicas nos âmbitos federal, estadual e municipal. A Rede Alimenta é coordenada pela professora doutora Ana Maria Segall-Corrêa, do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Ciências Médicas

¹³ O formulário da Rede Alimenta, na qual engloba o método da EBIA possibilita o cruzamento com variáveis sócio-demográficas, padrão de consumo, local de moradia, redes de proteção social, trabalho, renda, entre outras, que abrirão brechas analíticas ao desenvolvimento do trabalho e ao programa em questão (ALMEIDA, 2008).

¹⁴ A IA se caracteriza por um inadequado acesso aos alimentos, alterações na quantidade e qualidade no consumo, afetações psicológicas e sociais, com consequências no desempenho educacional, mental, estado nutricional e até episódios de fome (REDESANS, 2019).

(FCM) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e é composta também por pesquisadores de outras instituições do país.

De acordo com Segall-Corrêa e Salles-Costa (2008 apud GUERRERO, 2009), a EBIA é um método de mensuração da situação alimentar domiciliar, que objetiva captar distintas dimensões da IA, desde o receio de sofrer a privação alimentar no futuro, passando pelo comprometimento da qualidade da dieta, limitação da qualidade de alimentos consumidos, até o nível mais grave de fome já atingido. A EBIA é aplicada diretamente a uma pessoa da família, que seja responsável pela alimentação do domicílio, por meio de um questionário com questões fechadas composto por 15 perguntas (Quadro 1) que possibilitam estimar a prevalência de SA, e que classifica as famílias pesquisadas em quatro níveis (BORGES, 2014). Trata-se, portanto, de uma ferramenta com excelente relação custo-efetividade que vem sendo usada desde a década de 1990, em vários países.

Quadro 1 – Questionário da EBIA

1	Nos últimos 03 meses, o Sr. (a) teve preocupação que a comida acabasse antes que pudesse comprar mais comida?
2	Nos últimos 03 meses, a comida acabou antes que o Sr. (a) tivesse dinheiro para comprar mais?
3	Nos últimos 03 meses, o Sr. (a) ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4	Nos últimos 03 meses, o Sr.(a) teve que se arranjar com apenas alguns alimentos para sua (s) criança (s)/adolescente(s), menores de 18 anos, porque o dinheiro acabou?
5	Nos últimos 03 meses, o Sr.(a) não pode oferecer a(s) sua(s) criança(s)/adolescentes(s), menores de 18 anos, uma alimentação saudável e variada porque não tinha dinheiro?
6	Nos últimos 03 meses, a(s) criança(s)/adolescentes menores de 18 anos, não comeu(comeram) quantidade suficientes porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?
7	Nos últimos 03 meses, o Sr. (a) ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições ou pularam refeições porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?
8	Nos últimos 03 meses, o Sr.(a) alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?
9	Nos últimos 03 meses, o Sr.(a) sentiu fome, mas não comeu porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida?
10	Nos últimos 03 meses, o Sr.(a) perdeu peso porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida?
11	Nos últimos 03 meses, o Sr.(a) ou qualquer outro adulto em sua casa ficou, alguma vez, um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida?
12	Nos últimos 03 meses, o Sr.(a) alguma (s) vez (es) diminuiu a quantidade de alimentos das refeições de sua(s) criança(s)/adolescente(s) menores de 18 anos, porque não tinha dinheiro para comprar comida?

13	Nos últimos 03 meses, alguma vez(es) o Sr.(a) teve que deixar de fazer uma refeição da sua(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, porque não havia dinheiro para comprar comida?
14	Nos últimos 03 meses, sua(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, teve (tiveram) fome, mas o Sr.(a) simplesmente não podia comprar mais comida?
15	Nos últimos 03 meses, sua(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, ficou (ficaram) sem comer um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

Fonte: Segall-Corrêa e Leon (2009 apud SANTOS, 2011, p. 19).

A pontuação para a classificação dos níveis de segurança ou IA (IAL, IAM ou IAG) das famílias entrevistadas dá-se pela somatória de valor 1 para cada resposta afirmativa/positiva. A seguir, os pontos de corte que definem os diferentes estratos, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Classificação dos níveis de IA

Classificação	Nº de respostas afirmativas/positivas	
	Famílias com menores de 18 anos	Famílias com pessoas adultas
Níveis de (IN)SAN		
SA	0	0
IAL	1 a 3	1 a 5
IAM	6 a 10	4 a 6
IAG	11 a 15	7 a 8

Fonte: Segall-Corrêa e Salles-Costa (2008).

Em relação a EBIA utilizada no Programa Municipal Bolsa Cidadania no município de Araraquara, o questionário foi adaptado com cerca de 14 perguntas (Anexo A), divididos em 4 módulos, o primeiro sobre as informações pessoais e da família, o segundo acerca da alimentação em casa (4 questões), o terceiro referente aos adultos da casa nos últimos 3 meses (4 questões) e o quarto módulo referente as crianças e adolescentes nos últimos 3 meses (6 questões). A equipe técnica, alocados na Coordenadoria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional, responsáveis pela aplicação do questionário realizaram treinamento em maio de 2019, objetivando esclarecer aos beneficiários sua finalidade em avaliar o nível de insegurança alimentar.

2.2 Entrevistas semiestruturadas

Foi realizada também a análise da política de SAN no município, bem como da formulação da agenda política e da implementação do Programa Municipal Bolsa Cidadania

por meio de entrevistas gravadas e transcritas e questionários semiestruturados¹⁵ (Anexo B) com os Coordenadores do programa, representantes da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, da Coordenadoria Executiva de SAN, da Gerência de Vigilância Socioassistencial e Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico¹⁶), da Secretaria Municipal do Trabalho e do Desenvolvimento Econômico e Turismo, e da Coordenadoria Executiva do Trabalho e de Economia Criativa e Solidária - CETECS.

Os atores entrevistados foram: a Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, assistente social e funcionária pública de carreira da Prefeitura Municipal de Araraquara, Jacqueline Barbosa; o Coordenador de SAN, filósofo e jornalista Marcelo Mazeta Lucas; a Coordenadora de Trabalho e Economia Criativa e Solidária da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico e Turismo, a socióloga Camila Capacle; a Gerente de Vigilância Socioassistencial e CadÚnico, a psicóloga Celina Garrido; além de 2 técnicas de referência para o Programa Municipal Bolsa Cidadania, uma técnica alocada na gerência de Vigilância Socioassistencial e CadÚnico, a psicóloga Letícia Franceschini, e a técnica na Gerência de Abastecimento e Segurança Alimentar, a gerente de SAN e nutricionista, Moema Santana.

Os roteiros (Anexo B) para as entrevistas são semelhantes aos utilizados no Relatório Técnico (Preliminar) do IBASE (2008) e na dissertação de Traldi (2011), sobre as Repercussões do Programa Bolsa Família na SAN das famílias beneficiadas, que tiveram como objetivo levantar aspectos relacionados ao funcionamento do programa, à gestão, como cadastramento, condicionalidades, controle social, segurança alimentar, intersetorialidade, gestão compartilhada e às opiniões dos gestores sobre as repercussões do programa na SAN das famílias.

As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. “O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal” (QUARESMA, 2005, p. 75).

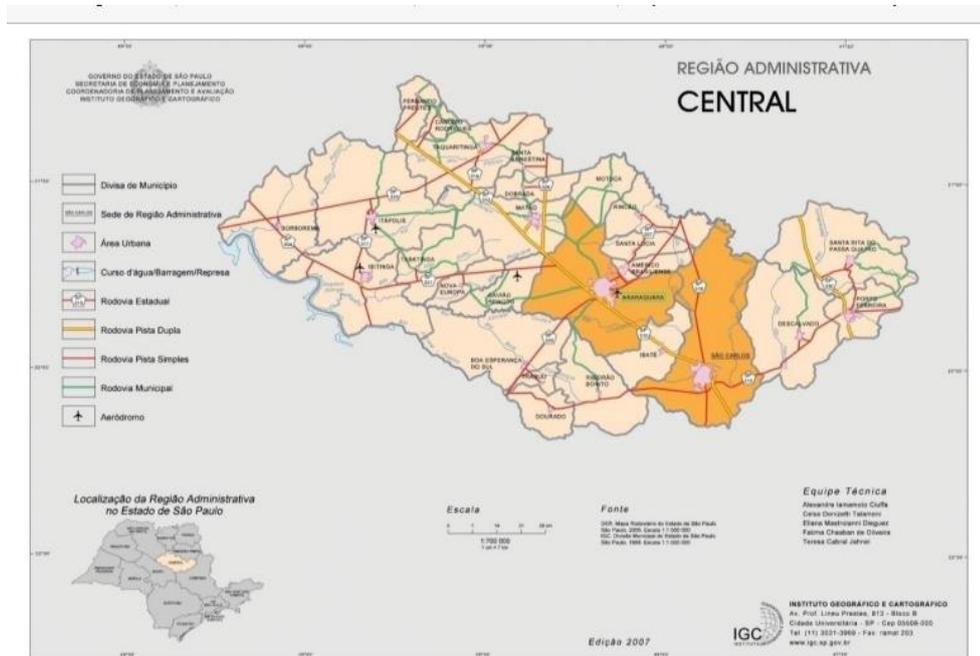
¹⁵ Entrevistas devem ser transcritas, logo depois de encerradas, de preferência por quem as realiza. Depois de transcrita, a entrevista deve passar pela chamada conferência de fidedignidade: ouvir a gravação tendo o texto transcrito em mãos, acompanhando e conferindo cada frase, mudanças de entonação, interjeições, interrupções etc. Transcrever e ler cada entrevista realizada, antes partir para a seguinte ajuda a corrigir erros, a evitar respostas induzidas e a reavaliar os rumos da investigação (ALBERTI, 1990 apud DUARTE, 2004, p. 220-221).

¹⁶ O CadÚnico é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo per capita, possibilitando conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias e trazendo informações de todo o núcleo familiar. Atualmente, o Brasil possui cerca de 27.928.695 famílias inscritas no CadÚnico (BRASIL, 2019).

2.3 Caracterização do universo empírico: Araraquara-SP

Araraquara, conhecida como a “Morada do Sol”, foi fundada em 22 de agosto de 1817 por Pedro José Neto. Está localizada na região administrativa central (RAC) de Araraquara, a cerca de 270 km da capital, que reúne cerca de 26 municípios: Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Descalvado, Dobrada, Dourado, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibaté, Ibatinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Porto Ferreira, Ribeirão Bonito, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Santa Rita do Passa Quatro, São Carlos, Tabatinga, Taquaritinga e Trabiju, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1 – Mapa da localização dos municípios de Araraquara e São Carlos (RA12)



Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC, 2007 (apud TRALDI, 2011).

Segundo dados do IBGE (2019), tem uma população estimada em 236.072 habitantes (2019) e densidade populacional de 232,9 habitantes/km², sendo o trigésimo quinto município mais populoso do Estado e a 17ª maior cidade do interior, possuindo uma área territorial de 1.003,635 km², com 97,16% de grau de urbanização (SEADE, 2019). Araraquara tem seu marco zero na igreja Matriz de São Bento, sendo formada pela sede e pelo distrito de Bueno de Andrada. A economia do município está, em grande parte, centrada no binômio do agronegócio citricultura e cana-de-açúcar, mas também conta com a participação de outras importantes indústrias (têxteis, montadoras, transformação, etc.) e serviços com atividades diversificadas.

O desempenho econômico do município pode ser comprovado por suas conquistas nos últimos anos: seu Produto Interno Bruto (PIB) ultrapassa R\$ 8,9 bilhões e o PIB per capita é R\$ 40.383,03 (SEADE, 2016).

O comércio local é referência para cidades da região. Possui empresas dos mais variados segmentos, entre os principais estão: aeronáutico, agronegócios, alimentos/bebidas, atacado, distribuição, logística, metal mecânico, farmacêutico, energia, têxtil e tecnologia da informação que colaboram para o desenvolvimento econômico do município.

Em 2016, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) disponibilizou estudo com ano base 2016, que classifica Araraquara como a 76ª cidade mais desenvolvida do país e a 46ª cidade no estado de São Paulo, com a média de 0,8510 (FIRJAN, 2018). O IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN¹⁷ que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos Ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. O índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade, em relação ao município de Araraquara, segue os índices em destaques no quadro 2 abaixo.

Quadro 2 - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) - Edição 2018 – Ano Base 2016

Ranking IFDM Geral		UF	Município	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde
Nacional	Estadual						
76º	46º	SP	Araraquara	0,8510	0,6465	0,9812	0,9253

Fonte: Firjan, 2021¹⁸

No *ranking* de municípios Verde-Azul, certificação concedida às cidades paulistas que cumprem uma série de indicadores ambientais, como aumento da área verde e preservação de rios e mananciais. Em 2015, Araraquara ficou em 20º lugar, com 89,88 pontos, em um total de 111 cidades, já em 2016 ficou em 54º lugar, com 84,04 pontos, em um total de 644 municípios no Estado de São Paulo (PROGRAMA MUNICÍPIO VERDE AZUL - PMVA, 2019).

¹⁷ Ver: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>

¹⁸ Ver: <https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>

Juntamente com 26 municípios que compõem a Região Turística Centro Paulista, dentre eles a cidade de São Carlos que divide com Araraquara a função de Cidade Sede da RAC, esta região apresenta potencial para o desenvolvimento da atividade turística com variados recursos naturais e histórico-culturais, passíveis de aproveitamento turístico. O fluxo mais expressivo de visitantes e turistas em Araraquara está relacionado diretamente com o Turismo de Negócios e Eventos, que atrai um público significativo em virtude da sua especificidade. Possui uma repleta diversidade de empreendimentos de hospedagem que propicia o atendimento de diferentes tipos de público, juntamente com seu diversificado comércio de alimentos e bebidas, além de rodovias de acesso em condições adequadas e um aeroporto recentemente reformado.

Com relação ao rural, embora no município existam grandes esferas do agronegócio voltadas à exportação de importantes commodities, também há uma realidade totalmente oposta, formada por agricultores familiares que necessitam de incentivos destinados à produção agropecuária e para sua comercialização, o que pode contribuir substancialmente com a produção local de alimentos e assim promover a soberania alimentar do município. Nesse sentido, há muitas ações de fomento a sistemas sustentáveis e equitativos de produção e de distribuição de alimentos com base agroecológica, buscando fortalecer as associações de agricultores familiares e criar canais de comercialização, como mercados institucionais e a implantação da feira do produtor rural em vazios alimentares do município, garantindo o acesso à alimentos saudáveis pela população.

Segundo dados do IBGE (2019), o salário médio mensal é de 2,7 salários mínimos, sendo que a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 36,1%. Na comparação com os outros municípios do Estado, ocupam as posições 129 de 645 e 70 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, fica na posição 340 de 5.570 e 260 de 5.570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tem 29% da população nessas condições, o que a coloca na posição 480 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 4.878 de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 10,46 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0,1 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 296 de 645 e 465 de 645, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 3.020 de 5.570 e 4.734 de 5.570, respectivamente.

Apresenta 98,5% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 97,1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 28,5% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada. Quando comparado com os outros municípios do Estado,

fica na posição 38 de 645, 240 de 645 e 259 de 645, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 41 de 5.570, 551 de 5.570 e 1.304 de 5.570, respectivamente.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Araraquara é 0,815, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto (IDHM entre 0,800 e 1). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Renda, com índice de 0,877, seguida de Longevidade, com índice de 0,788, e de Educação, com índice de 0,782, conforme verificado na Tabela 2.

Tabela 2 - IDHM e seus componentes – Araraquara-SP

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,411	0,670	0,782
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	39,57	54,23	68,73
% de 5 a 6 anos na escola	43,32	86,04	96,78
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	63,04	88,85	92,63
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	38,87	72,12	80,07
% de 18 a 20 anos com médio completo	22,01	50,91	64,11
IDHM Longevidade	0,722	0,754	0,788
Esperança de vida ao nascer	70,12	73,60	77,64
IDHM Renda	0,752	0,810	0,877
Renda per capita	715,06	872,54	1.080,66

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Fundação João Pinheiro - FJP (2020).

A renda per capita média de Araraquara cresceu 51,13% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 715,06, em 1991, para R\$ 872,54, em 2000, e para R\$ 1.080,66, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 2,20%. A taxa média anual de crescimento foi de 2,24%, entre 1991 e 2000, e 2,16%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 5,89%, em 1991, para 7,36%, em 2000, e para 2,64%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de

Gini (IG), que passou de 0,48, em 1991, para 0,52, em 2000, e para 0,50, em 2010, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 - Renda, Pobreza e Desigualdade – Araraquara-SP

Indicadores/Ano	1991	2000	2010
Renda per capita	715,06	872,54	1.080,66
% de extremamente pobres	1,53	2,07	0,53
% de pobres	5,89	7,36	2,64
Índice de Gini	0,48	0,52	0,50

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD, IPEA e FJP (2020).

Conforme a Tabela 4, Araraquara atualmente tem 6,3 mil famílias vivendo em situação de extrema pobreza, ou seja, com uma renda por pessoa inferior a R\$ 178, por mês. As informações são do CadÚnico e diante desta realidade, poder público e sociedade civil se unem pra ajudar famílias que não tem o que pôr no prato¹⁹. Números IBGE (2019) mostram que 13,5 milhões pessoas vivem em extrema pobreza no Brasil, o que significa uma renda mensal inferior a R\$ 145 por pessoa. Em Araraquara, são mais de 6,3 mil famílias vivendo nesta realidade. Deste total, 1,5 mil não tem nenhuma renda.

Tabela 4 - Vulnerabilidade social no município de Araraquara

Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	22,65	16,80	10,23
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	59,15	36,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	10,68	2,23	1,29
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	7,56	4,50
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	2,84	2,43	1,17
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	3,93	3,40
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	6,90	7,63	8,28
% de vulneráveis e dependentes de idosos	1,66	1,63	1,05
% de crianças extremamente pobres	2,79	3,84	1,15
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	21,85	21,21	11,03
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	32,84	21,66

¹⁹Ver: <https://www.acidadeon.com/araraquara/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1464007,araraquara+tem+6+3+mil+fa+milias+em+situacao+de+extrema+pobreza.aspx>

Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	96,97	99,25	97,75

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD, IPEA e FJP (2020).

Tem-se que considerar que os dados apresentados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, IPEA e FJP nesse trabalho estão defasados, pois se baseiam pelos último Censos IBGE realizados em 1991, 2000 e 2010, portanto os dados não refletem indicadores atualizados do município de Araraquara, que tentamos contextualizar através do índice FIRJAN de desenvolvimento municipal. A apresentação dos indicadores tem como objetivo demonstrar a evolução e descontinuidade das taxas e índices em um determinado período de tempo, no intuito de entender, que apesar do município de Araraquara apresentar uma situação econômica e social bastante consolidada e ascendente, bem como uma rede socioassistencial atuante, ainda existem no município pessoas em situação transitória de vulnerabilidade social. São famílias que foram atingidas pela crise financeira do país com a perda do emprego formal e convivem, mesmo que momentaneamente, com a situação de total colapso e muitas vezes não dispõem sequer do que comer, ficando à margem do direito básico à alimentação.

Segundo o diagnóstico da SMADS de Araraquara, há uma estimativa de que, no município de Araraquara cerca de 6.540 famílias sobrevivem com uma renda per capita de até 25% do salário mínimo. É neste cenário adverso que a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN) se insere, com os programas de políticas públicas em SAN visando restabelecer a cidadania destes municípios, uma vez que nada fere mais a dignidade humana do que a fome, a privação do DHAA.

Os programas sociais, principalmente o programa objeto deste estudo são trabalhados em conjunto com os diferentes atores (entrevistados), tendo como público-alvo os beneficiários que residem nos territórios de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Araraquara.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social. Esta unidade pública do SUAS é referência para o desenvolvimento de todos os serviços

socioassistenciais de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no seu território de abrangência. Estes serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no CRAS, desde que disponha de espaço físico e equipe compatível. Quando desenvolvidos no território do CRAS, por outra unidade pública ou entidade de assistência social privada sem fins lucrativos, devem ser obrigatoriamente a ele referenciados. A função de referência se materializa quando a equipe processa, no âmbito do SUAS, as demandas oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social detectadas no território, de forma a garantir ao usuário o acesso à renda, serviços, programas e projetos, conforme a complexidade da demanda. (MDS, 2009, p.9)

Portanto, o CRAS assume como fatores identitários dois grandes eixos estruturantes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização. A matricialidade sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. A família, segundo a PNAS, é o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica. A territorialização refere à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para seu enfrentamento. A adoção da perspectiva da territorialização se materializa a partir da descentralização da política de assistência social e consequente oferta dos serviços socioassistenciais em locais próximos aos seus usuários. Isso aumenta sua eficácia e efetividade, criando condições favoráveis à ação de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como de identificação e estímulo das potencialidades presentes no território. (MDS, 2009, p.13)

Em relação a equipe de referência do CRAS, a mesma é constituída por profissionais responsáveis pela gestão territorial da proteção básica, organização dos serviços ofertados no CRAS e pela oferta do PAIF. Sua composição é regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS (2006)²⁰ e depende do número de famílias referenciadas ao CRAS. A equipe de referência do CRAS é interdisciplinar²¹ e os perfis devem convergir de forma a favorecer o desenvolvimento das funções do CRAS. O trabalho social com famílias depende de um investimento e uma predisposição de profissionais de diferentes áreas a trabalharem coletivamente, com objetivo comum de apoiar e contribuir para a superação

²⁰Ver: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf

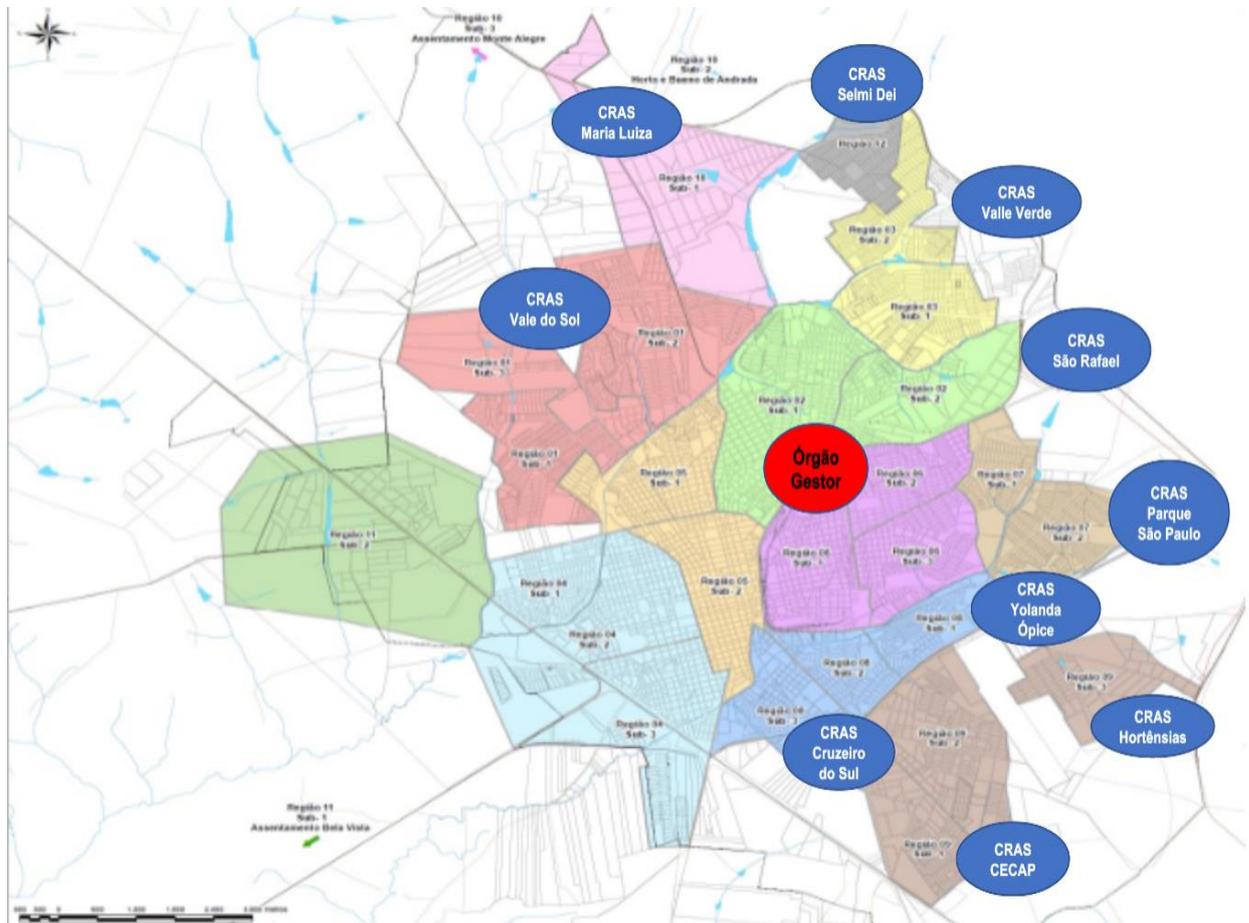
²¹ Ver: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf

das situações de vulnerabilidade e fortalecer as potencialidades das famílias usuárias dos serviços ofertados no CRAS em seus territórios de abrangência (MDS, 2009, p.62).

O CRAS em relação ao Programa Municipal Bolsa Cidadania possui papel estratégico e técnico para a sua operacionalização, no que tange desde a logística e capacitação, bem como no acesso de outras políticas públicas, além de ser o espaço para as realizações das oficinas e reuniões conforme propõe o programa. As equipes técnicas de referência dos CRAS nessa perspectiva se tornam peça fundamental dessa engrenagem no acompanhamento dos beneficiários, entretanto, tem que se considerar que alguns CRAS no município de Araraquara não estão com a equipe técnica completa e infraestrutura adequada para atender satisfatoriamente todos as demandas que chegam ao equipamento público, incluindo as famílias e indivíduos atendidos pelo Programa Municipal Bolsa Cidadania, apresentando grande rotatividade e sobrecarga de serviço das equipes. Por outro lado, tem-se que ressaltar, que em certa medida, as equipes técnicas atualmente conseguem desenvolver o trabalho social com as famílias, utilizando-se da articulação da rede socioassistencial capilarizada nos territórios junto as UBS, Creches e Entidades Sociais, para monitorar, acompanhar e prevenir as vulnerabilidades e risco sociais como a insegurança alimentar e a ausência de renda, objetivos primordiais do PBC.

Conforme a Figura 2, tem-se os 10 (dez) CRAS no município de Araraquara., implantados estrategicamente nos bairros que apresentam maiores indicadores de vulnerabilidade e risco social. (Anexo C)

Figura 2 - Mapa da localização dos CRAS no município de Araraquara-SP



Fonte: Adaptado pelo autor (2021)²²

²² Ver: Lei Complementar nº 919, de 6 DE novembro de 2019 - Alterando disposições atinentes ao zoneamento e ao perímetro urbano, e dá outras providências.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS E POLÍTICAS DE SAN

3.1 Aspectos conceituais e o ciclo de políticas públicas (*policy cycle*)

O grande desafio de pesquisadores e gestores de políticas públicas nos dias atuais está na dificuldade em superar a tendência de fragmentação que afeta a própria política pública, levando a questões relacionadas à competência, efeitos, funções e perspectivas de análise e atuação frente ao problema público e às soluções que serão dadas efetivamente, desde seus possíveis entraves e conflitos à trajetória percorrida quanto ao papel dos indivíduos, grupos e instituições envolvidas na decisão e implementação de determinada política.

Definir política pública não é algo fácil, principalmente porque parte de variados conceitos e tipologias que atualmente são discutidos em todas as áreas do conhecimento. O que se tem são análises de diversos autores e seguidores que, sobre bibliografia clássica e recente abordam concepções sobre o tema. Algumas visões e trabalhos como de Rua (1997), Frey (2000), UNICAMP (2002), Lucchese (2004), Souza (2006), Fernandes (2007), Capella (2009), entre outros, contribuem para um maior conhecimento dessa área.

Como principais “pais” fundadores dos conceitos de políticas públicas na área do conhecimento, os quais contribuíram com um amplo debate, a autora Celina Souza (2006) cita: Easton (1965), que estabeleceu uma visão sistêmica do processo de produção de políticas públicas e a relação entre formulação, resultado e o ambiente de implementação; Simon (1957), que põe a racionalidade dos agentes públicos como entrave à prosperidade das políticas públicas, por envolver certas influências pessoais; Lindblom (1959) e as relações de poder na análise de políticas públicas, abertura a fontes representativas no processo de tomada de decisão; e por fim, Lasswell (1956) que fez uma análise das políticas públicas e a aproximação do estudo acadêmico ao empirismo das ações das instituições, apresentando um modelo teórico baseado em estágios ou ciclos (*Policy Cycle*), no qual buscava explicações sobre o processo de produção de políticas.

Souza (2006), em sua “revisão da literatura” buscou mapear os diferentes conceitos e modelos de formulação e análise de políticas públicas, fazendo uma introdução aos principais fatores que registraram nas últimas décadas a importância do campo de conhecimento de políticas públicas: a adoção de políticas restritivas de gastos; as novas visões sobre o papel dos governos e a substituição das políticas keynesianas²³ pela ênfase no ajuste fiscal; e a falta de

²³ Ver Keynes (1992).

políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico e a inclusão social em grande parte da população em países em desenvolvimento, em especial os da América Latina (TRALDI, 2011).

É importante entender que a política pública (*policy* ou *public policy*) constitui um ramo da ciência política²⁴ focada na análise das ações governamentais concretas, produzidas no âmbito das democracias modernas, que aborda os resultados das disputas políticas, no entanto, existem muitas dimensões ideais do processo político democrático, tais dimensões vão desde a normatividade constitucional, relacionada à estrutura - aos parâmetros gerais do jogo político (*Polity*), cujas características substantivas e formais estão baseadas no consenso mínimo pactuados entre os diversos atores políticos, quanto as relacionadas a generalidade e a relativa neutralidade respectivamente - à dimensão de embates e coalizões políticas (*Politics*), cujas características substantivas e formais está no relacionamento dinâmico entre os atores políticos e o conflito e a cooperação entre os mesmos. Já em relação à dimensão da normatividade governamental (*Policy*), relacionada à conjuntura, tem como características, substantiva e formal, a vitória/derrota de diferentes atores políticos, bem como a especificidade e a controvérsia entre eles (COUTO, 2006). Muller (1994)²⁵ identifica nas políticas públicas a criação de um espaço de trocas sinalizadas entre atores, constitutivo de relações de poder instituídas em função de recursos mobilizados.

Reconhecendo a complexidade do tema, Souza (2006) afirma que não existe uma única definição capaz de explicar o que vem a ser políticas públicas, acompanhando a evolução histórica e pontos de vistas distintos, mas que se pode resumi-la em “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação - variável independente, e quando necessário propor mudanças no rumo ou curso dessas ações - variável dependente”.

Observa-se, portanto, que existem a adoção de diferentes tipos de abordagem (SOUZA, 2006), sendo elas analíticas ou prescritivas para se entender a evolução, a construção e a organização das melhores formas de governos, bem como o entendimento e a prescrição dos

²⁴ Ciência Política (anterior aos anos 50): foco nos estudos sobre o Estado e suas Instituições com ricas discussões sobre natureza da sociedade, papel do Estado, direitos e deveres dos cidadãos e governo, mas distanciavam-se das práticas políticas. Política Pública (EUA, anos 50): nasce como subárea da Ciência Política e constitui-se como área de conhecimento e disciplina acadêmica para a compreensão das ações/práticas governamentais. No Brasil, a história do pensamento político se confunde com a história de reflexão sobre o próprio Estado, que, embora importantes, não focalizavam as ações do governo. Assim, o desenvolvimento da área de Políticas Públicas no Brasil é recente (anos 1980).

²⁵ Por esta definição, delimita-se o conjunto de agentes e de organizações que interagem de maneira regular, num período determinado de implementação de ações públicas num determinado recorte espacial, com o objetivo de influenciar a formação e a colocação em prática de medidas e decisões que devem advir do poder público.

processos relacionados às políticas públicas, com a definição de procedimentos de implantação, monitoramento, controle e avaliação das formas de ações e funções, objetivando um aprimoramento do próprio governo ou do jogo político em si.

Para Capella (2009), os estudos em políticas públicas podem seguir diversos caminhos desde a explicação sobre os resultados de uma política; análise de determinantes de uma política (variáveis causais como fatores estruturais, socioeconômicos ou comportamentais) quanto a análise do conteúdo (solução de problemas) e análise dos impactos de uma política (resultados de sucesso). A política pública em geral é um campo multidisciplinar, ou seja, é território de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos, na qual o foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Assim, implica-se a busca de sintetizar teorias no campo da sociologia, da ciência política e da economia (TRALDI, 2011). Elas repercutem na economia e nas sociedades, portanto, precisam explicar também as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade (SOUZA, 2006).

Assim, governo e sociedade devem fomentar o diálogo e a negociação entre os diferentes atores sociais, avaliando e transformando qualitativamente os processos de gestão não apenas para efetividade dessas políticas, mas também para o alcance de objetivos mais amplos orientados ao desenvolvimento social (ALMEIDA, 2008).

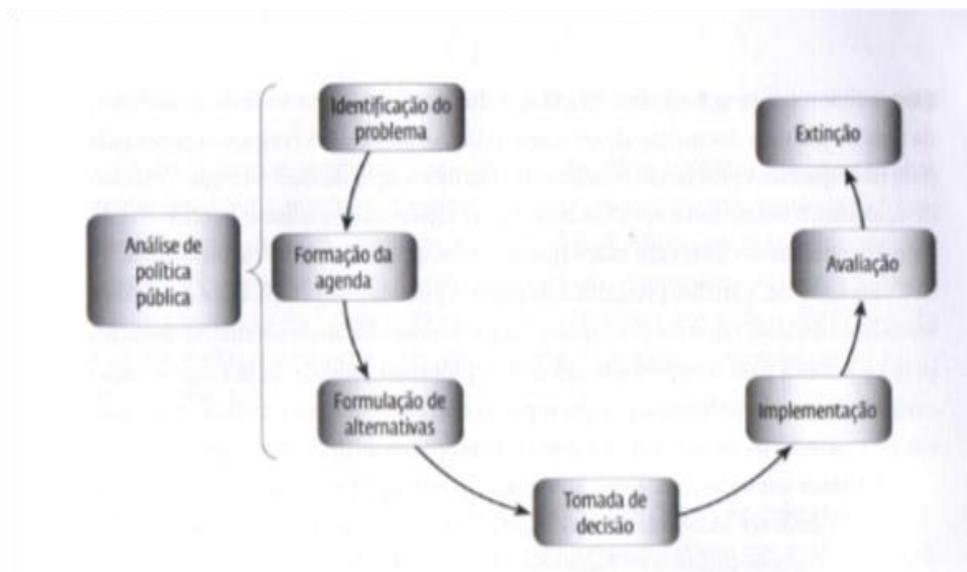
Em relação ao campo específico da política pública, existem alguns modelos explicativos de abordagem que foram desenvolvidos para se entender melhor como e por que os governos fazem ou deixam de fazer alguma ação que impactará na sociedade e diretamente ao cidadão. Enquanto tipologias relacionadas à política pública, objeto de estudo do presente trabalho, adotar-se-á o “ciclo da política pública”, mais especificamente, as fases de construção da agenda e da implementação. Esta tipologia vê a política pública como um ciclo deliberativo, formado por várias etapas, fases ou estágios, constituindo um processo dinâmico e de aprendizado, que perpassa desde a definição de agenda, identificação das alternativas, avaliação e seleção das opções, quanto a implementação e avaliação da política pública. Este tipo de abordagem se caracteriza acerca da definição de agenda (agenda setting), sendo que algumas questões entram na agenda, enquanto outras são ignoradas (SOUZA, 2006).

O estudo sobre políticas públicas e o debate acerca de modelos de agenda, formulação, implementação e avaliação de programas de combate à fome e à pobreza, principalmente no Brasil, ainda são poucos significativos e não muito extensos (FONSECA, 2005). No entanto, nos últimos anos, este quadro vem mudando, mesmo que lentamente, pois em virtude das grandes demandas da sociedade e da escassez dos recursos públicos, “torna-se imprescindível

a busca de instrumentos que possibilitem maximizar os resultados sociais dos programas governamentais” (SILVA NETO; MELO; PEREIRA, 2006).

Em relação à dinâmica de abordagem sequencial/cíclica, conforme ilustrado na Figura 3, da qual este trabalho adotará como ferramenta de análise de políticas públicas, no caso, especificamente os efeitos²⁶ da implementação do Programa Municipal Bolsa Cidadania no município de Araraquara-SP, pode-se caracterizar como sendo realizada por etapas ou fases, estando sujeitas a movimentos de continuidade e/ou ruptura e riscos de mudanças, principalmente do sistema político ou da arena política.

Figura 3 - Análise de Políticas Públicas - *Policy Cycle*



Fonte: Secchi (2013).

Para se ter resultados positivos e uma continuidade no processo de consolidação de políticas públicas, é necessário planejamento, monitoramento, controle, avaliação, o que permitirá uma análise mais precisa dos impactos das políticas públicas pelos gestores públicos em relação aos problemas demandados pela sociedade, ou seja, orientará melhores escolhas aos tomadores de decisão, no que diz respeito à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa.

²⁶ Os efeitos de uma política sobre a sociedade não se limitam àqueles que foram previstos e são esperados ou, pelo menos, desejados, de acordo com seus objetivos. A avaliação deve considerar os efeitos colaterais, sejam eles positivos ou negativos, que a política pode acarretar. Analisar o impacto é apreciar todos os efeitos (de uma política sobre a sociedade) que foram produzidos com a ação, sejam eles de caráter técnico, econômico e social ou positivos e negativos (CONSEIL DE L'ÉVALUATION, 1996; GUÉNEAU, 2001 apud ALMEIDA, 2008).

Segundo Silva (1999), o motivo mais imediato do interesse pela avaliação de atividades de governo seria a preocupação com a efetividade, isto é, com a aferição dos resultados esperados e não esperados alcançados pela implementação dos programas. O segundo motivo seria o de entender o processo pelo qual os programas alcançaram ou não esses resultados, analisando a dinâmica da intervenção estatal e os problemas concretos advindos da implementação. Outros motivos relevantes seriam a aprendizagem organizacional das instituições públicas sobre suas atividades, a tomada de decisão sobre a continuidade ou não dos programas e, ainda, a transparência, qualidade e *accountability*²⁷ na gestão dos recursos públicos (responsabilização dos gestores por decisões e ações implementadas).

Para Santos (2011), avaliar política pública, além de ser um instrumento capaz de melhorar ou corrigir a gestão governamental, mostra-se uma ferramenta de incremento da transparência das ações dos governantes. Analisar tais políticas, focando apenas em suas metas e resultados quantificados, pode incorrer em apreciação parcial de sua significância. Deve-se também levar em consideração o aspecto qualitativo do resultado alcançado. Contudo, eficiência, eficácia e impacto são conceitos importantes, pois promovem a interpretação conjunta, com vistas à correlação, de etapas distintas da política pública. São elas: planejamento, desenvolvimento e execução. Eficiência, eficácia e efetividade são conceitos comumente usados quando se fala em avaliação de políticas públicas. É necessário fazer a distinção destes conceitos, pois normalmente são tratados de forma igual.

- **Eficiência:** analisar a eficiência do ponto de vista do custo/benefício é comparar os resultados alcançados com os custos da execução de determinada política. A análise da eficiência no sentido custo-eficácia consiste em comparar os custos necessários para alcançar um certo nível de resultado para diferentes políticas. Em que medida os objetivos propostos na formulação do programa são ou foram alcançados na implementação?
- **Eficácia:** é a relação entre alcance de metas e tempo ou, em outras palavras, é grau em que se alcançam os objetivos e metas do programa, em um determinado período de tempo, sem considerar os custos implicados. Consiste em comparar os objetivos traçados e os resultados alcançados, identificando as diferenças entre o que foi realizado e o que estava previsto. Dessa forma, a eficácia é medida de acordo com os efeitos próprios da política.

²⁷ *Accountability* é um conjunto de mecanismos que permitem que os gestores de uma organização prestem contas e sejam responsabilizados pelo resultado de suas ações.

- **Efetividade:** Atendimento das reais demandas sociais, relevância de sua ação, capacidade de alterar situações encontradas. Como o programa funciona e quais os motivos que levam ou levaram a atingir ou não os resultados (aplicabilidades, efetividades, entraves e eficácias)?

Conforme Santos (2011), na implementação de uma política pública há etapas a serem percorridas, as quais se iniciam com o reconhecimento do problema, sendo este conduzido a uma agenda com especificações de objetivos e a indicação das formas adequadas de condução da ação pública. Daí, então, chega-se à etapa da implementação, de fato, da política, observando-se diretrizes e prazos previamente estabelecidos. A avaliação da política dar-se-á por métodos que verificam o seu impacto, se as metas estão sendo cumpridas, se há algo a ser redirecionado, sua eficácia social, isto é, sua capacidade de alterar as relações sociais e sua eficiência, ou seja, se apresenta eficácia maior em relação a outras políticas que visem aos mesmos objetivos.

Jannuzzi (2005 apud TRALDI, 2011) ressalta a importância dos indicadores como instrumentos que permitem “revelar” a eficácia e a efetividade social dos programas. Nos últimos anos no Brasil, a gestão pública vem utilizando os indicadores de políticas públicas como resposta ao interesse da sociedade que tem buscado acompanhar e fiscalizar o gasto público, exigindo o uso mais eficiente, eficaz e efetivo do mesmo.

É fundamental que os gestores públicos tenham compreensão de que, independentemente da abordagem relacionada às dimensões analíticas ou prescritivas das políticas públicas, as condições em que os atores políticos tomam decisões e fazem escolhas, ou seja, das oportunidades abertas e das consequências de que determinadas decisões e escolhas impactam diretamente, tanto negativamente quanto positivamente na população, são essenciais serem entendidas, analisadas e corrigidas se necessário, principalmente, na fase de implementação. Para tanto, é muito importante o emprego de ferramentas conceituais que permitam ao gestor público examinar sob vários ângulos, desde os processos decisórios e de implementação de políticas, de modo a orientar a ação deles no planejamento, gestão, controle, monitoramento e a avaliação de políticas, com o objetivo de produzir mudanças e/ou garantir a continuidade de processos.

Atualmente, há um esforço de grandes estudiosos e pesquisadores na área de políticas públicas que vêm desenvolvendo diversos modelos e caminhos metodológicos de análise e avaliação, principalmente na área de políticas públicas sociais, a qual faz parte de um dos grandes desafios do nosso país - em relação às questões de desigualdade social, justiça e ética (TRALDI, 2011). “Por isso, o acompanhamento dos processos pelos quais elas são

implementadas e a avaliação do seu impacto sobre a situação existente deve ser permanente” (LUCCHESI, 2004, p.3).

De acordo com Souza (2006), o principal foco analítico da política pública está, portanto, na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (*politics*) e à sociedade política (*polity*), e nas instituições/regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública. Nesse contexto, conforme aborda Secchi (2013), é necessário entender os conceitos relacionados ao problema público (*problem analysis*)²⁸, isto é, as questões da SAN e de inclusão produtiva para as pessoas em situação de pobreza e em risco social no município de Araraquara-SP, buscando identificar quais soluções públicas (*solutions analysis*) podem ser alcançadas por meio de uma ação e/ou intervenção pública, neste caso, o Programa Municipal Bolsa Cidadania.

3.2 Políticas públicas de SAN no Brasil

A temática da SAN foi incorporada às políticas públicas brasileiras pela primeira vez no fim dos anos 1930 e início dos anos 1940, como parte da estratégia de poder do “Estado Novo”. Nesse mesmo momento, Josué de Castro já afirmava em suas obras a necessidade de ações afirmativas e de políticas públicas específicas, diagnosticando a falta de renda como uma ameaça à capacidade das famílias em suprir suas necessidades alimentares, trazendo para o debate sobre a fome seu caráter intrinsecamente político e social (PANELLI-MARTINS, 2007; SILVA, 2014).

Nesse período, um marco legal e político importante foi a regulamentação da Lei do Salário Mínimo (Decreto-Lei nº 399), que considerou o alto comprometimento da renda do indivíduo com alimentação, estabelecendo uma remuneração mínima que permitisse aos trabalhadores satisfazerem suas necessidades básicas, dentre estas, a alimentação. Assim, a década de 1940 marca o estabelecimento de inúmeros programas que relacionavam a alimentação a questões econômicas e sociais, dentre eles: a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS, extinto em 1967; o Serviço Técnico de Alimentação Nacional - STAN, extinto em 1945; o Instituto de Tecnologia Alimentar – ITA; a Comissão Nacional de Alimentação – CNA, extinta em 1972; e o Instituto Nacional de Nutrição - INN (FLORIAN; COSTA, 2012; SILVA, 2014; LIMA, 2016; SANTOS, 2017).

²⁸ Problemas Públicos são situações coletivas indesejadas segundo a percepção de atores relevantes. A solução ao problema público, sob o termo genérico de “política pública”, é a resposta elaborada para o enfrentamento do problema público (SECCHI, 2013).

Contudo, ao longo da segunda metade do século XX, as políticas de SAN passaram a ser marginalizadas em termos de objetivo de governo, sendo subjugadas ao processo de crescimento econômico e ao aumento da produtividade da agricultura. Isso foi notório entre o final da década de 1940 e final dos anos 1950 pelos poucos avanços em relação ao tema (SILVA, 2014; SANTOS, 2017).

No início dos anos 1960, algumas estruturas foram criadas e tiveram papéis importantes na operacionalização de políticas de abastecimento alimentar: a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), que juntamente com a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) comporiam o Sistema Nacional de Abastecimento - SNA (SILVA, 2014). Já na década de 1970, houve um pequeno avanço em relação à SAN, com a criação do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), que elaborou e propôs o Primeiro e o Segundo Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), sendo que o segundo foi “norteado por três vertentes: suplementação alimentar, racionalização dos sistemas de produção e comercialização de alimentos e atividades de complementação e apoio” (SANTOS, 2017, p.2).

Entre as ações e diretrizes implementadas pelo II PRONAN, tem-se o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), que permanecem em vigor (SILVA, 2014; LIMA, 2016; SANTOS, 2017).

Pode-se afirmar, portanto, que, do final da década de 1930 até a década de 1970, muitos órgãos voltados para a área do abastecimento alimentar foram criados, contudo não havia uma política específica e bem estruturada no tocante à questão da SAN (REIS, 2019).

Na década de 1980, com a persistência da desnutrição, o debate sobre SAN foi ampliado, principalmente após o aumento do êxodo rural e do movimento popular em prol do retorno da democracia. Nesse período, o INAN realizou a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (1986), que deliberou a criação do SISAN. Também em 1986, foi lançado o Programa Nacional de Leite para Crianças Carentes (PNLCC) que distribuía leite para as famílias carentes, porém o programa tinha um caráter clientelista e centralizado, sendo isolado e desarticulado de outras políticas (SILVA, 2014).

Segundo Silva (2014), a década de 1980 e o início dos anos 1990 marcaram a consolidação do conceito de SAN no país, sendo que o termo surgiu oficialmente em 1985, com a criação da proposta do PLANSAN. Apesar da proposta não ter sido implementada, o tema ganhou popularidade com a realização da Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição em

1986, que ocorreu juntamente com a VIII Conferência Nacional de Saúde (SILVA, 2014; LIMA, 2016).

Vale pontuar que as estruturas de proteção social no Brasil, especialmente até meados da década de 90, caracterizavam-se pela fragmentação institucional e pela predominância dos objetivos setoriais sobre estratégias que viessem a alterar a distribuição dos recursos de poder, tanto no sentido horizontal (entre setores) quanto vertical (entre níveis de governo) (SANTOS, 1997). Conseqüentemente, geraram uma alocação pouco eficiente dos recursos, superposição de ações e clientela, além de limitar a construção de pactos nacionais mais amplos para o enfrentamento de problemas complexos relacionados principalmente à SAN. A construção destes pactos foi fruto de uma dinâmica social participativa e compartilhada entre governo e organizações sociais que alcançou estatuto institucional através do SISAN, em 2006.

A implementação deste sistema vem promovendo uma revisão dos modelos vigentes de atenção à alimentação, visando uma lógica integrada de atuação entre os atores governamentais e da sociedade civil, tanto em nível local, estadual e nacional, destinando-se a aproximar a produção, abastecimento, comercialização e consumo de alimentos, e principalmente construir um política pública de SAN capaz de garantir o DHAA e saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, respeitando as diversidades culturais e sendo sustentável do ponto de vista socioeconômicos e agroecológico.

Os primeiros anos do século XXI foram fundamentais porque o conceito de SAN passou a sustentar uma pauta de políticas públicas destinadas à redução da fome e da população miserável e o aumento de ações solidárias para pessoas em situações de marginalização (ALMEIDA *et al.*, 2008). O Brasil vivenciou a incrustação de diversas políticas públicas de SAN nos diversos âmbitos governamentais (federal, estadual e municipal), acompanhando as tendências mundiais e a evolução do conceito, resultando na implementação de políticas públicas que contemplaram os aspectos de disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade (REIS, 2019).

Segundo Silva (2014), a inserção da SAN na agenda governamental internacional e nacional sempre foi permeada por inúmeros interesses e pelo envolvimento de diferentes atores sociais. Assim, essa temática passou por um longo processo de disputas no país e, apesar de inserida na agenda, resultou em estruturas e políticas públicas com pouco poder de recursos e frágil institucionalidade, gerando descontinuidades, com avanços e retrocessos, sem que o problema da fome e da miséria fosse efetivamente combatido no país. Em 2003, o tema da SAN

retornou e ganhou posição de destaque na agenda de governo, pelo menos em relação aos anos anteriores (SILVA, 2014).

No âmbito das políticas públicas de SAN, podemos destacar alguns programas e ações importantes realizadas recentemente para a construção dessa política no Brasil: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o PNAE do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação (MEC), os Programas de Implantação de Equipamentos Públicos de SAN para abastecimento e distribuição de alimentos do MDS. Essas políticas se articulam diretamente com as Políticas de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e possuem uma ligação com a ideia de desenvolvimento local e territorial a partir da Política de Desenvolvimento Territorial da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Essas atuações públicas e institucionais atuais são fruto de configurações que vão se construindo ao longo da história na relação entre Estado e sociedade civil, e, numa análise contemporânea podemos ressaltar a relação negociada de grupos sociais indenteditários com o Estado e suas instituições (FILIPAK, 2012).

Atualmente, as políticas públicas de SAN no Brasil vêm se orientando a partir das práticas de articulação e integração de diferentes políticas e organismos institucionais, desafio colocado para as intervenções públicas tendo em vista a necessidade de resultados mais eficientes de tais ações. O Programa Municipal Bolsa Cidadania é um exemplo de iniciativa de articulação de diferentes ações públicas em diálogo com as realidades sociais, econômicas e culturais locais. As políticas públicas de SAN se articulam com os conceitos de territórios e territorialidades no sentido da busca dessa integração.

Almeida e Paulillo (2005) destacam a abrangência do conceito de SAN e os diferentes segmentos da sociedade envolvidos com a questão. Os autores afirmam que a noção de SAN inclui 5 eixos: (1) o da saúde, que incorpora as dimensões dietética e nutricional; (2) o da higiene, que contempla a garantia de qualidade sanitária; (3) o ecológico, que considera a produção e o consumo sustentáveis; (4) o da autenticidade, que se refere aos valores e tradições culturais; e, finalmente (5) o da solidariedade, que propõe a participação de toda a sociedade, incluídas as parcelas saudáveis e sem risco alimentar e nutricional e os governantes, na conquista da SAN para todos (ALMEIDA; PAULILLO, 2005).

Figura 4: Cinco eixos da SAN



Fonte: Adaptado de Almeida e Paulillo (2005).

Os valores ligados ao eixo da saúde envolvem as dimensões dietética e farmacêutica vinculadas à composição nutricional dos alimentos (conteúdo proteico, de fibras, colesterol, etc.), sendo a educação alimentar da população carente fundamental; enquanto que o segundo eixo, da higiene e seguridade dos alimentos, prevê a ausência dos elementos tóxicos ou nocivos, noções indissociáveis da necessidade de informação, garantias e controles sobre as condições de produção e distribuição, assim como sobre as normas de embalagem. O terceiro eixo é o ecológico ou orgânico, que corresponde à produção de alimentos sem riscos tóxicos e à reivindicação do respeito ao meio ambiente. A demanda alimentar deve, assim, concernir relevância tanto à qualidade do alimento quanto à maneira de produzi-lo, sendo a ecologia um valor crescente nos hábitos de vida da população, o que é verificável nos países desenvolvidos a partir da relevância dos movimentos de apoio dos consumidores pela preservação do meio ambiente. O quarto eixo é o da autenticidade, os ideais do saber fazer que se referem aos valores naturais e tradicionais da produção agroalimentar, assim como à valorização da origem dos produtos e às especificações dos processos produtivos agrícolas e agroindustriais (desde a utilização da terra até a forma de processamento). Por fim, o quinto eixo é o da solidariedade, no qual os valores morais impulsionam a participação da população bem nutrida em ações humanitárias no processo de consumo através da compra de um produto socialmente correto ao invés vez de outro. Nesses produtos o preço a ser pago é mais elevado por privilegiarem a produção agrícola e o seu processamento advindo de assentamentos rurais ou pequenas propriedades, agregando-lhes valor, ainda, o fato de serem produtos ecologicamente corretos,

sem o uso de mão de obra infantil, etc. Nesse sentido, muitos são os exemplos de ações como as do movimento Comércio Justo internacional, dos mercados institucionais municipais e dos produtos agroindustriais familiares que estão crescentemente alavancando o seu consumo (ALMEIDA, 2013, p.12). Portanto, como afirma Almeida (2013, p.13) o envolvimento de produtores e consumidores em associações, cooperativas e redes de articulação de interesses comuns são elementos estruturantes importantes, também, na construção da segurança alimentar e nutricional, estejam eles relacionados à produção e oferta de alimentos ou à demanda por determinados produtos. Desse modo, os valores de saúde, higiene, autenticidade e solidariedade para a segurança alimentar são socialmente construídos e compartilhados em orquestrações amplas na sociedade ou também em redes de políticas públicas que surgem focadas para a funcionalidade e a adaptação de um padrão alimentar com equidade para a população mal nutrida.

Para o Estado, a política de SAN está incorporada no SISAN, constituído pela Lei nº 11.346/2006, que estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição deste sistema, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o DHAA. No art. 2º da presente lei, é colocado que:

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (BRASIL, 2006).

Essa afirmação é corroborada pelo art. 10º, que, referindo-se ao SISAN, estabelece ainda que o mesmo:

tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País (BRASIL, 2006).

Posteriormente, a essa proposta inicial foram agregados outros programas complementares, como implantação de restaurantes populares em grandes centros, bancos de alimentos, construção de cisternas para o fornecimento da água de bebida e ações de fortalecimento da agricultura familiar, a exemplo, o armazenamento de água para a produção de alimentos para o autoconsumo, mas principalmente, com a compra direta pelo governo junto aos agricultores. Foi um conjunto de entidades da sociedade civil e movimentos sociais,

participantes do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, que defenderam que o combate à fome se consolidasse sobre a construção de uma PNSAN que articulasse diferentes políticas públicas com o objetivo da garantia DHAA para todos os habitantes do território nacional, considerando suas particularidades culturais (VALENTE, 2005).

A política de SAN passa a incorporar, então, as dimensões da produção de alimentos, em especial da agricultura familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, do abastecimento - incluindo a água - da geração de emprego e da redistribuição de renda, da biodiversidade, da promoção da saúde e da nutrição, da segurança dos alimentos, da educação alimentar, da promoção da alimentação saudável e da produção do conhecimento, com o objetivo de promover a realização do DHAA. A estratégia de promoção da SAN adotada pelo Brasil contemplou, portanto, a coordenação de políticas públicas e programas relacionados à SAN, seguindo duas linhas de ação que dizem respeito à garantia do acesso à saúde e alimentação adequada para os segmentos mais desfavorecidos da população e à inclusão destes grupos em atividades produtivas e econômicas, no sentido de implementar programas que estimulem e consolidem economias locais no auxílio à redução da pobreza (FILIPAK, 2012).

A SAN, portanto, enquanto política pública, consiste fundamentalmente em garantir o acesso da população a alimentos de qualidade e em quantidades suficientes para uma vida ativa e saudável (FAO/ONU, 2014). Esse conceito está em constante construção, evoluindo de acordo com as alterações na organização social e nas relações de poder que ocorrem ao longo da história da sociedade, e vem sendo trabalhado nas últimas décadas conforme o enfrentamento da fome passa a exigir políticas cada vez mais pensadas para atender às demandas advindas dos problemas sociais (REIS, 2019).

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAN EM ARARAQUARA-SP

4.1. Breve histórico

Uma série de programas de SAN começaram a ser introduzidas no Brasil desde 2000, como a compra de produtos de agricultores locais para a merenda escolar, banco de alimentos, restaurantes populares, varejões da agricultura familiar, padarias populares, hortas comunitárias, etc. Esses programas foram estabelecidos localmente para enfrentar o desafio de alcançar um estágio de SAN de curto prazo em cada município, alinhando a população menos favorecida para condições mínimas de cidadania e, assim, começar a preparar as pessoas para novos horizontes de inclusão social (ALMEIDA; PAULILLO, 2011).

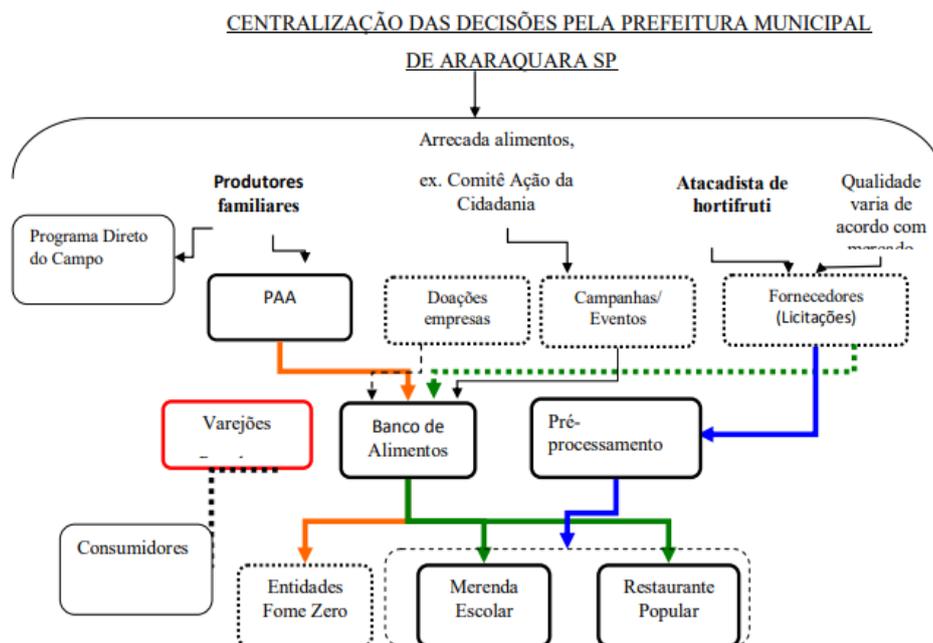
O município de Araraquara-SP, nesta perspectiva, iniciou sua trajetória histórica de consolidação e construção da agenda de políticas públicas para a SAN, que, segundo Paulillo (2002) “começaram a se conectar e formar redes de inclusão social no âmbito municipal (resultando em aumento da capacitação para determinados empregos, volta às escolas, organização das famílias, educação alimentar, primeiro emprego para jovens carentes, etc.)”.

Em 2007, como forma de contemplar a agricultura familiar de assentamentos e pequenos produtores rurais na agenda municipal, a Prefeitura desenvolveu parcerias com o GF com o objetivo de efetuar a venda direta dos produtores aos consumidores locais, através de programas, como Direto do Campo, Feiras e PAA, e ainda, a integração das produções de alimentos da agricultura familiar em projetos de mercado institucional, como a alimentação escolar, restaurante popular e o banco de alimentos.

Até o ano de 2008, os programas de SAN (PAA, Banco de Alimentos, Merenda Escolar - PNAE e Direto do Campo) no município de Araraquara-SP eram centralizados e geridos pela Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar e considerados como origem de modelo de desenvolvimento alternativo às economias regionais, capazes de promover padrões de SAN e responsabilidade social do município (FLORES, 2012). Desde o início da formação da rede, desenvolveu-se o processo de transferência de conhecimento e informação entre os atores: prefeitura municipal, equipe da Secretaria da Agricultura, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), produtores rurais, professores e diretores de escolas. Estas informações foram desde questões práticas como formação de preços vigentes no mercado a questões burocráticas como a formulação de planilhas de custos de mercadorias, às capacitações de busca de mercados institucionais, vendas, produção agroecológica e outros (ALMEIDA, 2010).

As políticas de SAN do município de Araraquara-SP funcionavam sob uma rede de coordenação centralizada por um órgão da prefeitura municipal, com três gerências com relativa autonomia, o que conferia uma agilidade considerável. A gestão centralizada das políticas de SAN do município ocorria, portanto, mais especificamente no âmbito da Secretaria de Projetos e Ações da Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar, na qual os programas desenvolvidos focavam o abastecimento local e a inserção social de agricultores familiares (ALMEIDA; PAULILLO, 2011).

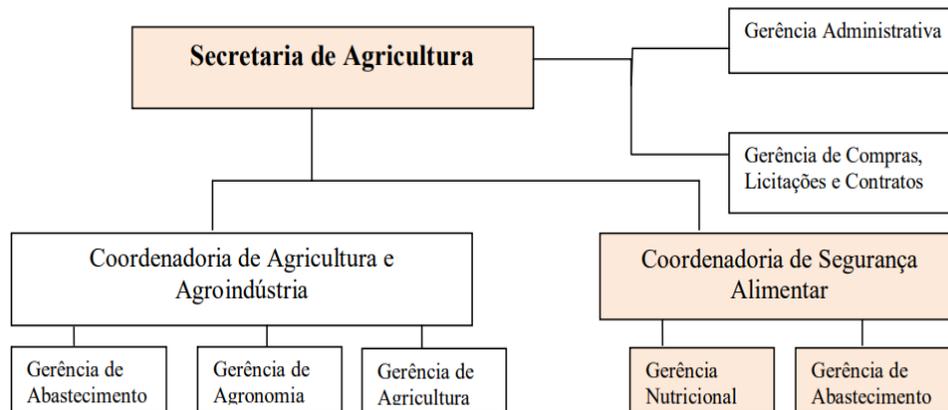
Figura 5 – Rede Política de SAN no município de Araraquara-SP



Fonte: Almeida (2009).

A partir de 2009, já numa nova administração municipal, a então Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar é transformada em Secretaria de Agricultura, órgão mais independente capaz de promover também a diminuição da burocracia, agilizando a execução dos programas. Com este desmembramento, o novo desenho da gestão dos programas de SAN se dá em três níveis: Secretaria da Agricultura, Coordenadoria de Segurança Alimentar, Agricultura e Agroindústria e Gerências, conforme estrutura ilustrada na Figura 6.

Figura 6 – Desenho da gestão de Programas de SAN de Araraquara-SP em 2009



Fonte: Gomes e Almeida (2011).

Os programas relacionados às políticas de SAN de Araraquara têm continuidade nas gestões municipais e sofrem, a cada novo mandato ou mudança de governo, mudanças pertinentes a fatores internos ou externos, como nova Gerência Administrativa Secretaria de Agricultura; Gerência de Compras, Licitações e Contratos; Coordenadoria de Segurança Alimentar; Coordenadoria de Agricultura e Agroindústria; Gerência de Abastecimento Gerência Nutricional; Gerência de Agricultura; Gerência de Agronomia; Gerência de Abastecimento; institucionalidades, injeções federais de recursos, alterações de valores, descentralização, o Conselho da Alimentação Escolar (CAE), dentre outros. O município de Araraquara foi um dos pioneiros no lançamento de políticas locais de SAN, onde buscou envolver produtores rurais da região e, por meio do PAA, dinamizar iniciativas sob o olhar do desenvolvimento regional, formando uma rede de políticas de SAN de forte coesão (FLORES, 2012).

Vale destacar que programas municipais de SAN podem ser coordenados conjuntamente e, assim, formarem uma rede de política pública local. Os programas de SAN podem compor uma construção política e social entre atores públicos e, em alguns casos, privados que buscam recursos variados, como: informação, regras facilitadoras, controle das atividades, reputação e legitimidade perante outros atores, agilidade na tarefa, grau de centralidade na rede de trabalho, coesões relacionais e estruturais para a eficácia da mesma rede, etc. (PAULILLO, 2010; RHODES, 1992). Especificamente em Araraquara, o conjunto de políticas de SAN que interagem e se complementam forma uma rede de conexões primárias e secundárias (FLORES, 2012).

A Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar surgiu assim em 2012, com a proposta da prefeitura do município de centralizar os programas e/ou políticas ligadas a todas

as questões da SAN local. Esta se tornou pertinente em um contexto em que o município de Araraquara passou a se inscrever em vários editais do MDS no período de 2012 a 2016, com a finalidade de obter financiamento para um conjunto de iniciativas que visam à inclusão de pessoas produtivas (da agricultura familiar até as hortas urbanas). O princípio desse processo de inclusão é a destinação de alimentos a pessoas em estado de IA e também em estados de SA. Segundo Almeida et al. (2008, p.179), a forma de gestão centralizada adotada pela prefeitura nesse período contava com uma equipe bastante diversificada de funcionários como nutricionistas, engenheiro agrônomo, engenheiro de alimentos, técnico agropecuário e sociólogo. As tomadas de decisões são dos gestores, mas em muitas situações, o processo passa por entraves institucionais por conta da rigidez dos editais federais.

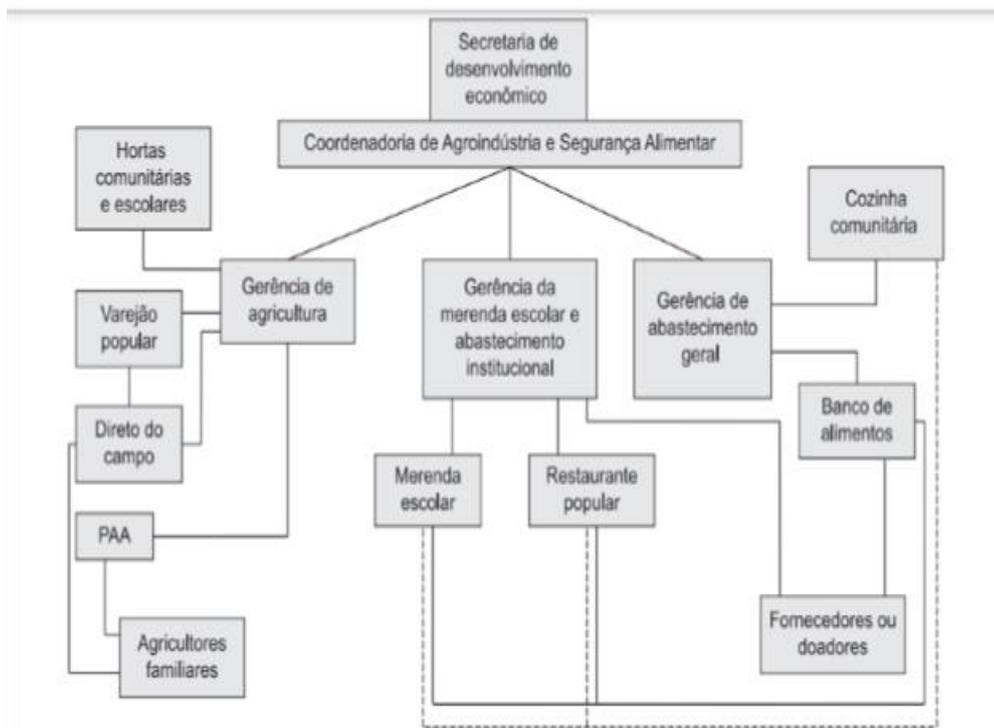
A Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar é o ator que apresenta o maior número de ligações entre os participantes da rede de programas locais de SAN, porque ela conecta as três gerências coordenadoras. Entre as gerências, a de Agricultura é que possui mais conexões, justamente porque ela é responsável pelo maior número de programas de SAN de Araraquara: o PAA, o Direto do Campo, o Varejão Popular e o Programa de Hortas. Contudo, é seguida bem de perto pelas outras duas gerências (de abastecimento geral e institucional), que possuem, respectivamente, três conexões. Os demais atores da rede não possuem mais que duas conexões permanentes e que influenciam a dinâmica dessa rede de política de SAN.

O grau de centralidade já é um primeiro indicador de que a coordenadoria de SAN e suas três agências coordenam totalmente a rede de SAN de Araraquara. O Banco de Alimentos e o Restaurante Popular são atores que apresentam três conexões cada e que, assim, são os que possuem uma influência secundária na dinâmica da rede. São conexões do índice de segurança alimentar (ISA) e visam manter a coordenação do fluxo alimentar para dois públicos (agricultores familiares e população urbana carente) e não exclusivamente aos agricultores (como são os casos do Direto do Campo, PAA e Varejão Popular – todos com duas conexões cada).

Quando se considera o controle e a qualidade dos vínculos, isso fica mais claro. A coordenadoria local de SAN (que recebeu legitimidade do poder local, a designação da Prefeitura Municipal) é o ator que possui os maiores recursos de controle da rede. Entre os principais recursos estão: sistema de suprimento aos programas, coordenação da licitação para a merenda escolar, centralização do fluxo logístico, coordenações das reuniões dos programas de alimentação escolar, prato cheio e hortas nas escolas e comunitárias, etc. As acumulações dessas funções facilitam o desenvolvimento de sua reputação como ator principal, desde que este execute as regras e normas combinadas (ALMEIDA; PAULILLO, 2011).

Conforme mostra a Figura 7, a Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar está submetida à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município. As três gerências criadas pela Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar, cada uma responsável por um conjunto de programas: da Agricultura; da Merenda Escolar e Abastecimento; e, por último, a de Abastecimento Institucional Geral (ALMEIDA; PAULILLO, 2011).

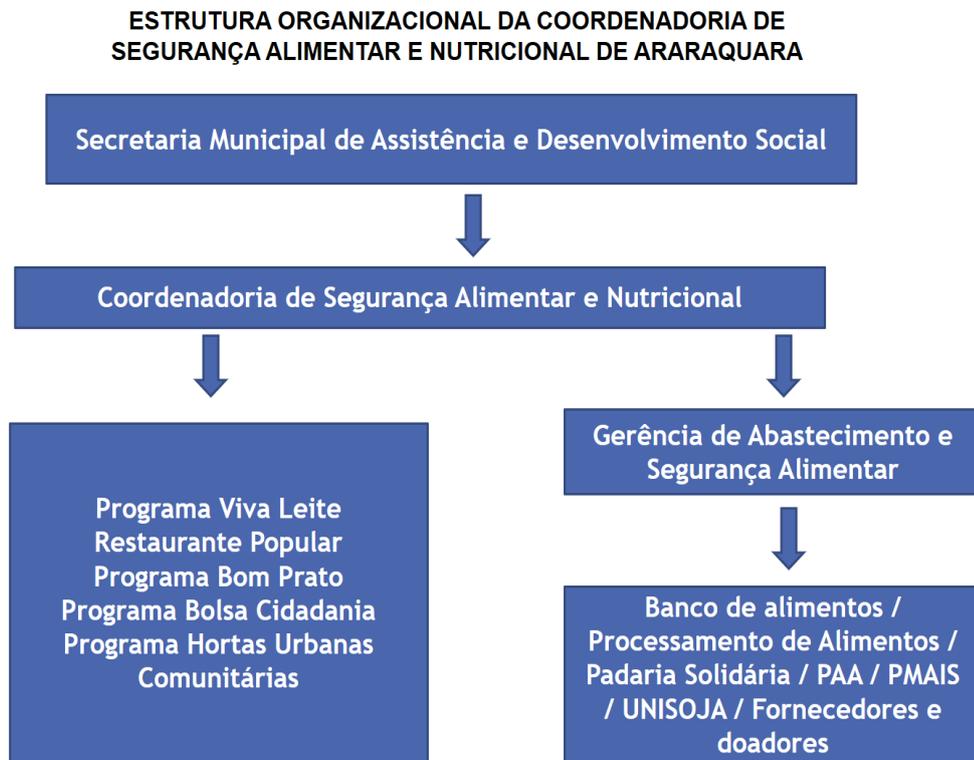
Figura 7 – Rede Política de SAN no Município de Araraquara-SP



Fonte: Almeida e Paulillo (2011).

Atualmente, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Araraquara (SMADS) é responsável pela garantia da proteção social da população em situação de risco e vulnerabilidade social e tem como finalidade formular, coordenar, implementar, executar, monitorar e avaliar serviços, programas e projetos estratégicos para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no âmbito local. É o órgão responsável por desenvolver e implementar todas as ações da política municipal de SAN em consonância com as diretrizes do SISAN. Desde 2017, a Coordenadoria de Segurança Alimentar foi vinculada à SMADS. Desta forma, as ações estão sendo desenvolvidas de forma a integrar as políticas de Proteção Social do SUAS e de SAN do SISAN nos diversos campos de atuação, conforme mostra a Figura 8.

Figura 8 – Estrutura Organizacional da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional de Araraquara (2017 –2020)



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

É importante destacar também que a implantação de programas de SAN nos municípios está condicionada a uma sistemática de procedimentos e ações, envolvendo agentes e entidades. O caso de Araraquara-SP é interessante porque ele apresenta um conjunto de iniciativas que estão avançando e sendo defendidas no Brasil como alternativas de êxito para o avanço da segurança alimentar territorial. No caso em questão, é fundamental a existência do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSAN (FLORIAN, 2011).

Em Araraquara, o COMSAN, instância deliberativa foi criado em 08 de julho de 2003, pela Lei nº 6.023, com objetivo de contribuir para a concretização do DHAA e à SAN. A partir da criação do COMSAM, o município passou a se inscrever em vários editais do MDS com objetivo de obter financiamentos para um conjunto de iniciativas que visam inclusões de pessoas da agricultura familiar, assentados ou não até pessoas que trabalham na horta urbana para a geração de alimentos que possam atingir pessoas em situação de IA. São 36 integrantes (12 do poder público e 24 da sociedade civil) que fazem parte do conselho e irão propor,

acompanhar e fiscalizar as ações da Prefeitura nessa área, o mandato é de 2 anos e não há remuneração.

Vale pontuar também que, em Araraquara, a criação da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar (CAISAN), instância fundamental para a implantação e o fortalecimento das políticas de SAN no município, foi criada pela Lei Municipal nº 9.147, de 6 de dezembro de 2017 e faz parte do SISAN. A CAISAN tem como principais funções coordenar a execução da Política e do Plano Municipal da área, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação, é formada por representantes das Secretarias de Assistência e Desenvolvimento Social, Trabalho e Desenvolvimento Econômico, Saúde, Educação, Esportes e Lazer, Planejamento e Participação Popular, Desenvolvimento Urbano e Cultura.

Segundo o Coordenador Executivo de Segurança Alimentar, Marcelo Mazeta:

a CAISAN tem por objetivo assegurar que as atividades desenvolvidas pelas secretarias municipais estejam em consonância com a política pública nacional de segurança alimentar e nutricional e além disso, a integração entre as secretarias municipais promove a intersecretorialidade e efetividade das ações e projetos da área, permitindo ações conjuntas para garantir o direito humano à alimentação saudável e adequada para a população socialmente vulnerável de nosso município (PORTAL RCIA, 2018).

Outro importante destaque foi a adesão de Araraquara, em 2019, ao Pacto de Milão²⁹ sobre Política de Alimentação Urbana (PAU). O município de Araraquara enviou três programas da política pública municipal de SAN para avaliação do comitê em 2020³⁰. O Pacto de Milão foi lançado oficialmente durante a Expo Milão 2015 e conta, atualmente, com a participação de 161 cidades de 46 países de quatro continentes. Sua missão é incentivar, fomentar e divulgar práticas sustentáveis ligadas à SAN. O objetivo do município é apresentar os projetos implantados em Araraquara na área da SAN voltados à população em situação de risco social. A Prefeitura também poderá concorrer a um prêmio anual de referência em políticas públicas. Esta participação está em consonância com o PNSAN segundo a Lei Federal nº 11.346/2006 e Decreto Federal nº 7.272/2010, que estabelece na diretriz nº 7 o apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional.

²⁹ Ver: <https://amp.acidadeon.com/araraquara/cotidiano/cidades/NOT.0.0.1608180>. pagina-do-facebook-do-pacto-de-milao-destaca-araraquara.aspx

³⁰ Segundo relato do Coordenador Municipal de SAN Marcelo Mazeta foi enviado os programas: Programa Municipal de Horta Urbanas Comunitárias, Banco Municipal de Alimentos e o Programa Municipal Bolsa Cidadania.

A atual gestão municipal está implantando ações e programas que tem como objetivo atender as pessoas em vulnerabilidade social, e também com vistas a incentivar e fortalecer a agricultura familiar local. Neste sentido, desde de 2019 iniciaram a execução do Programa Municipal de Agricultura de Interesse Social (PMAIS)³¹, utilizando recursos municipais³² para aquisição de hortifrúteis de associações de agricultores familiares, sendo os alimentos destinados a distribuição semanal de 500 cestas para as famílias cadastradas nos 10 CRAS, abrangendo todos os bairros do município.

Outra proposta foi a implantação do Programa Municipal Bolsa Cidadania, uma política de governo local e intersetorial, que prevê uma renda mínima destinada a aquisição de alimentos para as pessoas em elevado risco social identificadas pela Assistência Social. Vale ressaltar que, muito além da transferência de renda, que é essencial para garantir o DHAA, o Programa Municipal Bolsa Cidadania estabelece condicionalidades a serem cumpridas, como frequência escolar e em ações de saúde, cursos de qualificação permanente e atividades voltadas à geração de renda que serão desenvolvidas em conjunto com a Coordenadoria Executiva do Trabalho e de Economia Criativa e Solidária (CETECS), com vistas ao resgate social destas famílias, seja através de palestras e cursos de preparação para o mercado de trabalho, ou através da formação de grupos para o cooperativismo e empreendedorismo.

4.2 Articulação do SUAS e do SISAN no município de Araraquara-SP

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), desenvolvida pelo SUAS, por seu caráter de política de Proteção Social, organiza-se por objetivos e complexidades em Proteção Social Especial (PSE) e Proteção Social Básica (PSB). A primeira, atuando em situações onde direitos e vínculos já foram violados; a segunda tem como foco de atuação ações preventivas, protetivas e proativas. Já a PNSAN, com base no SISAN objetiva identificar, analisar, divulgar e atuar sobre os fatores condicionantes da IA articulando programas e ações de diversos setores de forma a garantir o DHAA.

³¹ Ver: <http://consulta.camara-arq.sp.gov.br/ProjetosLei/71-2013> . Dispõe sobre a criação do Programa Municipal da Agricultura de Interesse Social - PMAIS, voltado aos agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, assim considerados pela Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, bem como às respectivas associações e cooperativas, visando o apoio a estes produtores de modo a fixá-los na área rural, contribuindo para minimizar o êxodo e estimular a produção e dá outras providências.

³² Ver <http://consulta.camara-arq.sp.gov.br/Documentos/Documento/203253> . Autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito adicional especial, até o limite de R\$ 94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos reais) para atender despesas decorrentes do Programa Municipal da Agricultura de Interesse Social - PMAIS, e dá outras providências.

Nesse sentido, as ações da política de SAN são desenvolvidas e implementadas por diversas ações e políticas públicas que acontecem no território, tais como as políticas de saúde, assistência social, educação, desenvolvimento agrário, entre outras. Ambas as políticas possuem organização e gestão descentralizadas e pautadas na participação e controle social além de importantes instâncias integradoras com a sociedade civil, como conselhos, conferências, comitês e fóruns. Desse modo, a integração SUAS e SISAAN viabiliza-se por meio das relações no território, onde somam-se esforços e estratégias para o enfrentamento simultâneo da vulnerabilidade social e da Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN), voltados à garantia do DHAA. Esta integração dos sistemas SUAS-SISAAN está sendo articulada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário-MDSA, e diante do caminho percorrido pelas Secretarias do MDS e da potencialidade de interfaces entre SUAS e SISAAN, foram priorizadas inicialmente as seguintes diretrizes (BRASIL, 2018):

- **Busca Ativa:** consiste em estratégia para fazer com que os serviços, benefícios, programas e projetos alcancem as famílias e o território. Pretende levar informação, orientação e identificar necessidades e demandas das famílias e do território em situação de desproteção social. Para a qualificação da busca ativa, torna-se fundamental que essas equipes utilizem o Mapa de Insegurança Alimentar – Mapa INSAN. Este Mapa é um estudo desenvolvido com o objetivo de identificar as famílias e indivíduos que se encontram em INSAN, a partir de dados do CadÚnico e do SISVAN;
- **Oferta do Alimento:** realizada a partir da disponibilidade de cesta básica; trata-se de um benefício eventual da Assistência Social, ofertado na situação de vulnerabilidade temporária para indivíduos e famílias. É identificado expressamente na legislação (Art. 7º, Decreto nº 6.307 de 14 de dezembro de 2007) na forma de três modalidades - alimentação, documentação e domicílio. Esta oferta não pode ser prestada de forma fragmentada e dissociada do conjunto mais amplo de proteção social, da política de assistência e de demais políticas públicas. O benefício eventual deve ocorrer até o restabelecimento das seguranças sociais. Considera-se necessário aperfeiçoar este benefício garantindo maior efetividade para a SAN e o alcance do DHAA dos beneficiários. É importante que as políticas de compras públicas dos produtos da agricultura familiar, como o PAA e os equipamentos públicos de SAN, como restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias, estejam em sintonia com a assistência social, em nível local;
- **Atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN):** compreende-se por EAN o campo do conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar,

intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, corroborando para o acesso ao DHAA e Saudável. A promoção da Alimentação Saudável e de EAN pode ocorrer em toda a rede socioassistencial e no escopo de programas como, por exemplo: (1) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, por meio das ações comunitárias de EAN no trabalho social com famílias, a exemplo das hortas comunitárias e oficinas com famílias; (2) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, nas atividades desenvolvidas no serviço por ciclo de vida; (3) Na integração do Programa Criança Feliz (PCF), na orientação às famílias no tocante à alimentação adequada e saudável; (4) Para fortalecer e compreender a abordagem desta temática, as equipes técnicas podem orientar-se pelos cadernos que se encontram no site do MDSA.

- **Apoio e fortalecimento dos processos produtivos da Agricultura Familiar:** a assistência social possui grande relevância nos processos produtivos, uma vez que se insere na organização das famílias e comunidades rurais. Uma das propostas é relacionar com Acessuas trabalho³³ e Acessuas rural³⁴ para povos e comunidades tradicionais. Com isso, objetiva-se que a inclusão produtiva possa ser pensada como mecanismo complementar para autonomia e emancipação dos usuários acolhidos pela Assistência Social.

O município de Araraquara está seguindo esta tendência de integração SUAS-SISAN, pois a partir do início da nova gestão municipal em 2017, a Coordenadoria de Segurança Alimentar foi vinculada à SMADS. Desta forma, as ações estão sendo desenvolvidas de forma a integrar as políticas de Proteção Social e de SAN, principalmente entre a Coordenadoria de Segurança Alimentar com a Coordenadoria de Assistência Social, que abarca diversos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais, realizando através de sua gerência de vigilância socioassistencial e CadÚnico, a identificação do público prioritário em situação de vulnerabilidade social e IA, elaborando relatórios dirigidos ao monitoramento da oferta de serviços socioassistenciais, através da coleta de informações, discussões e análise dos resultados e principalmente de diagnósticos socioterritoriais.

³³ Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho ACESSUAS TRABALHO tem por finalidade promover o acesso dos usuários da Assistência Social ao mundo do trabalho. Instituído pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS (Resolução nº 18 de 24 de maio de 2012), o Programa é implementado em parceria com as Secretarias de Assistência Social dos municípios e do DF, que se responsabilizam pela mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários em situação de vulnerabilidade ou risco social, para ações de inclusão produtiva.

³⁴ A oportunidade é direcionada à população da área urbana e rural, com idade entre 14 e 59 anos, usuários da PNAS.

Na Figura 9, estão elencadas as principais características da estrutura organizacional das coordenadorias de segurança alimentar e da assistência social do município de Araraquara (2017-2020), destacando-se a interlocução entre as duas coordenadorias e a integração das gerências de abastecimento e segurança alimentar e a gerência de vigilância socioassistencial e CadÚnico nos encaminhamentos e direcionamento do público-alvo aos respectivos programas de SAN, bem como na execução dos mesmos tanto em nível municipal, estadual ou federal.

Figura 9 - Estrutura Organizacional da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional e de Assistência Social de Araraquara-SP (2017 –2020)



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Em relação ao Programa Municipal Bolsa Cidadania, segundo o Coordenador de SAN, Marcelo Mazeta, essa integração entre o SUAS e o SISAN foram fundamentais para a implantação do programa, pois envolveu diretamente as ações da proteção social com as ações de SAN com o objetivo de atender as vulnerabilidades de seus beneficiários de maneira integradora e emancipatória, visando garantir e afiançar as seguranças de acolhida, de renda, de convivência social e de soberania alimentar, que tanto a política nacional de assistência social, quanto a PNSAN se propõe a defender.

4.3 O PLAMSAN/DRS de Araraquara-SP (2018-2021): princípios para sua construção

O PLAMSAN e Desenvolvimento Rural Sustentável - DRS foi elaborado a partir das diretrizes da primeira Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMSANDRS). O processo contou com a efetiva participação da sociedade civil a partir do mês de setembro de 2017, quando foram realizadas as pré-conferências municipais no período de 04 de setembro a 16 de outubro de 2017. As pré-conferências foram realizadas em diversos segmentos da sociedade civil, envolvendo secretarias municipais, assentamentos rurais, bairros rurais, universidade, horta comunitária, centros de referência em assistência social (CRAS e CREAS), centro especializado em moradores de rua, centro do idoso, associação dos fornecedores de cana, centro da juventude e casa abrigo.

Neste período, foram realizadas 24 pré-conferências, com a participação efetiva de cerca de 200 pessoas, o que fortaleceu ainda mais a construção das políticas voltadas ao DHAA e ao DRS. As 76 propostas elaboradas nas pré-conferências foram organizadas por eixos e na conferência passaram por avaliação dos quatro grupos de trabalho, onde, após a análise dos participantes, foram aprovadas, reformuladas ou rejeitadas, sendo finalmente apresentadas na plenária final para deliberação.

A primeira CMSANDRS foi realizada no dia 26 de outubro de 2017, na Escola Técnica Estadual - ETEC “Anna de Oliveira Ferraz” (Escola Industrial). A conferência foi um momento de convergência de todas as discussões e propostas advindas das etapas preparatórias. Durante a conferência, todos os participantes inscritos tiveram direito à voz e voto. Houve participação de autoridades do poder público estadual e municipal, de representantes de secretarias municipais, universidades, órgãos de pesquisa e extensão, assentamentos rurais, sindicatos e associações de produtores rurais, CRAS, CREAS, destacando-se a expressiva participação de mulheres. Ao final da conferência foram aprovadas 72 propostas que, por exprimir a efetiva participação popular e a intersetorialidade dos debates, foram publicadas conforme a Lei Municipal Nº 9.160 de 17 de janeiro de 2018, e foram as diretrizes seguidas para a construção do PLAMSAN e de DRS (2018-2021).

4.3.1 Intersetorialidade

A intersetorialidade é compreendida como uma articulação estratégica voltada à convergência de iniciativas e integração de recursos gerenciais, financeiros e humanos com o

objetivo de organizar de maneira mais colaborativa, articulada e flexível o padrão tradicionalmente fragmentado das estruturas burocráticas institucionais públicas. O exercício da intersectorialidade pressupõe uma ação conjunta que propicie a otimização de saberes, competências e relações entre os diferentes setores e segmentos, do poder público e da sociedade civil, com a finalidade de promover da interação à integração das políticas, planos e programas, das áreas afins, respeitando as atribuições de cada um, durante o processo de construção e efetivação da Política Pública de SAN/DRS.

O princípio da intersectorialidade foi amplamente utilizado no planejamento das ações para elaboração do Plano Municipal de SAN/DRS, que contou com a participação efetiva de diversos segmentos da sociedade civil e do poder público, a partir da primeira CMSANDRS, além das reuniões do COMSAN e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), que foram reformulados conforme Leis Municipais nº 9.031/17 e nº 8.971/17, respectivamente. Destaca-se ainda o papel fundamental da CAISAN, instituída pela Lei Municipal nº 9.147 de 06 de dezembro de 2017, que integrou as Secretarias municipais na discussão e elaboração do PLAMSAN/DRS.

Todo este processo é essencial à efetiva implantação das PMSAN e PMDRS, de forma a garantir o DHAA e a Produção Agropecuária Sustentável (PAS), pela articulação das políticas, planos e programas das áreas afins. Este trabalho intersectorial foi construído com diálogo, sinergia, responsabilidade e esforços entre os atores envolvidos na busca por resultados integrados, possibilitando superar a prática de ações sobrepostas ou fragmentárias, potencializando e otimizando os recursos existentes.

A questão da intersectorialidade no Programa Municipal Bolsa Cidadania é fundamental para o seu funcionamento, principalmente nas ações do Comitê Interno do programa, formado por várias secretarias e técnicos do poder público, que tem a responsabilidade de avaliar a situação de cada beneficiário, desde sua entrada e saída do programa.

O grande desafio é fortalecer a intersectorialidade do programa para não se tornar um entrave para sua implantação e execução, e sim um potencializador de diálogos com todos os equipamentos públicos, rede socioassistencial e o sistema de garantia de direitos, de forma articulada e integrada.

4.3.2 Soberania alimentar

O conceito de soberania alimentar, estabelecido durante o Fórum Mundial de Soberania Alimentar em 2007, consiste no direito dos povos de definir seu próprio sistema alimentar e

produtivo, pautado em alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos de forma sustentável e ecológica, o que coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas, além de defender os interesses e incluir as futuras gerações.

Neste cenário, o PLAMSAN/DRS foi elaborado de forma conjunta pelas Coordenadorias Municipais de Segurança Alimentar e da Agricultura a partir da discussão do DRS, que envolveu os eixos temáticos da produção dos alimentos e da comercialização dos produtos, e da SAN, que tratou do acesso aos alimentos e da EAN para o consumo inteligente, que nortearam a conferência municipal. Acerca do conceito de Soberania Alimentar, o Programa Municipal Bolsa Cidadania possui como principal meta, a promoção e estímulo da autonomia e do protagonismo de seus beneficiários com a transferência de renda para a aquisição de seu próprio alimento, além de oportunidades de conhecer as melhores práticas de consumo sustentável.

4.3.3 Participação e controle social

A participação social é uma maneira efetiva de distribuir melhor o poder de decisão entre diferentes grupos sociais, sendo um conceito inter-relacionado e que completa o conceito do controle social. Na prática, os conceitos se mesclam e se confundem, uma vez que nascem da ideia comum de cidadania, descentralização de poder e soberania popular.

O PLAMSAN/DRS foi construído neste contexto, pois permitiu que vários segmentos da sociedade civil participassem de forma efetiva da elaboração das PMSAN e PMDRS, o que legitimou e deu qualidade ao plano. Esta participação ocorreu durante as pré-conferências e na conferência municipal que resultou em rico processo de pactuação intersetorial traduzidos em forma de diretrizes para a elaboração do plano municipal, conforme consta na Lei Municipal nº 9.160/2018. Durante todo o processo, houve a atuação dos conselhos municipais – COMSAN e CMDR, que a partir dos resultados da primeira CMSANDRS, indicaram as prioridades das PMSAN e PMDRS e do PLAMSAN/DRS.

O COMSAN e o CMDR fazem o controle social e, a partir das diretrizes da conferência municipal, estabeleceram em conjunto com a CAISAN, as estratégias, sistematizadas em programas e ações a serem desenvolvidos e periodicamente monitorados para a tomada efetiva de providências com vistas a se alcançar os resultados propostos.

Em relação à participação e controle social referente ao Programa Municipal Bolsa Cidadania, verifica-se que as instâncias referentes a esses conceitos são o comitê interno e

externo do Programa, ambos são complementares. O primeiro possui o objetivo de monitorar e controlar a entrada e saída dos indivíduos, já o segundo tem o objetivo de monitorar e fiscalizar o programa e propor melhoramentos ou mudança de rotas.

Segundo a Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Araraquara, Jaqueline Barbosa, o grande desafio nesse processo de implantação e operacionalização foi garantir a participação social do beneficiário nas decisões e avaliação do programa dentro desses comitês, para que pudessem exercer de fato o que visa o Programa Municipal Bolsa Cidadania, neste caso, o fortalecimento da cidadania, do protagonismo, da soberania popular e da emancipação de direitos de seus beneficiários.

4.4 Caracterização dos programas de SAN de Araraquara-SP

As ações de combate à fome no município com vistas a garantir o DHAA e saudável são executadas pela equipe multidisciplinar da Coordenadoria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional, composta de profissionais de várias áreas, desde engenheiros de alimentos, nutricionistas, técnicas em nutrição, agentes administrativos e sociais que em conjunto a equipe multidisciplinar da Coordenadoria Executiva de Assistência Social, composta por assistentes sociais, psicólogos, sociólogos, filósofos e pedagogos, são os responsáveis pela elaboração, planejamento, acompanhamento e execução dos programas de SAN desenvolvidos no município de Araraquara. É necessário destacar, que entre as coordenadorias, existe um trabalho integrado, mas que muitas vezes apresenta divergências como a aplicação de recursos, focalização e priorização de ações das equipes em relação a determinado programa, visto que, existe uma defasagem de recursos humanos para a gama de programas executados pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e outros setores. A Figura 10 mostra um resumo dos dados dos Programas de SAN em 2018.

Figura 10 – Dados dos Programas Municipais de SAN de Araraquara-SP

Indicadores de Desempenho	TOTAL - 2018
Distribuição de Alimentos – PAA (Kg)	181.676,40
Distribuição de Alimentos - Doação de Parceiros (Kg)	78.800,80
Doação Total de Alimentos (Kg)	260.477,20
Entidades Beneficiadas/Mês	45
Estimativa de Pessoas Beneficiadas/Mês	3834
Eventos do Núcleo de Educação Alimentar	74
Nº de Pessoas Participantes/Capacitadas	1.561
Nº de Refeições nos Restaurantes Populares	328.602
Quantidade de Leite de Soja distribuído (unidades de 160 ml)	182.800

Fonte: ARARAQUARA (2018-2021).

Vale pontuar que através dos indicadores de desempenho destacados no quadro da Figura 10, o leque de ações, serviços e programas de SAN estruturados e direcionados para população mais vulnerável e em risco social no município de Araraquara, em 2018, chegou a 3.834 pessoas beneficiadas, com cerca de 45 entidades sociais, chegando ao montante de 181.676,40 kg pelo PAA e 78.800,80 kg através de doação de parceiros ao Banco de Alimentos Municipal, perfazendo um total de 260.477,20 kg. Em relação aos restaurantes populares, verifica-se um montante de 328.602 refeições disponibilizadas prioritariamente à população de baixa renda, garantindo assim, o acesso a uma alimentação saudável e adequada a quem mais necessita. Acerca da distribuição de leite de soja, foram distribuídos cerca de 182.800 (unidades de 160 ml) beneficiando tanto as pessoas cadastradas que retiram o leite 2 vezes por semana nas unidades referenciadas, quanto as das entidades sociais parceiras.

Uma vez garantido o DHAA, a política pública municipal de SAN inovou e implantou o NEAN (Núcleo de Educação Alimentar e Nutricional) com vistas à educação permanente e conscientização para melhorar os hábitos alimentares, estimular a prática de atividades físicas e melhorar a qualidade de vida do público atendido nas entidades e programas sociais, escolas e população em geral, em 2018, chegaram a 74 eventos realizados pelo NEAN, com cerca de 1.561 pessoas capacitadas e sensibilizadas. Foi estabelecido um cronograma permanente de ações educativas e a partir desta concepção, vem sendo realizada uma série de ações e capacitações com vistas à orientação nutricional, aproveitamento integral dos alimentos, além

de oficinas culinárias voltadas à geração de renda. Estas atividades são realizadas em todos os bairros do município, com prioridade para aqueles com maior população em risco social. Destaca-se, em todo este cenário descrito, a efetiva participação nas conferências de SAN e DRS e o desenvolvimento integrado e intersetorial das ações e programas, que propiciaram a construção de diversas políticas públicas que serão descritas e que foram a base para a elaboração do PLAMSAN-DRS (2018-2021).

Nessa perspectiva verifica-se que a implementação do NEAN foi um avanço na construção histórica da agenda de SAN em Araraquara, pois proporcionou a formação de gestores e técnicos dos diversos equipamentos públicos da área de assistência social (CRAS/CREAS), saúde (UBS/ PSF), educação (creches/escolas), cultura (oficinas) e trabalho (Espaço Kaparaó) acerca da metodologia de SAN, estabelecendo diferentes parcerias, principalmente com as Universidades³⁵ presentes no município (UNIARA, UNESP e UNIP) com vistas a capacitar cada vez mais os agentes públicos e sensibilizar os beneficiários inseridos nos programas de SAN.

No decorrer do trabalho, são detalhados os principais serviços, programas e ações de SAN potencializados e estruturados ao longo da trajetória de construção da agenda de SAN no município de Araraquara-SP.

4.4.1 Banco Municipal de Alimentos

O Banco de Alimentos é uma iniciativa de abastecimento popular da política de segurança alimentar que possui a missão de envolver o maior número possível de unidades de comercialização, armazenagem e processamento, visando o recebimento de doações de alimentos fora dos padrões de comercialização, mas sem nenhuma restrição de caráter sanitário, e sua distribuição gratuita para entidades assistenciais, de acordo com suas reais necessidades, definidas a partir de um trabalho de avaliação desenvolvido pela equipe técnica do Banco. Essas unidades envolvidas podem ser: produtores rurais, supermercados, atacadistas, indústrias de alimentos e outros agentes. São esses produtos inadequados para a comercialização no ponto de vista visual, mas próprios ao consumo humanos, uma vez doados aos Bancos de Alimentos, são manipulados ou processados e, posteriormente, distribuídos para aqueles que não têm condições de comprá-los. (ALMEIDA, et al., 2008. p.181)

³⁵Ver:<http://www.araraquara.sp.gov.br/noticias/2021/maio/07-1/parceria-da-seguranca-alimentar-com-universidades-visa-o-reaproveitamento-de-alimentos?fbclid=IwAR1rMOA4g3xjP0EKLfs8RT64h49tJCtEojatMOFCa-vTyv0h4hM4RVfhwsQ>

Segundo Almeida (2008), no caso específico de Araraquara o Banco surge em consequência da centralização dos programas de Segurança Alimentar e por haver adequação ao edital do MDS. A proposta de enviar o projeto para o Governo Federal foi uma iniciativa dos próprios gestores da Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar que apenas institucionalizaram o que era muito comum na cidade. Havia uma tradição na cidade da atuação de ONGs e Comitês de Cidadania, que promoviam a arrecadação de alimentos em eventos tanto esportivos quanto comerciais específicos. Para distribuir estes produtos havia dificuldade, já que este grupo não contava com nenhum espaço institucionalizado para separar e guardar os alimentos até a distribuição. Desta maneira o Banco também surge como uma demanda tanto para a população como suporte para outras entidades.

O Banco Municipal de Alimentos, portanto, em Araraquara foi implantado em 2003 com recursos do GF, por meio do MDS. Também denominado Central de Abastecimento Solidário “Herbert José de Souza”, surgiu com o objetivo de combater o desperdício de alimentos e fornecer regularmente alimentos para as entidades e programas sociais da Prefeitura.

A estrutura física implantada permite também o recebimento, armazenamento refrigerado e distribuição dos alimentos recebidos do PAA. Com áreas distintas para o recebimento, seleção, pré-processamento, embalagem, câmara fria e depósito, o Banco de Alimentos de Araraquara foi devidamente montado com equipamentos que permitem o descascamento, corte e embalagem à vácuo dos alimentos.

A gestão do Banco Municipal de Alimentos é direta da prefeitura, sendo a equipe técnica composta por nutricionistas e engenheiros de alimentos que atuam em conjunto com agentes sociais, operacionais e motoristas, todos servidores municipais. Possui, ainda, uma estrutura logística, já que está localizado em região central do município. Conta com uma frota de veículos adequada ao transporte de alimentos, o que permite a coleta, inclusive em municípios próximos, como São Carlos, uma vez que dispõe de caminhão baú refrigerado.

O Banco Municipal de Alimentos foi um dos primeiros a serem inaugurados no modelo estabelecido pelo MDS no Brasil. Araraquara foi uma das primeiras cidades do interior a ter um Banco de Alimentos e debater a SAN. A média mensal de alimentos doados está em 9 toneladas. São 45 entidades socioassistenciais atendidas, atingindo mais de 4.500 pessoas, cadastradas nas unidades dos CRAS. São pessoas e famílias que vivem em situação de vulnerabilidade econômica, agora agravada ainda mais pela pandemia da COVID-19.

O trabalho tem parceria com estabelecimentos comerciais da cidade, que doam os alimentos com foco, também, no combate ao desperdício. Depois de selecionados, processados e embalados, os alimentos doados garantem a segurança alimentar e nutricional das pessoas contempladas. Em 2018, o Banco de Alimentos também aderiu à Rede Brasileira de Banco de Alimentos, tornando-se a unidade recebedora dos programas federais de aquisição de alimentos da agricultura familiar para obter recursos financeiros do GF para ampliação e modernização.

Atualmente, o Banco recebe, principalmente hortifrútiis, por meio do PAA e também do PAA da Confederação Nacional de Abastecimento (PAA-Conab). Em tempos de pandemia, a atuação do Banco de Alimentos tem sido essencial, já que é o principal polo de recebimento, armazenamento, montagem de cestas básicas e distribuição dos alimentos pela Rede de Solidariedade. Para a Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, Jacqueline Barbosa, o Banco de Alimentos tem papel fundamental no combate à fome no município (O IMPARCIAL, 2019).

A Figura 11 apresenta as agentes operacionais no Banco de Alimentos na Secretaria Municipal da Agricultura manipulando os gêneros alimentícios adquiridos dos agricultores familiares, que são pesados de acordo com a necessidade da instituição, e também as embalagens a vácuo, que são encaminhadas semanalmente, para o Restaurante Popular e para algumas unidades escolares (FLORIAN, 2011).

Figura 11 - Banco Municipal de Alimentos de Araraquara-SP: preparação e embalagens à vácuo dos gêneros alimentícios

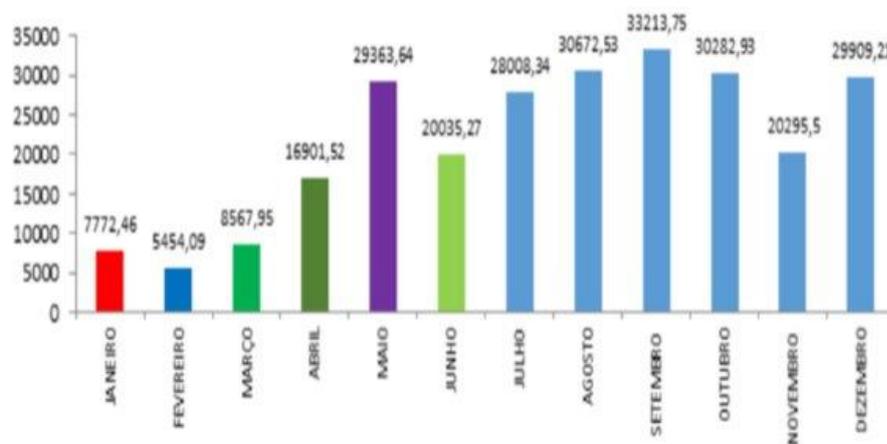


Fonte: Florian (2011).

Ao longo de 2018, conforme a Figura 12, verifica-se o aumento da quantidade de alimentos (kg) pelo Banco Municipal de Alimentos, principalmente devido ao trabalho de

parceria com a rede de estabelecimentos comerciais da cidade, que doam os alimentos, bem como adesão a Rede Brasileira de Banco de Alimentos, que potencializou a modernização do local de recebimento, armazenamento e processamentos dos alimentos a serem distribuídos as entidades sociais e pessoas em vulnerabilidade social localizadas nos territórios do CRAS do município de Araraquara.

Figura 12 – Quantidade de Alimentos (Kg) distribuídos pelo Banco Municipal de Alimentos em 2018



Fonte: Araraquara (2018-2021).

4.4.2 Processamento de alimentos

A unidade de processamento de alimentos tem por objetivo o reaproveitamento de alimentos mediante o pré-processamento de frutas e legumes que facilitam a sua utilização pelas entidades sociais, bem como para o mercado local, feiras livres e programas institucionais como o PAA e PNAE, além dos legumes embalados são produzidas polpas de frutas.

Na central de pré-processamento, alguns alimentos, tais como abobrinha, cenoura, repolho, cebola, abóbora, alface são lavadas, higienizados, descascados, cortados automaticamente e embalados a vácuo, em embalagens com barreira a gases (*nylon-poli*) e, em seguida, armazenados sob refrigeração. As atividades se iniciaram em agosto de 2007 e em 2008 passaram a ser processados. Em 2011, foram distribuídos 783.555kg de alimentos para 63.243 pessoas assistidas em 48 entidades cadastradas no Programa Federal Fome Zero, um aumento de mais 200 kg com relação ao ano anterior com mais de 7 mil pessoas atendidas em 40 entidades (FLORIAN, 2011).

Na Figura 13, tem-se a ilustração de polpa de tomates embalados, como produto do processamento e reaproveitamento dos alimentos.

Figura 13 – Polpa de Tomate Embalados



Fonte: Araraquara (2017).

4.4.3 Padaria Solidária Municipal

Inaugurada no dia 21 de julho de 2016, a Padaria Solidária leva o nome de “Maria Piedade da Silva Nigro”, é resultado de um convênio entre o MDS e a Prefeitura de Araraquara. Para isso, o Banco de Alimentos Municipal precisou ser ampliado em 60 metros (pois está vinculado a este). O custo da obra foi de R\$ 331 mil reais, divididos igualmente entre o município e GF.

A Padaria Solidária tem como objetivo a produção de pães com matéria-prima obtida por meio de doações para o abastecimento das entidades e programas sociais da prefeitura. Araraquara nasceu com a missão de produzir e distribuir, diariamente e de forma gratuita, pães para cerca de 30 entidades beneficentes da cidade. Para o preparo desses alimentos, a instituição recebe doações de trigo e utiliza 30% de farelo da soja, a receita não é apenas vantajosa pelo seu caráter nutricional, mas também possui baixo custo financeiro. Na figura 14, observa-se o maquinário completo da Padaria Solidária de Araraquara.

Figura 14 – Padaria Solidária de Araraquara-SP



Fonte: Portal Angélica Bombarda (2016).

4.4.4 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O PAA em âmbito nacional foi instituído pela Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, em conjunto com o Programa Bolsa Família, e constitui iniciativa específica do governo Lula (2003-2010), tendo em vista estruturar ações no âmbito da política agrária e da segurança alimentar, objetivando concretizar o Projeto Fome Zero. Segundo Delgado (2005, p.5), verifica-se que os passos iniciais de concepção e implementação do PAA em 2003 convergiram para a construção da estratégia conjugada de fomento produtivo à agricultura familiar e de assistência alimentar às populações em situação de risco, no entanto, como destaca o autor, essa relação trouxe uma certa ambiguidade, ao não separar duas funções distintas – de “política agrícola” e de “política de segurança alimentar e nutricional” – que o programa deveria cumprir, integrando-as, mas sem misturá-las. Para Delgado (2013) faltava uma ação estruturada dirigida à agricultura familiar e à segurança alimentar, de forma que o PAA foi pensado para suprir essas lacunas como política pública de fomento econômico e de proteção social.

A trajetória de construção história do Programa Aquisição de Alimentos no município de Araraquara, surge atrelado a outros programas, a iniciativas locais já existentes. O início do convênio do PAA de Araraquara (CDLAF046/2003) tem seu primeiro repasse de verba (600.000,00) apenas em 02 de janeiro de 2004. Anteriormente a esta data já existiam iniciativas de escoamento dos produtos de agricultores familiar, como no espaço da CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Esta iniciativa que começou em 1995, de produtores da região que

vendiam seus produtos na Cooperativa Mista Agropecuária de Araraquara tornou-se o Programa Direto do Campo³⁶, no entanto, esta proposta não era institucionalizada. Após 6 (seis) anos esta mesma cooperativa procurou transformar a comercialização dos produtos em uma feira de agricultores familiares que por sua vez passa a ter um caráter de comprometimento político com aprovação da lei 5908/2001 em outubro de 2001, quando foram instaladas as primeiras bancas no terminal de integração de ônibus urbano e no Paço Municipal (ALMEIDA, et al., 2008, p.177)

O PAA foi implantado tendo como órgão responsável, a Secretaria Municipal do Trabalho e do Desenvolvimento Econômico, através da Coordenadoria Executiva de Agricultura, sendo o município de Araraquara um dos primeiros municípios do Brasil a operar o programa, tendo a primeira proposta aprovada em 2003 por meio da participação por convênio, sendo que a partir do ano de 2012 passou a participar do PAA por meio da assinatura de um Termo de Adesão, segundo as novas normas estipuladas pelo programa.

Segundo Reis (2019, p.63) o município operava as duas modalidades tanto PAA CONAB quanto PAA Municipal, sendo que, no período de 2011 a 2018 houve uma alternância entre a utilização do PAA CONAB e do PAA Municipal. No PAA municipal os alimentos eram entregues pelos agricultores diretamente ao Banco de Alimentos (UI) e este fazia a distribuição para as entidades socioassistenciais, separando a quantidade certa para cada entidade, que deveria retirar os alimentos no Banco semanalmente. Toda a execução do PAA Municipal, desde a compra até a entrega dos alimentos, era registrada no site do MDS (PAA DATA) e o pagamento era feito diretamente aos produtores, ou seja, quem pegava o agricultor era o MDS. No PAA CONAB duas associações de agricultores participavam do programa, o Centro de Desenvolvimento e Integração Rural (CEDIR) do assentamento Monte Alegre, que contava com 22 produtores e a Associação Chico Bento do assentamento Bela Vista, que contava com 12 produtores, sendo ambas localizadas no município. As associações forneciam os alimentos diretamente ao município a partir da proposta de participação apresentada junto à CONAB. Neste caso, o Banco elaborava um Termo de Recebimento e Aceitabilidade, o qual descrevia os produtos recebidos e as associações encaminhavam o contrato à CONAB para receber os recursos. As associações forneciam os alimentos diretamente para o Banco de Alimentos que os direcionava para os 6 CRAS participantes do PMTR. (REIS, 2019)

Os CRAS participantes faziam a distribuição semanal de cestas de frutas, verduras e legumes para as famílias em vulnerabilidade social cadastradas. Apesar deste ponto não estar

³⁶ Ver: <https://c-mara-municipal-da-araraquara.jusbrasil.com.br/legislacao/290205/lei-5908-02>

presente na estrutura organizacional geral do programa, a legislação afirmava que “a doação de alimentos em cestas, diretamente aos beneficiários não era permitida, salvo em regime de exceção, mediante CRAS ou Banco de Alimentos” (BRASIL, 2014, p. 49).

O PAA, portanto, trata-se de uma iniciativa para promover o desenvolvimento econômico regional capaz de alterar, com ganho qualitativo, padrões de segurança alimentar e responsabilidade social dos municípios (FLORIAN, 2011). O programa no município de Araraquara possui dois objetivos principais: incentivar a agricultura familiar e abastecer de forma regular entidades e programas sociais do município, incluindo as unidades do Restaurante Popular, com vistas a garantir a segurança alimentar e nutricional da população socialmente vulnerável. Vale acrescentar que os programas podem adquirir características peculiares de acordo com a região, a proposta e necessidades dos municípios envolvidos. No caso específico de Araraquara o PAA faz parte de um conjunto de programas relacionados à segurança alimentar que têm garantida a centralização da gestão pública como verificado na Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar. Essa estrutura de governança permite formular características específicas que ocorrem com o desdobramento de editais federais em políticas públicas efetivas. (ALMEIDA, et al., 2008, p.177)

Todo o planejamento, seleção e compra dos alimentos dos agricultores familiares é realizado pela Coordenadoria de Agricultura. Em seguida, os alimentos são entregues pelos agricultores nas instalações do Banco Municipal de Alimentos, que é a unidade receptora cadastrada, o que garante o fornecimento regular de alimentos de excelente qualidade e variedade para as pessoas em vulnerabilidade social atendidas pelas entidades sociais.

O PAA, em parceria com Prefeituras Municipais e órgãos estaduais, têm contribuído, fortemente, para a constituição de sistemas locais integrados de SAN, em regiões com elevados índices de INSAN. Estes configuram objetivo essencial do SISAN, conforme diretrizes publicadas no art. 9º da Lei nº 11.346/2006 (FLORIAN, 2011).

No ano de 2018, foram distribuídos pelo PAA cerca de 146 toneladas de alimentos, beneficiando semanalmente 25 entidades sociais, além dos programas sociais do município: Casas Abrigo (PROMAIP), o Centro de População em Situação de Rua (CENTRO POP) e duas Repúblicas de Idosos (Vila Dignidade e Recanto Feliz). Estes alimentos chegaram à mesa de 1.800 pessoas ajudando a garantir o DHAA e Saudável, premissa básica da PNSAN.

Devido a estas características, o PAA é um dos principais programas de SAN, uma vez que distribui com regularidade frutas, legumes e verduras de qualidade, diversificados e em quantidade suficiente para garantir o abastecimento alimentar e nutricional das entidades e

programas sociais do município. Na Figura 15, verifica-se os alimentos do PAA organizados em kits para a distribuição no município.

Figura 15 – Alimento do PAA



Fonte: Araraquara (2017).

O PAA, portanto, tem um importante papel que é o de propiciar além da garantia de um preço mais favorável para o agricultor, a segurança de comercialização periódica da sua produção, além disso, possibilita o estímulo para o agricultor diversificar a produção e expandi-la, estruturando-se para o atendimento dos mercados regionais, sem descuidar do apoio à produção, da extensão rural, da capacitação e do financiamento, o PAA desencadeia uma verdadeira revolução (benéfica) no campo, e garantindo o acesso da população a uma alimentação saudável e adequada (FLORIAN, 2011).

4.4.5 Programa Municipal de Agricultura de Interesse Social – PMAIS

Foi criado em 2013, com a finalidade de fomentar a organização da produção e melhorar o escoamento da agricultura familiar; estimular a agricultura familiar, contribuindo para a prática de preços adequados e ampliação do mercado de consumo; e favorecer a aquisição dos produtos da agricultura familiar nas compras realizadas pelos órgãos públicos municipais.

O programa foi implantado através da Coordenadoria Executiva de Agricultura e da Coordenadoria Executiva de Segurança Alimentar de Araraquara efetivamente, a partir de 2019, com a estratégia do programa “Araraquara sem fome”, quando foi amplamente discutido a partir do Conselho Municipal de SAN (COMSAN), o que permitiu alocar recursos

municipais. O objetivo principal do programa foi de estimular a agricultura familiar local e fomentar o associativismo, ao mesmo tempo buscar garantir a SAN da população socialmente vulnerável. A partir de 2019, foram disponibilizados recursos orçamentários de 500 mil reais anuais da Coordenadoria de Agricultura e mais 500 mil da Coordenadoria de SAN, iniciando-se, assim, os chamamentos públicos para as associações e cooperativas do município e região. A chamada pública é, prioritariamente, direcionada a distribuir alimentos para as famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas no CRAS, como complemento à cesta básica de alimentos e forma de melhorar a qualidade alimentar das pessoas, além de desenvolver hábitos alimentares saudáveis por meio de consumo de frutas, legumes e verduras. Em 2019, o PMAIS contou com a participação de 41 agricultores familiares individuais, além de 3 cooperativas de agricultores, sendo uma de Araraquara, localizada no Assentamento Bela Vista do Chibarro, e duas da região, dos municípios de Motuca e Tabatinga. Foram investidos cerca de 478 mil reais. O PMAIS foi destinado, também, para atender o público-alvo das entidades socioassistenciais, suprindo, assim, a falta de recursos provenientes do PAA federal que ocorreu neste ano.

Em 2020, foi aberta nova chamada pública com a participação de uma cooperativa local composta por 18 agricultores familiares. O município conta com 3 assentamentos rurais, cujos agricultores familiares se beneficiam desta compra direta institucional. Uma das dificuldades para a execução de todo o orçamento previsto no programa é a falta de mais associações e cooperativas de agricultores familiares no município. Pelo lado dos beneficiários dos alimentos, o município conta com uma rede de entidades socioassistenciais muito organizada que, em conjunto com os serviços de proteção social do município, auxilia no controle social e atendimento a pessoas em situação de rua, dependentes químicos, idosos e as famílias em vulnerabilidade social. A política pública é construída e acompanhada pelos Conselhos Municipais de SAN e de Desenvolvimento Rural Sustentável (COMSAN e CMDR).

Os alimentos adquiridos são entregues e pesados no Banco Municipal de Alimentos, que emite o termo de recebimento com os produtos e respectivas quantidades, encaminhando-o para a Coordenadoria de Agricultura para os trâmites de pagamento dos produtos. Após a pesagem, os alimentos são devidamente armazenados e em seguida montadas 500 cestas de hortifrutícolas, as quais são distribuídas no dia seguinte para os CRAS, conforme o número de famílias cadastradas e atendidas de acordo com os critérios da SMADS. Antes, pelo programa PAA-Conab, 300 cestas eram entregues nas seis regiões integrantes do "Territórios em Rede". Com o novo programa, a ideia é distribuir 500 cestas para todos os CRAS da cidade.

Vale pontuar também que, ao final de 2019, o programa foi estendido a 29 entidades sociais de Araraquara o que dá cerca de 7 toneladas semanais de hortifrúts fornecidas.

Somando as duas etapas do programa, a Prefeitura investiu R\$ 569 mil reais. Segundo a Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, Jacqueline Barbosa, revelou que o número de famílias no CadÚnico chegou a 13 mil, em 2019, e “isso mostra que a vulnerabilidade aumentou e as famílias estão em busca dos programas sociais, e o PMAIS garante qualidade e segurança alimentar a quem mais precisa” (RCIA ARARAQUARA, 2019). Na figura 16, observa-se os exemplares de cestas hortifrúteis do PMAIS.

Figura 16 - Cestas de hortifrúteis do PMAIS



Fonte: RCIA Araraquara (2019).

4.4.6 Produção de Leite de Soja

A fabricação de leite de soja pela Prefeitura existe desde 1997, a partir de um convênio firmado com a Unidade de Desenvolvimento e Produção de Derivados de Soja (UNISOJA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), atende 44 entidades sociais, além de cerca de 220 pessoas cadastradas que possuem intolerância à lactose ou alergia à proteína presente no leite de vaca.

O PMSAN mantém em funcionamento duas unidades de produção de "leite" de soja com o objetivo de garantir o atendimento à população com vulnerabilidade social que necessita deste alimento. Desta forma, são atendidas pelo programa as pessoas que apresentam intolerância à lactose e/ou alergia às proteínas do leite de vaca e que não possuem condições socioeconômicas para o consumo do produto. A unidade em funcionamento em convênio com

a UNISOJA atende, semanalmente, cerca de 80 pessoas cadastradas pela SMADS, que retiram o leite duas vezes por semana.

Já a unidade implantada na Central de Abastecimento atende as entidades e programas sociais cadastrados na Coordenadoria de Segurança Alimentar. No ano de 2018, foram produzidas cerca de 190.000 unidades (160 ml) de leite de soja, beneficiando tanto as pessoas cadastradas que retiram o leite duas vezes por semana, quanto as entidades sociais como o Lar São Francisco de Assis, o Centro Dia do Idoso (CDI) e o Grupo de Apoio aos Portadores de HIV-GASPA. Na figura 17, constata-se as duas unidades de produção de soja em Araraquara.

Figura 17 – UNISOJA Unesp e Central de Abastecimento



Fonte: Unesp Araraquara (2012) e Portal (2016).

4.4.7 Programa Estadual Viva Leite

O Projeto "Viva Leite", foi implantado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP), em 1993, como resultado de uma demanda do setor produtivo paulista ao governo Estadual para solucionar a crise no escoamento da produção de leite, que ocorria devido ao fim do "Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes". Tinha ainda a intenção de atuar no desabastecimento de populações carentes expostas ao risco de desnutrição, visando sua Segurança Alimentar³⁷.

O Projeto Viva Leite³⁸ é o maior programa de distribuição gratuita de leite pasteurizado do Brasil, distribui anualmente 75 milhões de litros de leite enriquecido, beneficiando mais de 420 mil famílias em todo o Estado. Participam do programa crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses. A prioridade é que pertençam a famílias com renda mensal de até 1/4 de salário mínimo *per capita*. Por mês, cada beneficiário recebe 15 litros de leite enriquecido com ferro e vitaminas A e D.

Em fevereiro de 2018, o Programa Viva leite superou a marca de 2 bilhões de litros distribuídos no território paulista. Presente nas 645 cidades do Estado, se caracteriza por promover a conexão entre SAN e a assistência social. O leite é destinado às famílias em extrema pobreza, contemplando idosos e crianças, nas quais, muitas vezes, o produto é o principal alimento dos beneficiados. A iniciativa também combate um dos maiores déficits nutricionais na infância: a anemia ferropriva.

O programa passou por aperfeiçoamentos nos últimos anos, a partir de 2015, foi adotado o CadÚnico como referência para selecionar os beneficiários, o que melhorou o propósito e a eficiência do projeto de política pública de segurança alimentar e nutricional. A cadeia produtiva do leite no Estado desempenha um papel fundamental para a iniciativa, uma vez que os laticínios e produtores locais são responsáveis pela pasteurização. Em seguida, caminhões levam o produto para 1,5 mil entidades sociais da capital e Grande São Paulo. No caso dos municípios do interior, as prefeituras indicam os mais de 2 mil postos de armazenamento e distribuição.

³⁷ Ver: <https://www.milkpoint.com.br/artigos/espaco-aberto/projeto-vivaleite-como-instrumento-social-no-estado-de-sao-paulo-63331n.aspx>

³⁸ Atualmente, em todo o Estado de São Paulo são 1.495 entidades parceiras do Projeto que distribuem o leite na Capital e Região Metropolitana, além dos 606 municípios conveniados, através das Prefeituras, responsáveis pelos mais de 2.051 postos de distribuição. No total são 329.261 crianças atendidas, sendo 189.042 na Capital e Região Metropolitana e 140.219 no interior e litoral do Estado.

Por meio da rede do Viva Leite, as crianças conseguem ser identificadas para outras demandas e receber atendimento voltado à assistência social. Trata-se também de uma orientação relacionada à acolhida e escuta qualificada, pois as entidades sociais e os CRAS estão na ponta do processo e oferecem facilidades à população, sendo grandes parceiras para identificação das vulnerabilidades e risco sociais presentes. Sua vinculação a ações de cidadania fortaleceu o papel do Estado como agente transformador ao tomar como medida inclusiva do cidadão, a exigência da carteira de vacinação da criança beneficiária. Paralelamente beneficiou a formação de redes sociais através das entidades vinculadas ao projeto, que realizam outras ações junto à comunidade, como educação, esporte. Essas ações também fortaleceram o projeto ao atender tanto o setor produtivo de leite, seu objetivo inicial, e, por conseguinte sua cadeia produtiva, como auxiliar uma população carente que depende de uma suplementação alimentar e muitas vezes se encontra em situação de insegurança alimentar, tendo até dificuldades no acesso aos alimentos (SILVA; BUENO, 2010). Na figura 18, tem-se exemplares do leite distribuídos às famílias no Estado de São Paulo.

Figura 18 – Programa Estadual Viva Leite



Fonte: G1 Globo (2020).

O Programa Viva Leite, portanto, tem uma relação direta com o produtor e a população de baixa renda, formando um elo que fortifica sua ação enquanto um programa governamental com bases na Segurança Alimentar e intensifica a possibilidade de manutenção do homem no campo e garante o suprimento alimentar a populações de baixa renda.

Em Araraquara, o programa atende cerca de 530 beneficiários, totalizando 7.950 litros/mês distribuídos. Em 2020, devido a pandemia do COVID-19, o programa foi estendido aos idosos acolhidos nas Instituições de longa permanência para os idosos (ILPIS) e receberam

15 litros de leite por mês, enriquecido com ferro e vitaminas A e D, além de doses diárias de suplementação proteica, em Araraquara foram três instituições beneficiadas, totalizando cerca de 2880 litros/mês. Segundo afirmou a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social, Célia Parnes “a garantia de segurança alimentar é ainda mais importante neste momento, pois fortalece a saúde deste grupo de risco que, além de estar em isolamento social, muitas vezes não tem mais vínculo familiar ou o vínculo já foi rompido, ou foram vítimas de violência”.³⁹

4.4.8 Restaurantes Populares

Os Restaurantes Populares são implantados nos municípios com mais de 100 mil habitantes por meio da cooperação entre o GF, o Distrito Federal e os governos locais e prestam importante serviço público para a promoção do DHAA dos trabalhadores que fazem suas refeições fora do seu domicílio nos grandes centros urbanos do país, em áreas de grande movimentação da cidade. O MDS, por meio de processo licitatório regulamentado em edital público, escolhe projetos para financiar a implantação ou reforma das unidades nos municípios. O convênio também prevê cooperação técnica. Os municípios se responsabilizam pela administração e manutenção dos equipamentos (CONTI, 2009; FLORIAN, 2011).

Do ponto de vista teórico o Programa dos Restaurantes Populares tem como objetivo apoiar a implantação e modernização de restaurantes geridos pelo setor público municipal/estadual, visando a ampliação da oferta de refeições saudáveis e nutricionalmente equilibradas, a preços acessíveis aos trabalhadores – formais e informais - de baixa renda, desempregados, estudantes, idosos, crianças, gestantes e populações em risco social dos centros urbanos (CUNHA et al., 2007).

O município de Araraquara, de acordo com esse perfil, foi contemplado e atualmente mantém em funcionamento dois Restaurantes Populares. O Restaurante Popular 1 foi implantado em 2007, e o Restaurante Popular 2, em 2015. O preço atual da refeição completa é de R\$ 5,90. O público beneficiário dos Restaurantes Populares é formado por trabalhadores formais e informais de baixa renda, desempregados, estudantes, aposentados, moradores de rua e famílias em situação de risco de insegurança alimentar e nutricional.

É necessário destacar que no município de Araraquara a iniciativa do restaurante esteve ligada à trajetória do refeitório dos funcionários públicos municipais que faziam suas refeições

³⁹Ver: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/governo-de-sp-anuncia-novas-medidas-para-intensificar-o-combate-ao-coronavirus-4/>

no local onde depois se tornaria o restaurante. Atualmente, um dos principais integrantes do público alvo são os próprios funcionários que fazem suas refeições no Restaurante. O funcionamento para estes trabalhadores públicos acontece da seguinte forma, os que optarem em fazer as refeições no Restaurante Popular terá desconto em folha pagamento na base de 2% do salário, esta porcentagem equivale a um mês de almoço. A outra população que mais frequenta o local é idosa, população dos bairros próximos e pessoas cadastradas no Fome Zero (ALMEIDA et al., 2008. p.184)

Além de fornecer refeição saudável e balanceada, nutricionalmente adequada, a preços acessíveis, à população de baixa renda, os restaurantes têm espaços para atividades de desenvolvimento comunitário, estímulo ao cooperativismo, promoção da saúde e de educação alimentar, como palestras, oficinas e campanhas educativas (FLORIAN, 2011). O outro viés do programa é o de promover a EAN, visando a melhoria dos hábitos alimentares e o combate ao desperdício, utilizando para tanto as instalações da cozinha escola comunitária anexa ao Restaurante Popular 1, bem como o cardápio semanal oferecido aos seus frequentadores, conforme a Figura 19.

Figura 19 - Restaurante Popular com os beneficiários e cardápio semanal (2012)



Fonte: Florian (2012).

4.4.9 Programa Estadual Bom Prato

Criado em dezembro de 2000 pelo Governo do Estado de São Paulo, o Programa Bom Prato tem como objetivo oferecer para a população de baixa renda refeições saudáveis e de alta qualidade a custo acessível, servindo diariamente mais de 93 mil refeições. Desde a inauguração do programa, foram servidas mais de 224 milhões refeições e investidos mais de R\$ 661 milhões entre custeio das refeições, implantação e revitalização das unidades (dados atualizados em 09/2019). O subsídio governamental é de R\$ 4,70 para adultos e de R\$ 5,70 para crianças

com até 6 anos, que têm a refeição gratuita. O programa é coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e conta atualmente com uma rede de 59 restaurantes em funcionamento, sendo 22 localizadas na Capital, 12 na Grande São Paulo, 8 no litoral e 17 no interior.

A unidade de Araraquara foi implantada em 2014, em convênio com o Governo do Estado, e por ter subsídio tanto da prefeitura quanto da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social - SEDS, o preço da refeição completa é de apenas R\$ 1,00 real na hora do almoço e o café da manhã a R\$ 0,50 centavos.

O objetivo deste programa é assegurar à população do município o acesso à refeição segura e de qualidade, nutricionalmente completa e com preço acessível, além de promover a educação alimentar e nutricional, visando a melhoria dos hábitos alimentares e o combate ao desperdício. O Programa Bom Prato, devido a situação de pandêmica, atualmente é servido café da manhã, almoço e janta de domingo a domingo e feriados em sistema de entrega de marmiteix, sendo cerca 150 refeições diárias durante o café da manhã, 1,2 mil no almoço e 300 no jantar e também são servidos gratuitamente refeições aos moradores de rua.

O intuito é atender a maior quantidade de famílias em extrema vulnerabilidade social e pessoas em situação de rua durante a pandemia do novo coronavírus. Em Araraquara, em março de 2020, 140 pessoas foram acolhidas na Casa Transitória e em outros serviços municipais oferecidos para as pessoas que vivem em situação de rua⁴⁰. A iniciativa estabelece a gratuidade das refeições mediante a apresentação de cartão com QR Code, e cabe às Prefeituras a quantificação, identificação e localização dos beneficiários, bem como a entrega dos cartões de gratuidade e o monitoramento da prestação dos serviços. O investimento do Governo de São Paulo é de R\$ 2 milhões⁴¹. Em Araraquara, cerca de 50 pessoas em situação de rua foram atendidas diretamente pelo programa de gratuidade na unidade do restaurante Bom Prato, com a utilização de um cartão, os beneficiários devidamente cadastrados puderam realizar as três refeições do dia, café almoço e jantar. Segunda afirma a Secretária de Desenvolvimento Social do Estado, Célia Parnes, a gratuidade de uma alimentação de qualidade e balanceada, como a que servimos no Bom Prato, permite ao Governo de São Paulo garantir a segurança alimentar desta população, além de assegurar a melhoria em suas defesas frente a esta pandemia. Na

⁴⁰Ver: <https://www.acidadeon.com/araraquara/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1521070,governador+anuncia+comida+gratuita+no+restaurante+bom+prato.aspx>

⁴¹ Ver: <https://www.araraquara24horas.com.br/2020/05/restaurante-bom-prato-vai-fornecer.html>

Figura 20, tem-se a Unidade Bom Prato de Araraquara-SP, e na Figura 21, uma refeição servida no jantar.

Figura 20 – Unidade Bom Prato de Araraquara-SP



Fonte: Araraquara (2020).

Figura 21 – Jantar servido na Unidade Bom Prato de Araraquara-SP



Fonte: Araraquara (2020).

4.4.10 Programa Municipal de Hortas Urbanas Comunitárias

A Prefeitura Municipal, por meio da Lei Municipal nº 9.834, de 12 de dezembro de 2019 através da SMADS, coordenadoria de Segurança alimentar e Departamento Autônomo de Água e Esgotos (DAAE), inaugurou o Programa Municipal de Hortas Urbanas Comunitárias – Colhendo Dignidade, no CEU da Artes do Jardim São Rafael, em 15/12/2019.

O Programa Municipal de Hortas Urbanas Comunitárias – Colhendo Dignidade é uma proposta intersetorial e integrada, que atende e executa o preceito básico da PNSAN, garantindo o acesso à alimentação, um dos direitos humanos fundamentais previstos no artigo 6º da CF/88.

O tema “hortas urbanas comunitárias” foi apresentado e discutido na 2ª Conferência Municipal de SAN, realizada em 2019. Seu objetivo principal é produzir frutas e hortaliças, garantindo o acesso aos alimentos pelas pessoas integrantes dos projetos localizados em bairros com alto índice de vulnerabilidade social do município. Destaca-se, ainda, a organização comunitária para o cultivo e colheita dos alimentos, além da aproximação e integração do programa com os equipamentos públicos próximos às hortas como os CRAS, as escolas e as unidades de saúde.

O programa prevê a instalação de hortas comunitárias, prioritariamente nas seis regiões do município que integram o Programa Territórios em Rede, a primeira foi implantada no Jardim São Rafael em 2019, a implantação da segunda horta ocorreu no Residencial dos Oitis durante a pandemia do COVID-19 em 2020, permitindo a melhora da qualidade nutricional das famílias integrantes dos projetos. Pretende-se expandir o projeto para mais demais regiões neste ano de 2021, de preferência em áreas próximas aos CRAS, que atuam na seleção e acompanhamento das famílias integrantes dos projetos.

A horta urbana comunitária é definida pelo programa como um projeto municipal a ser implantado mediante o diálogo e a parceria com a comunidade, tendo como o foco a união de esforços para a produção de alimentos.

Os alimentos produzidos não poderão ser destinados à comercialização, sendo exclusivamente para o consumo das pessoas que integrarem o projeto e eventuais excedentes de produção poderão ser doados ao Banco Municipal de Alimentos. A prefeitura fornece toda a capacitação, apoio técnico e mudas. A água é fornecida em parceria com Departamento Autônomo de Água e Esgotos-DAAE, que, por meio do programa de resíduos sólidos, fornece, ainda, restos de podas de árvores.

No projeto-piloto iniciado no São Rafael, de acordo com os responsáveis pela implantação, o planejamento ocorreu em novembro de 2019, com reuniões semanais do grupo

de trabalho intersetorial, a mobilização na comunidade e o preparo do terreno ocorreu em dezembro de 2019, sendo o CRAS São Rafael o equipamento mobilizador e de apoio. A organização do trabalho produtivo reuniu um grupo de 20 a 30 moradores do bairro. A princípio, foram plantadas mudas de frutíferas, legumes e hortaliças, numa horta que ocupará 500 m², que corresponde à metade da área podendo chegar a 900 m². A ideia é que essa horta do São Rafael seja um polo multiplicador.

Em 2020, a Prefeitura Municipal de Araraquara investiu cerca de R\$ 30 mil reais, no denominado kit horta, que é composto por ferramentas, insumos, implementos e mão de obra da consultoria de um engenheiro em Agroecologia.

Especificamente na horta comunitária do São Rafael, o investimento total, segundo a Prefeitura Municipal de Araraquara (2019) foi de R\$ 50 mil, pois houve uma complementação do DAAE. Além do kit horta, ela possui uma cisterna para captação de água da chuva e uma cisterna de irrigação mais eficiente e sustentável.

A intenção na implantação das hortas comunitárias é ter reflexos positivos nas áreas de saúde, educação, economia e segurança pública nos territórios mais vulneráveis e em risco social. Todos os alimentos cultivados são orgânicos, produzidos sem agrotóxicos e, para tanto, todos os integrantes dos projetos participaram do curso de Agroecologia.

Conforme ilustrado na Figura 22, a comunidade do Jardim São Rafael realizou em 05/08/2020 a primeira colheita do Programa Municipal de Hortas Urbanas Comunitárias "Colhendo Dignidade", foram colhidos frutas, legumes e verduras, que passam a compor as cestas a serem entregues aos participantes do projeto. Todo o processo de plantio, cultivo e colheita teve apoio técnico da Prefeitura, já que os moradores frequentaram cursos de formação.

Segundo o coordenador de SAN, Marcelo Mazeta, "era uma área completamente abandonada, juntamos a comunidade e organizamos, com muito trabalho e dedicação da população. Estamos colhendo os frutos graças ao empenho de todos os moradores. É um projeto que cumpre o papel da alimentação saudável e de qualidade". Participante do projeto, a educadora social Estela Maris da Silva de Mello, moradora do Jardim São Rafael afirma que estar colhendo os frutos é uma emoção. "É o trabalho de mulheres guerreiras que estão aqui todos os dias às 6h30. É bem emocionante. Eu não sabia nada e aprendi muito. Tem todo o processo de regular o pH da terra, colocar o esterco, plantar".

Figura 22 - Moradores Jardim São Rafael: primeira colheita na horta comunitária



Fonte: A Cidade ON (2020).

4.4.11 Programa Municipal Bolsa Cidadania

A proposta do programa surgiu na conferência de 2017, na forma de um cartão de alimentação que permitia aos beneficiários a autonomia na escolha dos alimentos e que foi aprimorado pelo comitê gestor intersetorial, composto pela Assistência Social, Saúde, Educação, Economia Solidária e Criativa e Participação Popular. O programa atende e executa o preceito básico da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), que é garantir o acesso à alimentação mediante uma renda mínima para as pessoas em situação de risco social, por meio de um cartão-alimentação. Ao mesmo tempo, o programa estabelece condicionalidades que devem ser seguidas pelos beneficiários, sendo que a proposta de inclusão produtiva contempla os seguintes módulos de formação que visam facilitar a inserção social: cidadania, educação alimentar e nutricional (EAN), cursos profissionalizantes e de empreendedorismo e ação comunitária.

Desta forma, a permanência no programa está condicionada à frequência nestes cursos e ao atendimento às ações de saúde por todos os membros da família, incluindo a frequência escolar das crianças. O valor do benefício varia de acordo com o perfil socioeconômico do beneficiário com base na avaliação estabelecida na Lei Municipal nº 9.585, de 23 de maio de 2019, sendo o tempo de permanência no programa de seis meses e podendo ser prorrogado por mais 6 meses. O programa já beneficiou 778 pessoas e está previsto a inclusão de cerca de 350 novos beneficiários em 2021. Outro aspecto importante desta política pública de governo local

é que no momento de ingresso há uma avaliação da condição de insegurança alimentar da pessoa e da sua família (EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar). Na saída do programa, essa escala é novamente aplicada para avaliar se houve mudanças significativas no grau de segurança alimentar dos beneficiários.

O Programa Municipal Bolsa Cidadania foi implantado em maio de 2019, no entanto, antes de sua implementação e operacionalização foi necessário realizar uma audiência pública na Câmara Municipal de Araraquara para discutir os objetivos do programa e convencer toda a sociedade araraquarense da necessidade de sua implantação, demonstrando que o mesmo não é uma despesa e sim um investimento nas políticas públicas de proteção social e SAN, como afirmou o Prefeito Municipal de Araraquara Edinho Silva (Partido dos Trabalhadores - PT), direcionado prioritariamente para a população em extrema pobreza do município identificados através do CadÚnico, conforme a Figura 23.

Figura 23 - Audiência Pública sobre o Programa Municipal Bolsa Cidadania



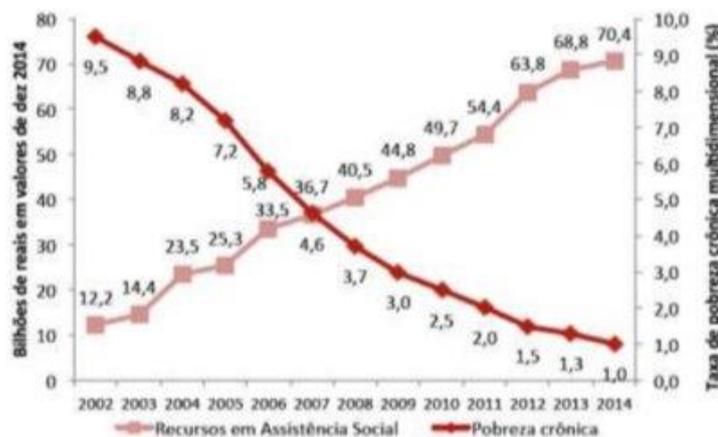
Fonte: Araraquara (2019).

O Programa tem como objetivo principal garantir o direito à renda mínima, através de transferência de renda, com vistas à alimentação e a inclusão produtiva, destinando-se às pessoas ou famílias que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade social e/ou de extremo risco social, e que, portanto, estão em situação de desemprego e possuem de maneira geral, baixa escolaridade e pouca qualificação profissional. É importante frisar, que o município de Araraquara, através da SMADS de Araraquara, juntamente com a Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Turismo pensou em um programa municipal intersetorial que atendessem o desenvolvimento territorial local através da transferência de renda voltado à SAN e à inclusão produtiva como uma estratégia concreta as questões da fome,

da miséria e da vulnerabilidade extrema identificadas em diversas famílias e indivíduos em Araraquara.

Para contextualizar a importância do Programa, no que se refere a ser um investimento no combate à pobreza pelo poder público, a Figura 24 demonstra como o investimento de recursos públicos, via transferência de renda, reduz de forma significativa a taxa de pobreza multidimensional crônica.

Figura 24 – Recursos públicos na função assistência social e taxa de pobreza multidimensional crônica no Brasil de 2002 a 2014



Fonte: Januzzi *et al.* (2016).

Conforme Januzzi (2006) apresenta, entre 2002 a 2014, houve um aumento considerável de investimento de recursos públicas na função da Assistência Social, com a queda da taxa de pobreza multidimensional crônica no Brasil⁴². Isto decorre provavelmente da potencialização dos Programas Federais como o PBF e o BPC, cujo o número de beneficiários tiveram mais acesso a esses programas de transferência de renda.

Em relação aos aspectos mais relevantes do Programa Municipal Bolsa Cidadania, pode-se considerar ser o alívio imediato da pobreza via transferência de renda que se traduz em dignidade às famílias, que poderão além de escolher os alimentos mais adequados ao contexto familiar, se programar e se planejar a partir de um recurso mensal. Esse tipo de regularidade

⁴² Nos últimos anos, cobrou-se relevância na discussão acadêmica e, nas agendas políticas, cobrou-se a necessidade de avançar para um enfoque mais amplo para a medição da pobreza. Isso impulsionou novos marcos conceituais, como o enfoque de direitos e a perspectiva de desenvolvimento humano. Propôs-se que a pobreza, mais do que aludir um baixo padrão de vida, expressava-se na privação das capacidades, no acesso aos direitos básicos e na negação da cidadania (CADERNOS DE ESTUDOS DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM DEBATE, 2013, p. 31).

possibilita ao núcleo familiar se organizar melhor para restabelecer uma rotina familiar e possibilita aos pais a estrutura básica para buscar a reinserção social.

Desde o início de sua implantação, conforme afirma a Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, Jacqueline Barbosa, a intenção do programa não era apenas a transferência em pecúnia para os beneficiários, mas sim promover o efetivo protagonismo e a emancipação de direitos e principalmente dar dignidade as famílias. É uma concepção bem diferente do recebimento de uma cesta básica apenas, que também tem sua importância, mas nem sempre possui característica contínua. A renda para compra de alimentos por meio do cartão fortalece a autonomia nas decisões, confere dignidade, proporciona o acesso aos estabelecimentos para a escolha dos alimentos e contribui para SAN, direito humano fundamental.

Segundo dados da SMADS de Araraquara, 6.540 famílias das 12.686 inscritas no CadÚnico, são elegíveis para a faixa de 0 a 25% de um salário mínimo e podem, desde que atendam os critérios, receber o Bolsa Cidadania no futuro. A pasta estima que 8.958 pessoas da cidade não possuam nenhuma fonte de renda, atualmente.

O programa, portanto, pretende atender prioritariamente famílias e indivíduos em situação de extrema pobreza em Araraquara, que estão desempregadas e fora do mercado de trabalho. Conforme relata a Coordenadora Executiva de Trabalho e de Economia Criativa e Solidária, Camila Capacle, em 2020, foram 13 milhões de pessoas desempregadas no Brasil.

Passar por requalificação profissional nesse momento é algo significativo, e o retorno ao mercado de trabalho e a reinserção produtiva é um dos principais pilares do Programa Municipal Bolsa Cidadania, que além de ser uma porta de entrada para os programas de economia solidária, é uma possibilidade de desenvolvimento de projetos territoriais, pois a pobreza é uma responsabilidade de todos nós, e afeta direta ou indiretamente todos os moradores do município de Araraquara.

Os cursos de requalificação do Programa Municipal Bolsa Cidadania ocorreram em maio de 2019 até o início da pandemia da COVID-19, em março de 2020, e foram realizados com recursos próprios do município ou em parceria com o Sistema S⁴³ (SEBRAE, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI), Organização da Sociedade Civil - OSCs⁴⁴ e Universidades locais, e foram

⁴³ O Sistema S é o nome pelo qual ficou convencionado de se chamar o conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição Federal de 1988.

⁴⁴ A OSC representa apenas a forma mais recente de fazer referência àquelas entidades antes denominadas “organizações não governamentais” (ONG). Essas organizações constituem atores sociais e políticos cada vez mais presentes nas democracias contemporâneas.

ofertadas no Centro de Capacitação Profissional e Social Espaço Kaparaó, uma vez por semana durante 4 horas semanais, quando as atividades foram suspensas.

Por fim, outro aspecto relevante é que o Bolsa Cidadania, diferente das cestas básicas, dinamiza a economia local, causando um efeito multiplicador da renda a partir do estímulo à demanda por alimentos. Os mercadinhos locais, as padarias, os estabelecimentos comerciais, a economia como um todo se beneficiam também da transferência de renda. Segundo o depoimento de Edijane Cristina de Souza, de 38 anos (Figura 25), moradora do Valle Verde e integrante da primeira turma de beneficiados do Bolsa Cidadania, “a gente não vai mais passar necessidade”.

Figura 25 - Recebimento do Cartão Bolsa Cidadania pela beneficiária Edijane Cristina



Fonte: Folha da Cidade (2019).

5 DIAGNÓSTICO SOCIAL DA SITUAÇÃO DE SAN EM ARARAQUARA-SP

5.1 O diagnóstico por meio do Programa Territórios em Rede

O diagnóstico social em Araraquara-SP foi realizado nos territórios do Programa “Territórios em Rede”, em 2017, e buscou-se sistematizar e expor os resultados dos dados levantados relativos à área de abrangência dos seguintes CRAS: Parque São Paulo, Cecap, Jardim Cruzeiro do Sul, Jardim São Rafael, Parque das Hortênsias e Valle Verde. O departamento responsável por esse diagnóstico foi a Gerência de Vigilância Socioassistencial e CadÚnico, subordinada à SMADS de Araraquara, e vem se estruturando a partir da construção e implementação de relatórios dirigidos ao monitoramento da oferta de serviços socioassistenciais e vulnerabilidades dos usuários, objetivando a coleta de informações, discussões e análise dos resultados.

Ressalta-se que, no município de Araraquara, a população em situação de maior privação e alta vulnerabilidade social encontra-se fortemente concentrada nas regiões onde está implantado o programa em questão, principalmente nas áreas periféricas da cidade.

Os dados relativos à caracterização dos usuários, portanto, refere-se a dados da base do CadÚnico e as informações relativas à oferta de serviços são levantadas mediante relatórios elaborados pela Gerência de Vigilância em interlocução com as Gerências de Proteção Social Básica e Especial e equipes dos serviços dentro da SMADS.

É importante salientar que para conhecer as tendências que caracterizam estes territórios foi necessário verificar algumas características do município, apresentadas a seguir.

Segundo a Figura 26, referente aos dados do CadÚnico de Araraquara, há estimativa de 10.773 famílias inseridas no Cadastro, sendo que destas, 8.723 famílias possuem renda mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, e do total de famílias inseridas no CadÚnico, 7.723 famílias estão com o cadastro atualizado nos últimos 2 anos, no entanto, do total de 6.216 famílias que recebem renda mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e estão com cadastro atualizado, verificou-se que ainda há cerca de 3.050 famílias que precisam atualizar os seus cadastros, o que corresponde a cerca de 28,4% do CadÚnico do município. Nessa perspectiva, tem que se considerar a importância da Gerência de Vigilância Socioassistencial e CadÚnico em focalizar através da busca ativa e da articulação com a rede socioassistencial viabilizadas pelos CRAS em seus respectivos territórios a atualização desses percentual de cadastros, permitindo a inserção de mais pessoas e famílias em relação aos programas sociais e conseqüentemente ao Programa Municipal Bolsa Cidadania.

Figura 26 - CadÚnico de Araraquara-SP



Fonte: MDS (BRASIL, 2018).

Em relação às Figuras 27 e 28, do total de 10.773 famílias e 31.616 pessoas inseridas no CadÚnico de Araraquara, 3.645 famílias e 7.796 pessoas são beneficiárias do PBF, o que corresponde a 34% de famílias no CadÚnico.

Figura 27 – Famílias no CadÚnico/PBF de Araraquara-SP (quadro)

Quantidade de famílias no Cadastro Único	Quantidade de famílias no PBF	Quantidade de pessoas no Cadastro Único	Quantidade de pessoas no PBF
10.773	3.645	31.616	7.796
Percentual de famílias do Cadastro Único beneficiárias do PBF		Percentual de pessoas do Cadastro Único beneficiárias do PBF	
34%		25%	

Fonte: MDS (BRASIL, 2018).

Figura 28 – Famílias no CadÚnico/PBF de Araraquara-SP (gráfico)



Fonte: MDS (BRASIL, 2018).

Observa-se na Figura 29 que, em Araraquara, há um acompanhamento da frequência escolar muito bom, acima da média nacional, pois do total de 4.448 crianças e adolescentes de

06 a 17 anos inseridas no PBF, 4.344 são acompanhadas pelo programa, o que gera uma taxa de acompanhamento de frequência escolar (TAFE) de 97,66%, enquanto a média nacional está em 92,57%. No que se refere ao perfil de famílias com perfil de saúde no município, do total de 2.997, 2.289 são acompanhadas, o que perfaz uma taxa de acompanhamento de agenda da saúde de 76,38%, enquanto que a média nacional está em 78,25%, ficando um pouco abaixo da média.

Figura 29 – Gestão de Condicionalidades

Perfil Educação			
Quantidade de crianças e adolescentes de 06 a 17 anos no PBF no município	Quantidade de crianças e adolescentes de 06 a 17 anos acompanhadas	Taxa de acompanhamento de frequência escolar (TAFE)	Média Nacional TAFE
4.448	4.344	97,66%	92,57%
Perfil Saúde			
Quantidade de famílias com perfil saúde no município	Quantidade de famílias acompanhadas	Taxa de acompanhamento de agenda da saúde (TAAS)	Média Nacional TAAS
2.997	2.289	76,38%	78,25%

Fonte: MDS (BRASIL, 2018).

Em relação à quantidade de usuários do BPC do GF, conforme a Figura 30, o município de Araraquara possui 1.572 idosos cadastrados no CadÚnico e cerca de 1.515 pessoas com deficiência recebem o benefício, o que é cerca de 9,7 % do total de 31.616 pessoas cadastradas no CadÚnico em Araraquara.

Figura 30 – BPC em Araraquara-SP

Quantidade de usuários do BPC	
Idosos	PCD
1.572	1.515

Fonte: MDS/INSS (BRASIL, 2017).

Buscando minimizar a vulnerabilidade social identificada a partir do diagnóstico realizado, sobretudo nos bairros de maior incidência, o município de Araraquara vem desenvolvendo sua PMSAN, planejada e executada pela Coordenadoria de Segurança Alimentar. Para tanto, deve realizar a interlocução institucional, mantendo canais abertos para o diálogo do governo com a sociedade civil, e em conjunto com as equipes técnica e operacional, somar esforços com vistas a se atingir os seguintes objetivos:

- Articular e realizar parcerias para aumentar a captação de alimentos com vistas à distribuição regular e permanente à população socialmente vulnerável das entidades sociais, garantindo o DHAA;
- Realizar o pré-processamento de legumes e a produção de polpa de tomate com vistas ao reaproveitamento de alimentos e ao abastecimento das entidades sociais;
- Produzir e distribuir regularmente “leite de soja” ao público do programa e das entidades sociais, com prioridade às pessoas com intolerância à lactose ou com alergia à proteína do leite de vaca;
- Incentivar e promover a participação da sociedade por meio do COMSAN e das conferências municipais, abrangendo diversos setores da sociedade a fim de buscar alternativas para os desafios apresentados, garantindo a intersetorialidade das ações desenvolvidas;
- Implantar o “Cartão Cidadania” que será distribuído para as famílias em vulnerabilidade social para a compra de alimentos;
- Desenvolver as ações e projetos de forma a garantir a integração das Secretarias Municipais por meio da CAISAN;
- Fornecer refeições completas, nutricionalmente balanceadas e a preços acessíveis para a população dos Restaurantes Populares e do Bom Prato;
- Proporcionar a logística de armazenamento e a distribuição de suco de laranja em toda a rede municipal de ensino;
- Garantir o fornecimento semanal de cestas de hortifrúti às famílias em vulnerabilidade social identificadas pelo Programa Territórios em Rede; e
- Planejar, implantar e manter processos permanentes de EAN por meio do NEAN, para formação de hábitos alimentares saudáveis, diminuir a incidência de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes e hipertensão arterial, além de capacitar as pessoas com cursos voltados a geração de trabalho e renda.

5.2 Dados do estado nutricional (SISVAN) no município de Araraquara - PLAMSAN/DRS (2018-2021)

O SISVAN é um sistema de informação que visa descrever e prever de maneira contínua, tendências das condições de nutrição e alimentação de uma população, e seus fatores

determinantes, com fins ao planejamento e avaliação dos efeitos de políticas, programas e intervenções (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE - OPAS, 1990).

O SISVAN tem como objetivos descrever o estado nutricional da população com particular referência a subgrupos que são identificados como estando sob risco, permitindo o conhecimento do problema nutricional; prover informação que irá contribuir para a análise das causas e fatores associados, possibilitando uma seleção de medidas preventivas e/ou educativas que poderão ser ou não nutricionais; permitir predições a serem feitas com base na consolidação e análise dos dados a fim de indicar a evolução provável dos problemas nutricionais; acompanhar e monitorar o estado nutricional da população atendida em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e/ou Programa Saúde da Família (PSF); monitorar programas e políticas públicas no contexto da alimentação e nutrição, e avaliar sua efetividade. No contexto do setor saúde, o SISVAN contempla quatro eixos interligados:

- **Sistema:** Padronização de atividades, isto é, tarefas organizadas de receber, tratar, analisarem dados e informações para devolvê-los à rede do Sistema Único de Saúde (SUS) e à sociedade, retroalimentando os setores responsáveis pelo planejamento, gestão e controle social dos programas e políticas públicas;
- **Vigilância:** Engloba quaisquer atividades rotineiras e contínua de coleta, processando, análise e interpretação dos dados: recomendação de medidas de controle apropriadas: promoções das ações de controle indicadas; avaliação da eficácia e efetividade das medidas adotadas; e divulgação de informações pertinentes;
- **Alimentar:** Envolve os aspectos relativos à promoção de práticas alimentares saudáveis e à prevenção e ao controle dos distúrbios alimentares e de doenças associadas à alimentação; e
- **Nutricional:** Considera o estado nutricional de coletividades como resultante do equilíbrio entre o consumo alimentar e a utilização biológica e sua estreita relação com o estado de saúde, de acordo com o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição da Região Sudeste da Escola Nacional de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (CECAN/ENSP/FIOCRUZ, 2002).

Os dados do estado nutricional de indivíduos no município de Araraquara, bem como no Estado de São Paulo e totais da região Sudeste e do Brasil, acompanhados no ano de 2016, separados por fases do ciclo da vida (infantil, adolescência, fase adulta, senil e gestação) com os respectivos índices, encontram-se descritos nos quadros apresentados a seguir. Esses dados

foram apresentados no PLAMSAN/DRS (2018-2021) de Araraquara e obtidos no SISVAN (SÃO PAULO, 2017).

A Figura 31 utiliza como parâmetros o peso e idade como análise do estado nutricional de crianças de 0 a 5 anos no município de Araraquara, em 2016. A maioria dessa população se concentra no peso adequado ou eutrófico⁴⁵ (cerca de 1.029), que corresponde a 88,4 % do total de 1.164 crianças, um percentual acima da abrangência do Estado de São Paulo, da região Sudeste e do Brasil. Verifica-se também, percentuais preocupantes em relação ao peso muito baixo para 1,03% e peso baixo para idade 2,41%, e elevado peso por idade 8,16%, que demonstram a necessidade de vigilância e medidas de controle apropriadas para melhorar o estado nutricional da coletividade, bem como a promoção de práticas alimentares saudáveis, prevenção e o controle dos distúrbios alimentares e de doenças associadas à alimentação, objetivando equilibrar o consumo alimentar e o estado de saúde dessa parcela da população tanto no âmbito municipal, estadual e nacional.

Figura 31 - Estado nutricional de crianças de 0 a 5 anos no município de Araraquara, no Estado de São Paulo e na Região Sudeste no ano de 2016

Abrangência	Peso X Idade								Total
	Peso Muito Baixo para a Idade		Peso Baixo para a Idade		Peso Adequado Ou Eutrófico		Peso Elevado para a Idade		
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Araraquara	12	1,03	28	2,41	1.029	88,4	95	8,16	1.164
Total estado São Paulo	7.669	1,49	12.514	2,44	452.317	88,14	40.709	7,93	513.209
Total região sudeste	21.447	1,50	37.846	2,65	1.251.194	87,75	115.378	8,09	1.425.865
Total Brasil	59.226	1,25	139.825	2,95	4.148.622	87,66	385.119	8,14	4.732.792

Fonte: SISVAN (2016), apresentado no PLAMSAN/DRS (2018-2021).

A Figura 32 utiliza como parâmetros a idade e a altura para análise do estado nutricional de adolescentes no município de Araraquara em 2016. A maioria dessa população se concentra na altura adequado para a idade, com cerca de 1.182, que corresponde a 93,22 % do total de 1.268 adolescentes, um percentual abaixo da abrangência do Estado de São Paulo, mas acima da região Sudeste e do Brasil. Verifica-se também, percentuais preocupantes em relação a altura muito baixa para a idade 3,15 %, altura baixa para a idade 3,63, que demonstram a necessidade de vigilância e medidas de controle apropriadas para melhorar o estado nutricional da coletividade, bem como a promoção de práticas alimentares saudáveis e à prevenção e ao controle dos distúrbios alimentares e de doenças associadas à alimentação, objetivando

⁴⁵ Que apresenta boa nutrição; que possui uma alimentação de qualidade.

equilibrar o consumo alimentar e o estado de saúde dessa parcela da população tanto no âmbito municipal, estadual e nacional.

Figura 32 - Estado nutricional de adolescentes no município de Araraquara, no Estado de São Paulo e na Região Sudeste no ano de 2016

Abrangência	Altura X Idade						Total
	Altura Muito Baixa para a Idade		Altura Baixa para a Idade		Altura Adequado para a Idade		
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Araraquara	40	3,15	46	3,63	1.182	93,22	1.268
Total estado São Paulo	7.620	1,95	15.439	3,94	368.452	94,11	391.511
Total região sudeste	26.541	2,36	50.155	4,45	1.049.752	93,19	1.126.448
Total Brasil	154.531	3,36	325.860	7,08	4.123.108	89,56	4.603.499

Fonte: SISVAN (2016), apresentado no PLAMSAN/DRS (2018-2021).

A Figura 33 utiliza como parâmetros o Índice de Massa Corporal (IMC)⁴⁶ para análise do estado nutricional de adultos no município de Araraquara em 2016. A maior parte dessa população se concentra no sobrepeso, com cerca de 858 pessoas, que corresponde a 33,22 % do total de 2.583 adultos, um percentual preocupante devido aos fatores de riscos que parcela dessa população está suscetível, estando na média da abrangência do Estado de São Paulo, da região sudeste e do Brasil.

Em relação ao estado nutricional de adultos no município de Araraquara que apresentam IMC adequado ou eutrófico, são apenas 799 pessoas que corresponde a 30,93%, um percentual abaixo em relação ao Estado de São Paulo, região sudeste e Brasil. Verifica-se também, percentuais preocupantes no município de Araraquara em relação a obesidade grau I (18,93 %), obesidade Grau II (8,59 %), obesidade grau III (5,65%) e baixo peso (2,67 %), que demonstram a necessidade de vigilância e medidas de controle apropriadas para melhorar o estado nutricional da coletividade, bem como a promoção de práticas alimentares saudáveis e à prevenção e ao controle dos distúrbios alimentares e de doenças associadas à alimentação, objetivando equilibrar o consumo alimentar e o estado de saúde dessa parcela da população tanto no âmbito municipal, estadual e nacional.

⁴⁶ O IMC é uma medida do peso corporal com base no peso e altura de uma pessoa, a fórmula é: $IMC = \text{peso} / (\text{altura} \times \text{altura})$. É um parâmetro utilizado para saber se o peso está de acordo com a altura da pessoa, o que pode interferir diretamente na saúde e qualidade de vida da pessoa. Assim, a partir do resultado do IMC é possível saber também se a pessoa está dentro do peso ideal e também identificar obesidade ou desnutrição em crianças, adolescentes, adultos ou idosos.

Figura 33 - Estado nutricional de adultos no município de Araraquara, no Estado de São Paulo e na Região Sudeste no ano de 2016

IMC*													
Abrangência	Baixo peso		Adequado Ou Eutrófico		Sobrepeso		Obesidade Grau I		Obesidade Grau II		Obesidade Grau III		Total
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
Araraquara	69	2,67	799	30,93	858	33,22	489	18,93	222	8,59	146	5,65	2.583
Total estado São Paulo	21.001	2,15	303.064	31,06	324.290	33,23	199.800	20,47	83.809	8,59	43.903	4,5	975.867
Total região sudeste	74.773	2,57	1.017.933	35,05	963.535	33,18	532.570	18,34	210.039	7,23	105.008	3,62	2.903.858
Total Brasil	323.956	2,68	4.643.087	38,36	4.125.130	34,08	2.015.057	16,65	691.976	5,72	305.689	2,53	12.104.895

No caso de excesso de peso, considere o somatório dos valores de Sobrepeso, Obesidade I, Obesidade II e Obesidade III.

Fonte: SISVAN (2016), apresentado no PLAMSAN/DRS (2018-2021).

A Figura 34 utiliza como parâmetros o IMC para análise do estado nutricional dos idosos no município de Araraquara em 2016, a maior quantidade dessa população se concentra no sobrepeso com cerca de 26 idosos, que corresponde a 46,43 % do total de 56, um percentual preocupante devido aos fatores de riscos que essa parcela da população está suscetível, estando abaixo da abrangência do Estado de São Paulo e na média da região sudeste e do Brasil. Em relação ao estado nutricional de idosos no município de Araraquara que apresentam IMC adequado ou eutrófico, são apenas 20 pessoas que corresponde a 35,71 %, estando na média da abrangência do Estado de São Paulo, da região sudeste e do Brasil.

Verifica-se também, percentual preocupante no município de Araraquara em relação baixo peso 17,86 %, que demonstra a necessidade de vigilância e medidas de controle apropriadas para melhorar o estado nutricional da coletividade, bem como a promoção de práticas alimentares saudáveis e à prevenção e ao controle dos distúrbios alimentares e de doenças associadas à alimentação, objetivando equilibrar o consumo alimentar e o estado de saúde dessa parcela da população tanto no âmbito municipal, estadual e nacional.

Figura 34 - Estado nutricional de idosos no município de Araraquara, no Estado de São Paulo e na Região Sudeste no ano de 2016

IMC							
Abrangência	Baixo peso		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Araraquara	10	17,86	20	35,71	26	46,43	56
Total estado São Paulo	19.713	10,68	61.568	33,36	103.261	55,96	184.542
Total região sudeste	86.484	13,94	229.892	37,06	303.983	49,00	620.359
Total Brasil	233.169	13,61	642.292	37,49	837.651	48,90	1.713.112

Fonte: SISVAN (2016), apresentado no PLAMSAN/DRS (2018-2021).

A Figura 35 utiliza como parâmetros o IMC por semana gestacional para análise do estado nutricional de gestantes no município de Araraquara. Em 2016, a maioria dessa população se concentra no adequado ou eutrófico, com cerca de 80 pessoas, que corresponde a 34,93 % do total de 229 gestantes, estando na média da abrangência do Estado de São Paulo, da região sudeste e do Brasil. Verifica-se também, percentuais preocupantes no município de Araraquara em relação à obesidade (23,58%), sobrepeso (21,83%), baixo peso (19,65%), que demonstram a necessidade de vigilância e medidas de controle apropriadas para melhorar o estado nutricional da coletividade, bem como a promoção de práticas alimentares saudáveis e à prevenção e ao controle dos distúrbios alimentares e de doenças associadas à alimentação, objetivando equilibrar o consumo alimentar e o estado de saúde dessa parcela da população tanto no âmbito municipal, estadual e nacional.

Figura 35 - Estado nutricional de gestantes no município de Araraquara, no Estado de São Paulo e na Região Sudeste no ano de 2016

Estado nutricional atual (IMC por semana gestacional)									
Abrangência	Baixo peso		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso		Obesidade		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Araraquara	45	19,65	80	34,93	50	21,83	54	23,58	229
Total est. São Paulo	18.045	15,59	40.918	35,36	31.186	26,95	25.568	22,10	115.717
Total região sudeste	51.404	17,64	106.864	36,68	75.702	25,98	57.379	19,69	291.349
Total Brasil	153.373	18,19	325.584	38,62	219.685	26,06	144.318	17,12	842.960

Fonte: SISVAN (2016), apresentado no PLAMSAN/DRS (2018-2021).

Conforme demonstram os dados do SISVAN apresentados nas Figuras anteriores referentes ao estado nutricional das pessoas, a realidade da saúde pública do município de Araraquara, tal como ocorre mundialmente, é caracterizada com elevada carga de doenças relacionadas a agravos não transmissíveis, como exemplo a diabetes tipo 2, a obesidade, a hipertensão arterial, certos tipos de câncer, ainda outras de grande complexidade como as doenças osteoarticulares e as doenças renais (WORLD HEALTH ORGANIZATION/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - WHO/OMS, 2003).

Neste cenário, a prevenção para essas doenças causadas pela inatividade física e/ou por hábitos alimentares inadequados tem sido o maior desafio para a saúde pública. Já foi amplamente reconhecido na literatura científica que a obesidade pode ser considerada como fator determinante na evolução da maioria das doenças crônicas não transmissíveis, sendo ela mesma considerada uma doença que adquiriu um caráter de epidemia global, atingindo 2,3

bilhões de pessoas em sobrepeso e 700 milhões de obesos ao redor do mundo, com um custo social e econômico bastante elevado (BAHIA *et al.*, 2012).

Nesse contexto, é fundamental estratégias do poder público com ações de promoção à saúde em todas as faixas etárias, que devem estimular e orientar a prática de atividade física e conscientizar a população em realizar escolhas alimentares mais saudáveis terão um grande impacto sobre as suas condições de saúde em qualquer fase de suas vidas (BRASIL, 2016).

O Programa Municipal Bolsa Cidadania, nessa perspectiva vem somar forças junto a outros programas de SAN de âmbito federal e estadual existentes no município de Araraquara, enquanto uma ação estratégica do poder público local de vigilância e controle do estado nutricional dos seus beneficiários, realizada através da aplicação da EBIA mesmo que parcialmente, bem como a promoção de práticas alimentares saudáveis e à prevenção e ao controle dos distúrbios alimentares e de doenças associadas à alimentação, estimuladas através da participação dos beneficiários nas oficinas, reuniões, palestras e capacitações realizadas pelos CRAS e CREAS, além do acompanhamento das condicionalidades da saúde, através do atendimento pela rede municipal de saúde (pré-natal, crianças com a vacinação em dia), efetivadas durante o 2º semestre de 2019 a março de 2020, quando foram suspensas (aplicação da EBIA, oficinas e as condicionalidades) devido a pandemia, mais que continuaram objetivando equilibrar, potencializar e ressignificar o consumo alimentar sustentável e principalmente o estado de saúde dessa parcela da população inserida no programa.

5.3 Processos permanentes de EAN - PLAMSAN/DRS (2018-2021)

Para fazer frente ao desafio de se prevenir vícios alimentares que levam à obesidade e formar hábitos alimentares mais saudáveis com vistas a diminuir a incidência das doenças crônicas não transmissíveis, como a diabetes e a hipertensão arterial, a Coordenadoria de Segurança Alimentar implantou no início de 2017 o NEAN (Núcleo de Educação Alimentar e Nutricional), formado por uma equipe multiprofissional com nutricionistas, engenheiros de alimentos, pedagogos, sociólogos, dentre outros, cujo objetivo seria desenvolver processos de educação permanente para melhorar os hábitos alimentares, estimular a prática de atividades físicas e melhorar a qualidade de vida do público atendido nas entidades e programas sociais, escolas e população em geral.

Desta forma, estão sendo ofertados à população cursos, treinamentos, oficinas culinárias temáticas, palestras, encontros, ações teatrais e lúdicas, além de receitas e orientações técnicas para o preparo de alimentos com vistas à geração de trabalho e renda. Foram realizados durante

o ano de 2017 mais de 90 eventos, incluindo as pré-conferências e a conferência municipal, dos quais participaram 3.570 pessoas. O papel das Conferências Municipais de SAN foi essencial, pois se tornou o *locus* de mobilização social, construção de conhecimento e proposição de prioridades para a agenda das ações de Segurança Alimentar e Nutricional em nível municipal, com objetivo de construir compromissos para efetivar o direito humano à alimentação adequada e saudável.

Outro aspecto que merece atenção é a implantação de tecnologias para o uso produtivo da água na atividade agrícola familiar, ação que requer uma política de assistência técnica e extensão rural (ATER) com foco no uso de tecnologias sustentáveis e forma coletiva, pois o acesso à água de qualidade é um direito humano básico que necessita ser efetivado para toda a população, requer o uso sustentável da terra, a proteção dos mananciais, das beiras de nascentes e rios e das florestas.

Além do aspecto da preservação ambiental, destaca-se a importância do abastecimento de água potável à população, o que garante a segurança hídrica necessária à higiene pessoal e ao preparo dos alimentos pela população cada vez mais numerosa nos centros urbanos. Por fim, destaca-se a questão do saneamento básico, primordial para a prevenção de doenças e indicador de qualidade de vida saudável para as pessoas.

É ainda prioridade da atual gestão municipal a implantação do Plano Municipal de Resíduos Sólidos (PMRS) com ações efetivas para o controle do descarte da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, envolvendo as atividades e instalações operacionais para coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final adequados dos resíduos domiciliares e dos resíduos originários da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas, conforme a Lei do Saneamento Básico nº 11.445, de 2007. O êxito na elaboração e implantação dessas ações dependerá da promoção de pactos setoriais, realmente consistentes, pois fornecerão instrumentos adequados para que todo cidadão e cada setor da sociedade civil façam a sua parte na gestão compartilhada dos resíduos sólidos, observando-se a prevenção, a geração, a reutilização a reciclagem, o tratamento e a disposição final ambientalmente adequada.

Em relação ao Programa Municipal Bolsa Cidadania, a EAN se torna uma ferramenta essencial de conscientização e sensibilização em relação aos seus beneficiários, pois durante o programa são trabalhados diversos temas para que durante todo o processo adquiram hábitos alimentares saudáveis e conscientes, o que diretamente irá impactar na diminuição da IA promovendo sua soberania, autonomia alimentar em poder escolher o seu alimento, não dependendo tão somente de uma cesta básica. A partir de outubro de 2019 e durante o ano de 2020, segundo a gerente de SAN e nutricionista, Moema Santana, que apoia tecnicamente o

Programa Municipal Bolsa Cidadania em Araraquara, foram realizadas cerca de 4 reuniões de sensibilização, mas devido à pandemia, tiveram que suspender os encontros, sem previsão de retomada em 2021.

6 O PROGRAMA MUNICIPAL BOLSA CIDADANIA DE ARARAQUARA-SP

6.1 Eixos estruturantes: a construção da agenda

O programa prioritariamente visa o combate à fome e incentivo à inclusão produtiva, instituído pelo município de Araraquara-SP, através da Lei nº 9.585 e do Decreto nº 12.066 (ARARAQUARA, 2019) (Anexo D), coordenado pela SMADS e Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Turismo, através das Coordenadorias de SAN e de Assistência Social e da CETECS.

O programa tem como objetivo a transferência de renda para a compra de alimentos e a oferta de oportunidades de qualificação profissional e geração de renda e visa a garantia da proteção social às famílias e seus membros em diferentes fases da vida para a aquisição das seguranças afiançadas pela PNAS, com vistas a autonomia familiar, bem como atender e executar o preceito básico da PNSAN⁴⁷, garantindo acesso à alimentação, direito humano fundamental previsto no art. 6º da CF/88⁴⁸. Destina-se a pessoas ou famílias que se encontrem em situação de extrema vulnerabilidade social e/ou de extremo risco social, por decorrência da impossibilidade de geração de renda e por mudanças de vida natural e social, além de situações de violação de direitos.

É importante entender a estrutura do programa em seus níveis de gestão e operação, bem como seus principais eixos para, posteriormente, analisar em qual panorama ele se insere dentro da agenda política municipal.

Conforme a Figura 36, a estrutura de gestão e operacionalização do Programa Municipal Bolsa Cidadania está alicerçado em 2 Secretarias que se complementam para atender os objetivos do programa, e para tanto, se utilizam de 3 Coordenadorias específicas para gerenciar as ações e atividades definidas pelos eixos do programa de maneira integradora. Cada Coordenadoria em seu nível operacional possui técnicos de referência, 2 alocados em 2 Gerências pela SMADS e um Coordenador alocado na CETECS, dividido em 2 gerências, todos

⁴⁷ A PNSAN diz respeito à garantia do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sociais, econômicas e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2019).

⁴⁸ Os direitos sociais são descritos pelo art. 6º da CF, como educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e a infância e assistência aos desempregados. De acordo com a Emenda Constitucional n. 64/2010, são também considerados direitos sociais a alimentação e a moradia. Assim, se um brasileiro está sendo impedido de materializar esses direitos, a superação dessa situação é responsabilidade pública e estatal. Isto é, compete ao poder público promover ações que visem ao enfrentamento da pobreza (BRASIL, 2019).

responsáveis em garantir a implantação, o controle e a concretização das metas estabelecidas pelo programa, bem como os acompanhamentos das atividades das famílias e indivíduos em seus territórios.

Figura 36 – Estrutura de gestão e operação do Programa Municipal Bolsa Cidadania

ESTRUTURA DE GESTÃO E OPERAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL BOLSA CIDADANIA



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A Gerência de Abastecimento e Segurança Alimentar fica responsável em aplicar e analisar os resultados da EBIA e acompanhar os níveis de INSAN dos beneficiários; a Gerência de Vigilância Socioassistencial e CadÚnico prepara os relatórios dirigidos ao monitoramento do programa, identificando os usuários em maior vulnerabilidade através da base do CadÚnico, de acordo com o perfil do programa, direcionando essas informações aos 10 CRAS de referência do território de abrangência, além de realizar a coleta de informações, discussões e análise dos resultados dos indicadores do programa.

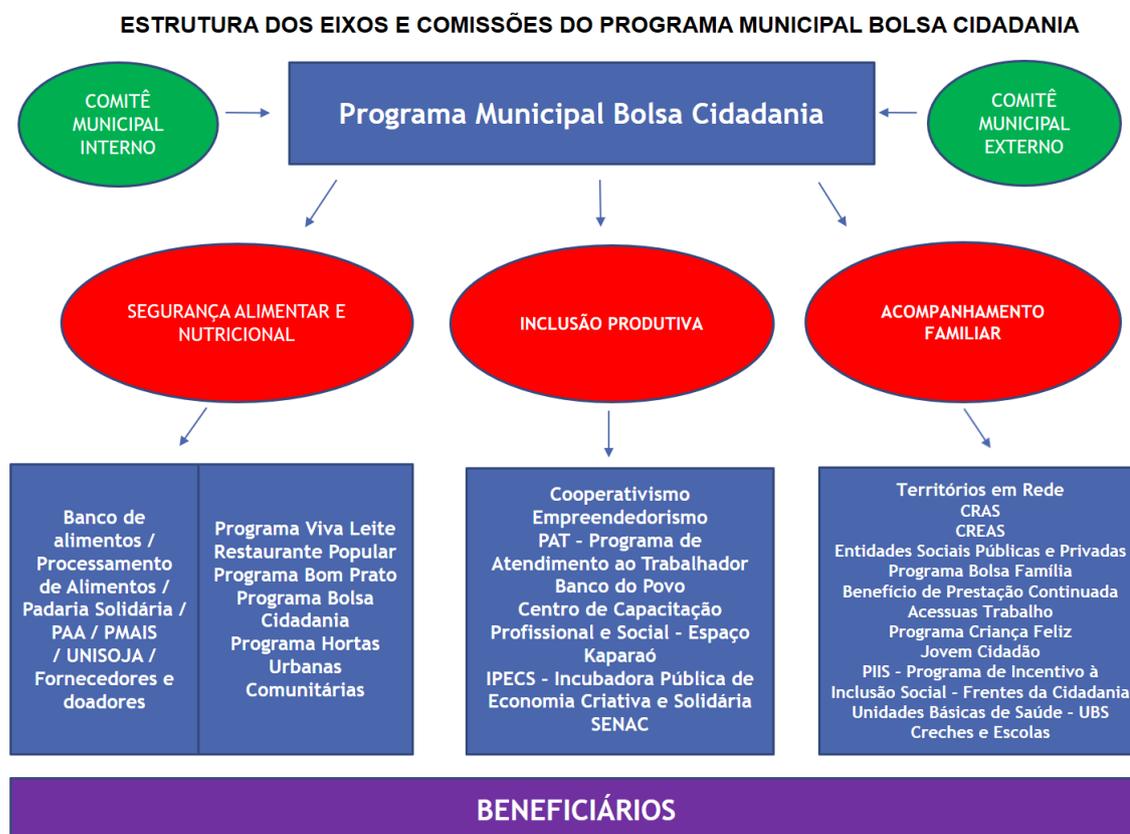
Vale destacar, que o papel da técnica de referência para o programa na Coordenadoria de Assistência Social, Letícia Franceschini, é muito importante, pois acaba sendo o elo entre as

coordenadorias da SMADS, bem como entre as Secretarias Municipais de Trabalho, Saúde e Educação, pois a mesma, participa de todas as etapas do programa, desde receber as fichas de indicações, quanto os relatórios técnicos das unidades de proteção social básica/especial (CRAS/CRESES). A partir disso, avalia se há alguma pendência ou irregularidade para então incluir no banco de dados. Também faz o acompanhamento das condicionalidades da saúde e educação e verifica se os beneficiários estão regulares no programa, caso não estejam, entra em contato com as respectivas unidades de referência do território que residem (CRAS/ UBS/ Creches). Ainda, realiza o intermédio entre as referidas unidades e o comitê do programa, a fim de discutir questões relacionados as famílias em acompanhamento, se aderiu ao programa, se há alguma irregularidade, possíveis deliberações, entre outros assuntos. Por fim, também faz o intermédio com o Fundo Municipal de Assistência Municipal para fins de solicitação do vale-alimentação (2º via, recarga, perda ou roubo) e atualização de valores do benefício (como tais valores são calculados tendo como base a renda per capita e outros benefícios de transferência de renda, qualquer alteração destes impacta diretamente no vale-alimentação)

Por fim, a CETECS acompanha a participação dos beneficiários nas atividades relativas à inclusão produtiva; a Gerência de Qualificação Profissional e o Centro de Capacitação Profissional e Social Espaço Kaparaó realizam os cursos livres de qualificação profissional, oficinas laborais e formação relacionadas à trabalho, empreendedorismo e economia solidária. Já a Gerência de Economia Criativa e Solidária e a Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária (IPECS) realizam a formação e incubação de empreendimentos coletivos autogestionários.

Em relação à estrutura do programa, o mesmo é organizado e estruturado em 3 eixos principais: a SAN, a qualificação profissional e inclusão produtiva, e uma rede de proteção social responsável pelo acompanhamento familiar e pelas condicionalidades estabelecidas nas áreas de assistência social, saúde e educação, conforme observa-se na Figura 37.

Figura 37 – Estrutura dos eixos do Programa Municipal Bolsa Cidadania



Fonte: Elaboração do autor (2021).

Em relação ao eixo da SAN, a transferência de renda é fundamental para o combate à fome, pois proporciona o acesso à alimentação, além da ativação de processos econômicos produtivos com impactos efetivos no comércio local. Em relação às ações estruturantes relacionadas ao eixo da inclusão produtiva, o estímulo se direciona na inserção dos beneficiários no mercado de trabalho por meio do trabalho assalariado, do empreendedorismo, do trabalho autônomo, com parcerias firmadas entre o Sistema S, OSCs e Universidades locais, além do apoio do Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT)⁴⁹ e de linhas de financiamento através

⁴⁹ Os PATs têm por objetivo a busca de alternativas para a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, propiciando informações e orientações ao trabalhador na procura por emprego e, aos empregadores, na busca de recursos humanos, promovendo o encontro de ambos de maneira ágil, minimizando o custo social causado pelo desemprego. Concentram serviços gratuitos à população em todas as regiões do Estado. A rede é composta por 251 unidades, 30 delas alocadas dentro do Poupatempo e está dividida em 21 Centros Regionais. São administrados pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho.

do Banco do Povo⁵⁰, mas principalmente, através de projetos visando o trabalho associado e cooperativista no modelo da economia solidária⁵¹, conforme demonstra a Figura 38.

Figura 38 - Reunião com os Beneficiários do Programa Municipal Bolsa Cidadania sobre o cooperativismo



Fonte: RCIA Araraquara (2019).

De acordo com a Coordenadora Executiva do Trabalho e Economia Criativa e Solidária (CETECS), Camila Capacle, a economia solidária em Araraquara vem se fortalecendo e cada vez mais se consolidando enquanto política pública, com diversos programas municipais de economia solidária, dos quais destacam-se a IPECS, inaugurada no segundo semestre de 2020; a implantação do projeto “Cooperativismo como Porta para o Futuro” como uma porta de saída dos programas sociais, sendo que através desse projeto, deu-se início ao processo de formação de novas cooperativas, a maioria formada por mulheres e beneficiárias do Programa Municipal Bolsa Cidadania: Panelas Unidas (alimentação), Vitória Multi Serviços, CoperMorada (construção civil) e Sol Nascente (egressos do sistema prisional), todas já atuando e gerando renda em seus territórios.

Há também o projeto “Feiras do Território”, em parceria com os 10 CRAS e com a comunidade local. Segundo Capacle (2020), o maior objetivo desse programa é fomentar o desenvolvimento territorial local, com a instalação de tendas no meio da via pública ou de um terreno público de grande circulação de pessoas, se tornando um espaço para os

⁵⁰Programa do Governo do Estado de São Paulo inaugurado em 1998, o financiamento é destinado aos empreendedores formais ou informais, urbanos e rurais, microempreendedores individuais, produtores rurais, cooperativas e associações de produção formalmente constituídas. As linhas de crédito possuem diferentes valores para pessoa física, pessoa jurídica, cooperativas e associações produtivas. A importância concedida pode variar entre R\$ 200 e R\$ 15.000, com prazo de pagamento de até 36 meses.

⁵¹ A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (SINGER, 2002, p. 10).

empreendedores do bairro comercializarem seus produtos e também para que os moradores possam conhecer a diversidade de negócios realizados no próprio território, tais como: artesanato, alimentação, produtos de limpeza, bazar de roupas e livros, divulgação de serviços, música e diversão no centro de bairros periféricos, cujo acesso à cultura ainda é restrito.

Além de todos esses projetos, está planejado para 2021 a criação do Programa Coopera Araraquara⁵², um pacote de incentivo à formação e desenvolvimento do cooperativismo e da economia solidária no município. Por fim, possuem um mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), realizado em 2019 pelo Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania (NEPECS/UNESP/FCLAr) e atualizado pela CETECS em 2020.

Acerca do eixo relacionado ao acompanhamento familiar, o papel dos CRAS, UBS, creches, escolas municipais e estaduais de ensino fundamental e médio no município de Araraquara, são fundamentais no acompanhamento das condicionalidades estabelecidas no “termo de compromisso”, assinado pelo beneficiário ao ser incluído no programa, sendo estas: estar inseridos, atendidos ou acompanhados pelos equipamentos públicos de assistência social; participar das atividades relativas à inclusão produtiva propostas pela CETECS, obtendo frequência mínima de 80% e desempenho satisfatório nas atividades; garantir a frequência escolar de crianças e adolescentes que integrem o núcleo familiar; comprovar a realização de atendimento pela rede municipal de saúde, conforme mostra a Figura 39 (ARARAQUARA, 2019).

Conforme descreve a técnica de referência para o programa na Coordenadoria de Assistência Social, Letícia Franceschini, a realização do acompanhamento das condicionalidades ocorre efetivamente em quatro instâncias: assistência social, educação, saúde e inclusão produtiva. Em relação à assistência social, os beneficiários são acompanhados pelas respectivas unidades de referência, sendo possível formar grupos específicos ou mesmo se utilizar dos serviços já existentes, a exemplo do PAIF. Além disso, também há a aplicação do questionário EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar) através da equipe da Segurança Alimentar, tanto no ingresso quanto no desligamento do programa. No quesito educação, todas as crianças e adolescentes da composição familiar devem ter a frequência escolar regular, sendo que bimestralmente as unidades escolares enviam a lista de frequência. Em relação à saúde, há uma convocação pelas unidades de saúde a fim de monitorar peso e altura, bem como outras questões específicas a exemplo do pré-natal de gestantes. Por fim, no

⁵² Ver: <http://www.araraquara.sp.gov.br/noticias/2021/abril/09-1/2018e-preciso-investir-na-organizacao-da-economia-solidaria2019-reforca-edinho>.

âmbito da inclusão produtiva, são ofertados cursos de qualificação profissional no Espaço Kaparaó uma vez por semana, sendo que a frequência mínima era de 80%.

Em relação aos mecanismos de acompanhamento da evolução das condições das famílias inseridas no programa, segundo relata a técnica do Programa, Letícia Franceschini quando eram verificadas irregularidades no cumprimento de tais condicionalidades, a mesma informava ao CRAS/CREAS e solicitava que o beneficiário em questão fosse orientado acerca do descumprimento e da importância de aderir ao programa. Caso no mês seguinte não fosse regularizada tal situação, era enviada uma advertência, sendo que na terceira notificação havia o desligamento. No entanto, devido à pandemia do COVID-19, o monitoramento de condicionalidades do programa encontra-se suspenso desde março de 2020.

Figura 39 - Palestras orientam beneficiários do Programa Municipal Bolsa Cidadania⁵³



Fonte: Araraquara (2019).

No escopo do Programa também é criado 2 (duas) instâncias para o seu controle social. A primeira, um Comitê Municipal Interno do “Bolsa Cidadania”, constituído com o objetivo de avaliar as inserções e desligamentos dos beneficiários, com representantes do poder público da Assistência social, da Saúde, da Educação, do Esporte, da Cultura, da Habitação, da Participação popular, do Desenvolvimento econômico, dentre outros. A segunda, uma Comissão Externa de Acompanhamento do Programa Municipal Bolsa Cidadania, com a função de acompanhar sua implementação, podendo recomendar ajustes necessários à sua eficiente execução, sendo que apenas integrantes de conselhos oriundos da sociedade civil podem compor essa Comissão.

⁵³ Realizadas em 10 CRAS de Araraquara, oferecem dicas sobre alimentos nutritivos, além de mais baratos.

Vale destacar que, ambos os Comitês possuem responsabilidades para a implementação e execução do Programa. Segundo a Secretária da Assistência e Desenvolvimento Social, Jacqueline Barbosa, desde sua origem, os Comitês foram fundamentais para a construção e o desenho do programa, com a participação e a articulação com outros setores e com os territórios de atuação dos equipamentos sociais reconhecendo e conhecendo as vulnerabilidades sociais e reais das famílias. A Secretária ainda explica que: “a comissão interna irá acompanhar se os beneficiários estão dentro das normas do programa, ou seja, a Comissão vai olhar se as crianças estão na escola, se os atendimentos de saúde estão em dia, se a vacinação está em dia, se estão frequentando os cursos, pois, caso não cumprirem, poderão ter o cartão suspenso, ou então, se iniciar um trabalho, podem ir ao CRAS e dizer que não precisam mais do cartão”.

Por fim, a grande diferença entre os dois Comitês é que o Comitê interno deve ter um olhar ampliado para a família, enquanto o Comitê externo deve ter o olhar ampliado para o programa, ambos os olhares se complementam e objetivam potencializar o protagonismo e a emancipação de direitos das famílias, bem como, a sensibilização e mobilização de toda a sociedade.

Em relação aos requisitos para inserção no programa, conforme detalha a psicóloga e técnica de referência para o programa na Coordenadoria de Assistência Social, Letícia Franceschini, são: 1) Cadastro Único atualizado; 2) Residir em Araraquara há 12 meses ininterruptos; 3) Renda per capita mensal de no máximo $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. A partir disso, a seleção se dá segundo o atendimento ou acompanhamento das famílias pelas unidades em que estão referenciadas, os CRAS. Posterior à indicação das mesmas e à averiguação se atendem a todos os requisitos, há o cadastramento dos beneficiários em um banco de dados, o qual contém informações gerais da família, o ranqueamento⁵⁴ de acordo com a pontuação (definida através de 17 itens de vulnerabilidades e riscos identificados) e também o cálculo dos valores do benefício (Anexo E). Havendo a possibilidade de prorrogação do contrato, o recadastramento se dá mediante uma avaliação técnica das equipes de referência a fim de verificar se a família permanece em situação de vulnerabilidade.

No caso em que for necessária a priorização dos atendidos pelo programa, dá-se preferência a adultos em situação de desemprego e/ou ausência de qualificação profissional, desde que não seja beneficiário de seguro-desemprego e da previdência social pública ou privada, e famílias com maior número de crianças e adolescentes com idade inferior a 18 anos, pessoas com mais de 60 anos, famílias com membros com deficiência e/o pessoas impactada

⁵⁴ Ver: Modelo de ficha de Indicação para o Programa Municipal Bolsa Cidadania (Anexo E)

para a vida independente do trabalho, mulheres vítimas de violência doméstica mediante comprovação de atendimento pela rede protetiva, famílias chefiadas por mulheres, adolescentes em situação de extrema vulnerabilidade e risco social, famílias com membro em situação de privação de liberdade sem direito a auxílio reclusão, pessoa em situação de rua ou em atendimento nos serviços de acolhimento, famílias com membro e/ou pessoas egressas do sistema penitenciário ou cumprindo medidas socioeducativas e famílias residente em áreas de risco (ARARAQUARA, 2019).

O programa estabelece incentivos fiscais para os agentes econômicos que possuem sede própria no município de Araraquara, que se contratarem pessoal oriundo do Programa Municipal Bolsa Cidadania será concedido anualmente, redução de 5 % a 20 % no valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), tendo em vista a média de empregos formais gerados e mantidos (ARARAQUARA, 2019). Segundo relata a psicóloga e técnica de referência para o programa na Coordenadoria de Assistência Social, Letícia Franceschini, seria muito pertinente parcerias com empresas privadas nesse sentido, no entanto, as mesmas ainda não foram viabilizadas a fim de contratarem pessoas oriundas do programa, garantindo, assim, os pressupostos básicos do mesmo: o direito à renda mínima e à inclusão produtiva, propiciando também sua emancipação e autonomia – de forma a produzir condições para melhoria da qualidade de vida. Camila Capacle, coordenadora da CETECS destaca que essa função de articulação de parcerias deveria ser realizada pela Comissão Externa, no entanto, desde a implantação do programa em maio de 2019 ao final de 2020, não houve nenhuma aplicação de incentivos fiscais para agentes econômicos no município de Araraquara, caso estes contratassem pessoal oriundo do Programa Municipal Bolsa Cidadania, sendo um das prioridades e desafios colocados pela gestão do programa, bem como para os representantes do Comitê Externo, a questão do fortalecimento da rede de parcerias.

Por fim, o Programa prevê auxílio mensal a famílias cadastradas no CadÚnico e que enfrentam situação de vulnerabilidade social extrema, com renda per capita mensal de até 25% do salário mínimo, ou seja, R\$ 250,00 reais, sendo um benefício transferido para as famílias por 6 meses, prorrogáveis por igual período, mediante avaliação do Comitê Interno Municipal do Programa, que poderá ser suspenso ou revogado a qualquer tempo por superação das condições determinantes para a concessão, ou pelo descumprimento das metas e objetivos estabelecidos. Na Figura 40, é possível ver a participação dos beneficiários em uma das reuniões do Programa, em 2019.

Figura 40 – Beneficiários do Programa Municipal Bolsa Cidadania



Fonte: Araraquara (2019).

Cabe salientar que o benefício poderá complementar programas de transferência de renda ou similares de outras esferas de governo (Estadual e Federal), desde que não haja prejuízo ao recebimento por parte do beneficiário, o valor varia entre 2 a 12 unidades fiscais do Município (UFMs), dependendo da situação de vulnerabilidade e da renda per capita – atualmente, esse valor varia entre R\$ 110,00 e R\$ 663,60 reais.

Acerca da análise do Programa Municipal Bolsa Cidadania e sua inclusão na agenda política do município de Araraquara, pode-se discorrer sobre algumas variáveis no que tange à real necessidade para sua implementação, como a urgência de respostas em relação aos dados obtidos através do diagnóstico já pontuado em capítulos anteriores realizado pelo Programa Territórios em Rede, que identificou um alto número de famílias em situação de extrema pobreza e pobreza, sem acesso a uma alimentação regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, bem como, muitas famílias sem acesso a trabalho e renda, principalmente, em bairros mais vulneráveis e periféricos.

Nesse sentido, pode-se verificar importantes entraves identificados em relação à SAN e à inclusão produtiva frente as necessidades da população mais vulnerável, o que propiciou e impulsionou a construção de uma agenda pública do município de Araraquara-SP, e para dar respostas e soluções reais ao enfrentamento desses problemas, como ação concreta, foi, portanto, pensado o Programa Municipal Bolsa Cidadania, que desde abril de 2019, tem esse objetivo primordial de promover a autônoma e o protagonismo social e garantir acesso a alimentos a quem mais necessita no município de Araraquara.

Contextualizando alguns indicadores⁷ e metas em relação aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela FAO/ONU (2015) na Agenda 2030,

como a erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, saúde e bem estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, trabalho decente e crescimento econômico e redução das desigualdades, principalmente quanto à questão da pobreza no Brasil, segundo dados do IBGE (2019), houve um aumento no índice da pobreza em cerca de 11,2% de 2016 a 2017, assim como, entre os meses de dezembro (2018) e fevereiro (2019), nos quais cerca de 892.000 brasileiros passaram à categoria de "desempregados", estimando-se em 13,1 milhões o total no Brasil; uma taxa de 12,4% de trabalhadores sem salário. Em relação à SAN, segundo a FAO/ONU, que trabalha no combate à fome e à pobreza por meio da melhoria da SAN e do desenvolvimento agrícola, estima-se que mais de 2 milhões de famílias sobrevivem com renda per capita de até R\$ 133,00 mensais no Brasil⁵⁵.

Aproximando a realidade da pobreza e SAN em Araraquara, segundo dados do CadÚnico do município, atualmente, existem 12.686 famílias cadastradas, sendo que 3.332 famílias não recebem nenhum benefício de transferência de renda e quase 9 mil pessoas declaram não ter nenhuma ocupação profissional. São 6.540 famílias vivendo com até 25% do salário mínimo per capita mês, ou seja, R\$ 250 reais, sendo mais de 26 mil pessoas e 4.612 famílias vivendo com até 15% do per capita mês, cerca de 18 mil pessoas (BRASIL, 2019). A partir dessas análises e avaliação desse panorama e dos dados do CadÚnico se justifica, portanto, a inclusão na agenda política o Programa Municipal Bolsa Cidadania, com o objetivo de atender as pessoas em maior vulnerabilidade dentro dessa faixa de renda estipulado pelo programa, revelando, portanto, uma demanda social efetivamente existente (ROSSI, 2004)⁵⁶.

Desde o início de sua criação, em maio de 2019, a primeira turma do programa foi lançada em setembro do mesmo ano e atingiu cerca de 145 famílias que foram beneficiadas (ARARAQUARA, 2019)⁵⁷, o que inclui crianças, idosos, adolescentes e adultos em idade produtiva, mas que em sua maioria estão desempregados, vale apontar, que das famílias elegíveis, 48% são crianças e adolescentes. A meta estabelecida para 2020 era atingir cerca de 500 famílias beneficiadas⁵⁸. As famílias da primeira turma receberam um cartão alimentação a ser utilizado para as compras dos itens essenciais para o sustento alimentar da casa. O valor varia entre 2 a UFMs, dependendo da situação de vulnerabilidade e da renda per capita –

⁵⁵ Apresentação Bolsa Cidadania – Um Gesto de Solidariedade – Programa Combate à Fome e Incentivo à Inclusão Produtiva Municipal, realizada pela Prefeitura Municipal de Araraquara para contextualização do Programa.

⁵⁶ Para esses autores, os estudos avaliativos, deveriam compor um programa de investigação completo, seguindo a lógica implícita do “ciclo de vida dos programas”. A proposta de Rossi, é certamente um avanço conceitual na forma de se entender os diferentes focos dos estudos avaliativos, para além daquelas dicotomias “avaliação de processo/ avaliação de impactos”, “avaliação ex-ante/avaliação ex-post” (JANNUZZI, 2011).

⁵⁷ Ver: <https://pt.org.br/prefeito-edinho-lanca-programa-de-combate-a-fome-o-bolsa-cidadania/>.

⁵⁸ Segundo informação verbal do Coordenador Executivo Municipal da SAN de Araraquara, Marcelo Mazeta Lucas.

atualmente, esse valor varia entre R\$ 110,00 e R\$ 663,60 reais. Em contrapartida, os beneficiários frequentaram palestras e cursos relacionados ao combate à fome e SA; sendo avaliados inicialmente através da aplicação do questionário (EBIA), para mensuração do nível de INSAN (SEGALL CORRÊA, 2009) dos ingressantes no programa, estando provisionado a reaplicação novamente ao final do ciclo de permanência de 6 meses e quando se desligarem após um ano.

Além da participação dos cursos e oficinas de preparação para o mercado de trabalho, através do cooperativismo, empreendedorismo e economia solidária, orientações sobre a saúde da família, planejamento familiar, prevenção em saúde, gravidez, gravidez precoce, dengue e doenças sexualmente transmissíveis (DST), e orientações sobre educação infantil, de jovens e adultos e sobre direitos humanos. Nas oficinas oferecidas aos beneficiários do Programa, os conteúdos estão ligados ao DHAA, Direitos Sociais, Cidadania, Cultura de Paz, entre outras questões e também é realizado durante essas reuniões uma proximidade dos beneficiários com os gestores de CRAS, o que facilita o acesso a diversos tipos de apoio seja ele para a garantia de alimentos, quanto para o apoio psicológico e direcionamento aos Centros de Referência da Mulher, LGBTQIA+, Afro, Juventudes, etc. Todo o monitoramento, avaliação e acompanhamento dos cursos, oficinas, palestras e reuniões foram realizados mediante lista de presença e através de atividades em grupo, conforme destaca a Figura 41.

Figura 41 - Beneficiário do Programa Municipal Bolsa Cidadania passará por uma avaliação nutricional através de um questionário⁵⁹



Fonte: Folha da Cidade (2019).

⁵⁹ Em Araraquara cada Beneficiário passará por uma avaliação nutricional através de um questionário (FOLHA DA CIDADE, 2019).

Na segunda turma de beneficiários, com cerca de 202 famílias do Programa Municipal de Transferência de Renda e Incentivo à Inclusão Produtiva, o Programa Municipal Bolsa Cidadania chegou a um total de 342 famílias beneficiadas, conforme mostra a Figura 42.

Figura 42 - Bolsa Cidadania chega a 342 famílias beneficiadas



Fonte: Araraquara (2019).

Segundo o relato de umas das beneficiárias da segunda turma, Graziela Pereira Martins, “muitas vezes faltam coisas em casa, esse cartão chegou em boa hora e vai me ajudar bastante, tem muita coisa que nunca tive condições de comprar, mas agora vou poder, mesmo assim, quero voltar a trabalhar e não depender só do cartão”, afirma a moradora do Jardim das Hortênsias.⁶⁰

Em março de 2020, iniciou a terceira turma do Programa Municipal Bolsa Cidadania, isto é, mais 169 famílias foram inseridas no programa. Desde o início do programa, já são 516 famílias beneficiadas, conforme ilustra a Figura 43.

⁶⁰<http://www.araraquara.sp.gov.br/noticias/2019/outubro/29/bolsa-cidadania-chega-a-342-familias-beneficiadas>

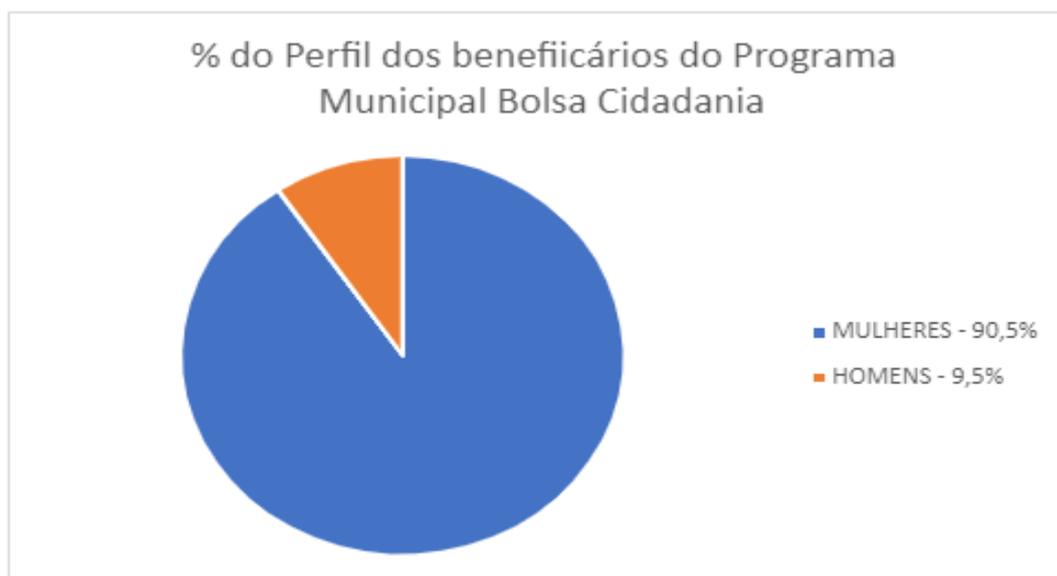
Figura 43 - Bolsa Cidadania chega a 516 famílias beneficiadas em Araraquara



Fonte: Araraquara (2020).

Ao longo do ano de 2020, mais 2 turmas foram iniciadas, perfazendo um total 5 turmas participantes do Programa Municipal Bolsa Cidadania, somando um contingente de cerca de 778 beneficiários. Segundo dados fornecidos pela Gerência de Vigilância Socioassistencial e CadÚnico, através da gerente e psicóloga Celina Garrido, são 704 mulheres e 74 homens (Figura 44).

Figura 44 - Perfil dos beneficiários do Programa Municipal Bolsa Cidadania

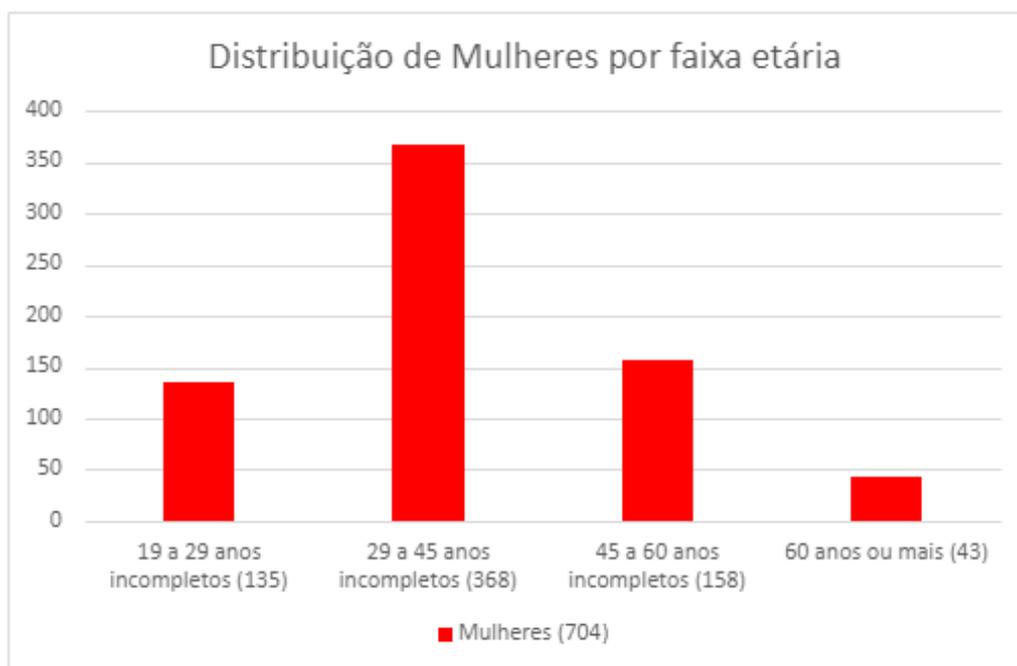


Fonte: Elaboração do autor (2021).

Verifica-se que 90,5 % dos beneficiários são mulheres, demonstrando o protagonismo que elas representam na sociedade e conseqüentemente se reflete no programa, sendo vivenciada pela busca da autonomia frente às situações de extrema pobreza que se instala cotidianamente no ceio de suas famílias.

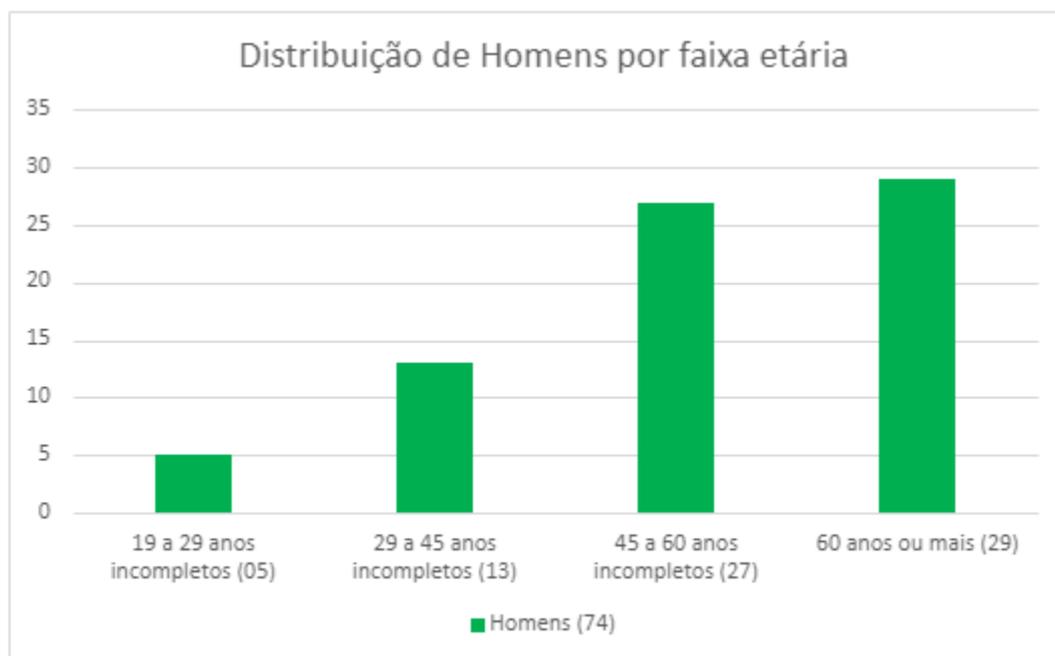
Em relação à faixa etária dos beneficiários do Programa Municipal Bolsa Cidadania, verifica-se uma concentração entre a faixa de 29 a 45 anos incompletos para as mulheres perfazendo um total de 368 beneficiadas, e para os homens, uma concentração entre as faixas etárias de 45 a 60 incompletos e de 60 anos ou mais, com o total de 27 e 29 beneficiários respectivamente. Cabe salientar que, são faixas etárias que demonstram indivíduos economicamente ativos, mas que sem perspectivas de geração de trabalho e renda, à margem do mercado de trabalho e desprovidos de recursos para aquisição de alimentos de forma regular e permanente, acabam sendo selecionados pelo programa via CadÚnico para que consigam acessar estratégias de requalificação profissional, bem como, uma alimentação digna e adequada. Em relação às outras faixas etárias, tem-se a seguinte distribuição entre mulheres e homens nas Figuras 45 e 46.

Figura 45 - Distribuição de Mulheres por faixa etária



Fonte: Elaboração do autor (2021).

Figura 46 - Distribuição de Homens por faixa etária

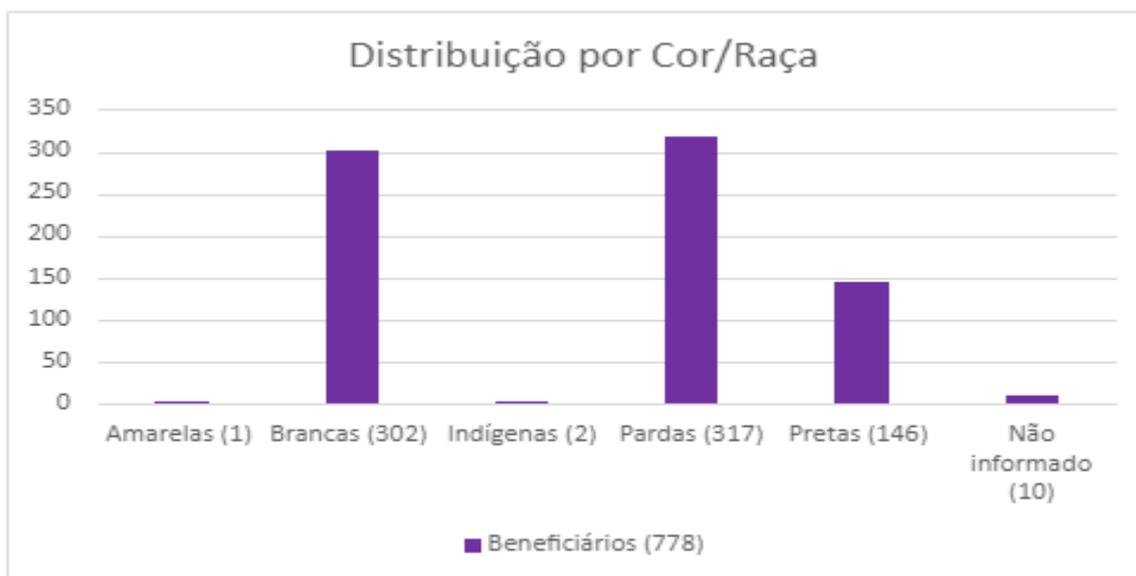


Fonte: Elaboração do autor (2021).

Sobre a questão da distribuição por cor/raça dos beneficiários do Programa Municipal Bolsa Cidadania, da soma de 778 pessoas, tem-se (302) que se auto declaram branca e (317) pardas como cor/raça predominantes, o que representa cerca de 80% do total, ainda temos beneficiários que se auto denominam amarelos (1), indígenas (2) e pretas (146) e (10) que não informaram. Segundo a Gerente da Vigilância Socioassistencial e CadÚnico, Celina Garrido, o padrão utilizado para as referências de cor/raça são as mesmas utilizadas nos formulários de preenchimento para inserção no cadastro único⁶¹.

⁶¹Ver: Os formulários do Cadastro Único são utilizados na coleta das informações das famílias e se destinam a incluir ou a atualizar um cadastro. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico/gestao-do-cadastro-unico-1/processo-de-cadastramento/formularios>.

Figura 47 - Distribuição por Cor/Raça



Fonte: Elaboração do autor (2021).

Sobre os dados referentes a escolaridade, segunda relata a técnica do Programa, Letícia Franceschini, considerando a composição familiar, atualmente o Programa Municipal Bolsa Cidadania possui 206 beneficiários ativos, o que engloba 620 pessoas. Destas, 280 estão na idade escolar (considerando a faixa etária de 4 a 17 anos). De acordo com levantamento feito através do Cadastro Único, 12 pessoas de 4 a 6 anos ainda não estão matriculadas; 66 pessoas são da Educação Infantil; 189 pessoas do Ensino Fundamental; 13 pessoas do Ensino Médio. Franceschini ressalta também que essas informações podem estar defasadas, uma vez que a última listagem do Cadastro Único recebido pelo Ministério da Cidadania é de março de 2021; bem como pode ocorrer que no CadÚnico, o núcleo familiar tenha sido apenas atualizado em 2019/2020, o que consiste em dados desatualizados. Nessa perspectiva, reafirmamos a importância da Gerência de Vigilância Socioassistencial e CadÚnico em focalizar através da busca ativa e da articulação com a rede socioassistencial e os CRAS em seus respectivos territórios a atualização dos cadastros, promovendo assim, a inserção de mais pessoas e famílias em relação aos programas sociais e consequentemente ao Programa Municipal Bolsa Cidadania.

Acerca do acompanhamento das primeiras turmas iniciadas pelo programa em 2019, foram desligadas 54 famílias⁶². Os motivos foram o descumprimento de critérios previamente estabelecidos e também a superação da situação de vulnerabilidade e risco social. Segundo a Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Jacqueline Barbosa, a avaliação das 54 famílias foram feitas pelas equipes técnicas do programa e validada pelo Comitê Interno do Programa Municipal Bolsa Cidadania, responsável por avaliar as inserções e desligamentos dos beneficiários. De acordo com a Secretária, das 54 famílias desligadas, 41 deixaram de cumprir critérios estabelecidos, pois não deram sequência aos cursos de capacitação ou interromperam o acompanhamento de saúde e da assistência social ou deixaram de comprovar a frequência escolar de crianças e adolescentes que compõem o núcleo familiar, e 13 famílias deixaram o programa, porque saíram da situação de extrema vulnerabilidade social e ou de extremo risco social, "são pessoas que arrumaram emprego e conseguiram se organizar economicamente", relata.

Em relação às ações da CETECS, Camila Capacle aponta que nos meses de outubro e novembro de 2020 foram retomadas as atividades presenciais do programa no formato de oficinas mensais nos CRAS para as 5 turmas, para facilitar a participação de todos no território, além da redução da carga horária das atividades para que os beneficiários não precisassem abrir mão de trabalhos eventuais e bicos, mas devido ao agravamento da pandemia precisaram novamente suspender essas atividades. Aos beneficiários das 5 turmas, além da transferência de renda por meio de cartão alimentação, era também concedido o vale transporte para as capacitações profissionais, no intuito de estimularem a participação de todos.

Acerca da perspectiva de planejamento para as 5 turmas em 2021, o objetivo é realizar uma fase de reestruturação para que o programa de geração de renda seja desenvolvido na perspectiva territorial, isto é, que as ações de formação para o cooperativismo e/ou empreendedorismo se dê através do desenvolvimento territorial local, levando em contas as características do bairro, dos grupos seja pelo questões de identidade, de gênero, bem como de demandas específicas que cada território necessita suprir. Segundo afirma a socióloga Camila Caplace, sendo mais de 90 % do público beneficiário do Programa Municipal do Bolsa Cidadania ser formado por mulheres, estas responsáveis economicamente por suas famílias, que devido ao fechamento das creches municipais e escolas públicas, existe atualmente uma dificuldade de participação dessas mulheres em programas de qualificação profissional e no trabalho propriamente dito da geração da renda familiar.

⁶²Ver:<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2020/03/05/araraquara-desliga-54-familias-do-bolsa-cidadania-por-descumprir-criterios-e-superar-vulnerabilidade.ghtml>

Atualmente, no Programa Municipal Bolsa Cidadania existem iniciativas de articulação e ações conjuntas entre as Coordenadorias de SAN e de Economia Solidária em ampla construção, como a estratégia de ofertar os cursos e oficinas de requalificação profissional do programa para os territórios, atrelada as oficinas de SAN e reaproveitamento de alimentos. Em meados de 2020, por exemplo, a Coordenadoria de SAN cedeu a Cozinha Solidária para incubar a *Cooperativa Panelas Unidas* – formada por mulheres advindas de programas sociais da Prefeitura Municipal de Araraquara – e a Coordenadoria de Economia Criativa e Solidária auxiliou em todo o processo de incubação dessa Cooperativa. Em contrapartida, a SAN está estruturando atualmente uma cozinha escola dentro do Espaço Kaparaó para atender justamente os programas sociais com qualificação profissional na área de alimentação e aproveitamento de alimentos.

Em relação ao acompanhamento do programa, seus resultados são monitorados e avaliados por meio de indicadores definidos e de procedimentos de acompanhamento sistemáticos e específicos, para avaliar a aquisição das seguranças garantidas pela política de assistência social, pela política de geração de trabalho e renda e pela política de segurança alimentar e nutricional (ARARAQUARA, 2019). É oportuno registrar que a avaliação, enquanto etapa do ciclo, realiza-se após a implementação. Trata-se de um momento de natureza mais reflexiva para continuidade ou não do programa. Distingue-se, portanto, das atividades de monitoramento e avaliação, instrumentos investigativos que podem ser empregados a qualquer momento do ciclo. (JANNUZI, 2011).

Segundo Almeida (2008), a avaliação tem sido instrumento valioso de gestão para o conhecimento e a viabilização de programas e projetos, para o redirecionamento, quando se fizer necessário, de seus objetivos, até mesmo para a reformulação de rumos e propostas, fornecendo subsídios para tomadas de decisão. A avaliação das políticas não pode ser apenas um instrumento de aperfeiçoamento ou redirecionamento dos programas empreendidos pelo governo, mas, principalmente, uma ferramenta capaz de prestar contas à sociedade das ações governamentais.

A Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social de Araraquara, Jacqueline Barbosa, relatou que, meses após o seu lançamento em maio de 2019, o Programa já foi avaliado, e a partir desses novos dados, constataram que entraram mais 2 mil famílias no CadÚnico. Em 2020, o Programa atendeu cerca de 778 famílias, somando 1.870 pessoas. Segundo ela, das 14 mil famílias que estão no CadÚnico do Município, 7 mil são elegíveis para o Programa por conta da renda per capita exigida, que é R\$ 250 reais/mês; destas 7 mil famílias, 50% dos integrantes são crianças e adolescentes.

6.2 Análise dos dados da EBIA do Programa Municipal Bolsa Cidadania

Em relação aos dados da EBIA, ao todo foram aplicados 342 questionários que englobam os beneficiários das turmas 1 e 2. As 3 turmas posteriores, no entanto, não participaram da avaliação nutricional devido a situação de pandemia instalada em março de 2020 no município de Araraquara, portanto, não há dados que consigam avaliar os níveis de IA de seus beneficiários.

Outro ponto muito importante a se considerar é que o questionário foi aplicado apenas na entrada dos beneficiários ao Programa, e como o tempo de participação do Programa é definido pelo ciclo de 6 meses, prorrogáveis por mais 6, a reaplicação ficou inviabilizada pela situação pandêmica da COVID-19, portanto, não houve como identificar a diminuição ou aumento concreto da IA dos beneficiários durante o processo, apenas ocorreu a medição percentual dos dados da EBIA na entrada dos beneficiários ao programa referentes as turmas 1 e 2. Além disso, não foi possível ter acesso aos dados detalhados dos questionários das EBIA, pois segundo a Coordenadoria de SAN, as informações são de controle interno, pois o contingente de indivíduos que foram entrevistados não formalizou os termos de consentimento, que autorizariam o acesso aos dados, portanto, a análise se baseará no percentual dos níveis de IA ocorridas na entrada dos beneficiários das turmas 1 e 2.

Em relação à primeira turma, segundo a Gerente de SAN, a nutricionista Moema Santana, em outubro de 2019, foi aplicada cerca de 146 questionários, sendo que destes 140 responderam e 6 não responderam. Vale frisar que responder os questionários ou não pelos beneficiários não é condicionalidade para permanecer no programa, mas o objetivo é que, com a implantação gradual dos processos de sensibilização e educação permanente dos beneficiários se atinja 100% de aderência. A Tabela 5 e a Figura 47 apresenta os dados analisados dos níveis de IA desses beneficiários.

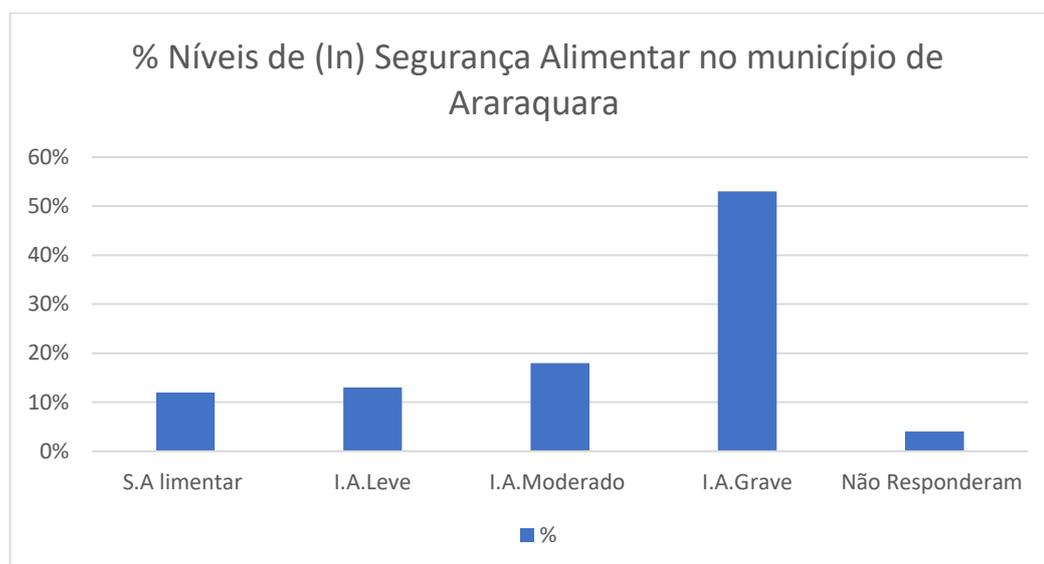
Tabela 5 - Porcentagem de respostas aos questionários do EBIA da Turma 1 em relação aos níveis de (In) Segurança Alimentar

Turma 1	
146 questionários aplicados	% de respostas
Classificação	
S A	12%
IAL	13 %

IAM	18 %
IAG	53 %
Não Responderam	4%

Fonte: Elaboração do autor (2021).

Figura 48 – Níveis de (In) Segurança Alimentar no município de Araraquara da Turma 1



Fonte: Elaboração do autor (2021).

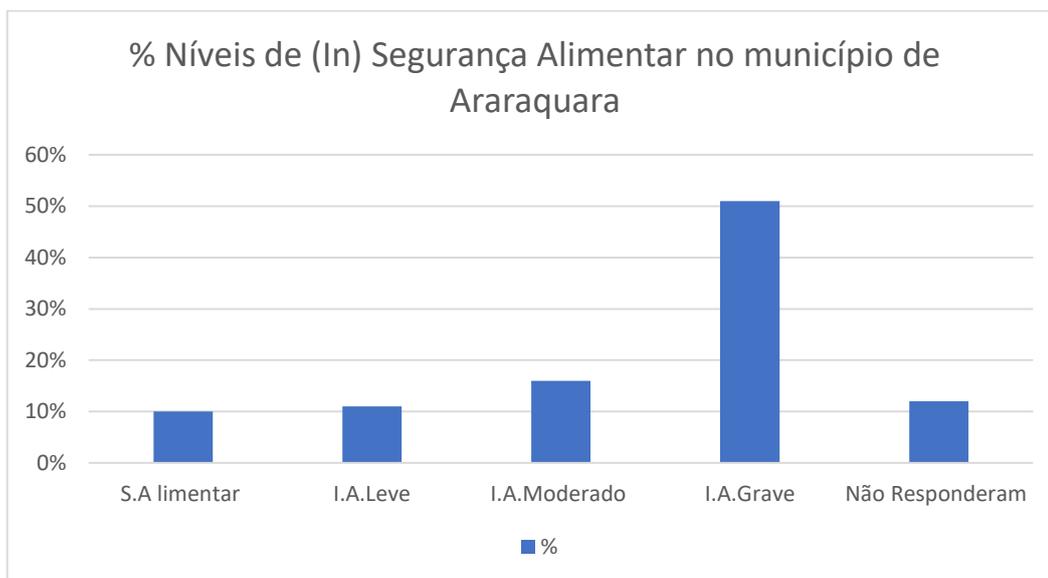
Em relação à segunda turma, foram aplicados cerca de 196 questionários em dezembro de 2019, sendo que destes 171 responderam e 25 não responderam. Em relação aos dados de IA analisados, são demonstrados pela Tabela 6 e a Figura 48.

Tabela 6 – Porcentagem de respostas aos questionários do EBIA da Turma 2 em relação aos níveis de (In) Segurança Alimentar

Turma 2	
196 questionários aplicados	% de respostas
Classificação	
S A	10%
IAL	11 %
IAM	16 %
IAG	51 %
Não Responderam	12%

Fonte: Elaboração do autor (2021).

Figura 49 – Níveis de (In) Segurança Alimentar no município de Araraquara da Turma 2



Fonte: Elaboração do autor (2021).

Em relação às 3 turmas que iniciaram o programa em 2020, não há dados de IA a serem analisados, mas a nutricionista Moema Santana esclarece que existe uma preocupação tanto da equipe da Coordenadoria de SAN, quanto da equipe da gerência de vigilância socioassistencial e CadÚnico em monitorar esses indivíduos através de contatos telefônicos, visitas técnicas realizadas através das equipes dos 10 CRAS e UBS presentes nos territórios de atuação.

Por fim, analisando os dados gerais relacionados à aplicação da EBIA entre os beneficiários do Programa Municipal Bolsa Cidadania, indicam que em média 92% das famílias atendidas pelo programa vivenciam algum tipo de IA, seja em grau leve, moderada ou grave, e 52% apresenta IAG.

No entanto, como o instrumento foi aplicado em uma população muito específica, triada a partir de indicadores de vulnerabilidade social, não é possível extrapolar estes dados para a cidade de Araraquara como um todo. O que se sabe atualmente é que Araraquara, assim como todo Brasil, vivencia uma crise sanitária pungente com diversos impactos econômicos e que este cenário agrava ainda mais IA na cidade, ampliando a experiência da fome.

6.3 O Financiamento do Programa Municipal Bolsa Cidadania

Com um aumento de quase 78% nos recursos destinados à SMADS, nos últimos três anos (2016 a 2019), passando de R\$ 14,3 milhões em 2016 para R\$ 25,5 milhões em 2019, foi possível a implantação de diversos serviços, além da criação e reestruturação de programas

municipais que atendessem, principalmente, a população de extrema vulnerabilidade, dentre eles destacamos o Programa Municipal Bolsa Cidadania.

Desde que assumiu a Prefeitura Municipal de Araraquara, o prefeito Edinho Silva (PT), tem fortalecido a política de assistência e inclusão social, se tornando prioridades nesta gestão (2016 – 2020), que entende ser direito do cidadão ter renda e alimentação. Uma vida digna é um direito constitucional, conforme defende Jacqueline Barbosa, Secretária municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (ARARAQUARA, 2020)⁶³.

Em relação ao financiamento inicial do Programa Municipal Bolsa Cidadania, os recursos seriam reordenados, segundo a Prefeitura Municipal de Araraquara, isto é, mudaria de uma finalidade orçamentária para outra dentro da SMADS e da Secretária Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico e do Fundo Municipal de Solidariedade, ou seja, ações como o Programa de Incentivo a Inclusão Social (PIIS), cartão assistência alimentar e capacitação profissional seriam unificados dentro do Programa Municipal Bolsa Cidadania.

Apesar de menos recursos, a Prefeitura Municipal de Araraquara garante que esses programas complementares não deixariam de existir. Em relação ao PIIS, por exemplo, disseram que não haveria redução no número de atendidos, e em relação ao cartão alimentação, apesar de existir dotação no valor de R\$ 600 mil estes transferidos ao Programa Municipal Bolsa Cidadania, a administração afirmou que ele não estava em execução, e portanto, não havia pessoas cadastradas.

Já os programas de capacitação da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Econômico, que atenderiam os inscritos no PIIS⁶⁴ e cerca de 200 pessoas por meio de outros programas de qualificação profissional, a Prefeitura Municipal de Araraquara afirmou que o Programa Municipal Bolsa Cidadania seria colocado na mesma dotação orçamentária do PIIS,

⁶³ Ver: <http://www.araraquara.sp.gov.br/noticias/2020/marco/11/canal-direto-especial-balanco-da-assistencia-e-desenvolvimento-social-com-jacqueline-barbosa>

⁶⁴ O PIIS, criado pela Lei no 8.998/2017, tem como objetivo propiciar a inclusão social, a qualificação profissional, a elevação da escolaridade e a renda para munícipes em situação de vulnerabilidade social, por meio da concessão de bolsa auxílio qualificação no valor mensal de um salário mínimo, pelo período de um ano, podendo ser prorrogado por mais um ano (ARARAQUARA, 2017a). A bolsa tem como condicionalidade a participação, com frequência igual ou superior a 75%, nos cursos de capacitação profissional e na educação básica. Os beneficiários do PIIS participam, no período da tarde, do Núcleo de Educação para Jovens e Adultos (NEJA) e, no período da manhã, de programa anual de qualificação profissional no Espaço Kaparaó, onde aprendem diversas atividades, tais como: fazer um currículo e participar de uma entrevista de emprego; informática básica; cultura de paz; marketing pessoal; e cursos profissionalizantes, como auxiliar administrativo, vendas, zeladoria, limpeza, jardinagem, pintura, estética e beleza, alimentação, entre outros. Os beneficiários também aprendem módulos específicos sobre empreendedorismo e economia solidária de modo que terminam o ciclo aptos a participar dos empreendimentos econômicos solidários (EES).

o que facilitaria na contratação e planejamento das atividades de qualificação profissional e deveriam contemplar os inscritos nos dois programas.

No mês de maio de 2019, foi aprovado também um crédito adicional especial no valor de R\$ 1,6 milhões para sua implantação e manutenção pelo período de quatro meses, além do reordenamento orçamentário a partir das diversas frentes que atuam no combate à fome com objetivo de potencializar as ações a partir do Programa.

Portanto, em 2019, foram investidos quase R\$ 3,8 milhões em segurança alimentar no município, deste R\$ 2 milhões de reais no Programa Municipal Bolsa Cidadania, com cerca de 500 beneficiários pelo Programa segundo relata a Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social de Araraquara, Jaqueline Barbosa.

Em 2020, conforme ilustrado na Figura 49, é apresentado o planejamento orçamentário segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício 2020, e verifica-se que o custo estimado para o Programa de Combate à Fome e Incentivo à Inclusão Produtiva se mantém em torno de R\$ 2 milhões, com meta física aumentando para 800 beneficiários, o que demonstra a importância que a gestão local tem na manutenção, continuidade e execução do programa.

Figura 50 – Planejamento Orçamentário – LDO

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA				
PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO				
ANEXO VI A - DEMONSTRATIVO DE PROGRAMAS E AÇÕES POR ÓRGÃO E UNIDADE - FÍSICO E FINANCEIRO				
EXERCÍCIO 2020				
Programa :	0116	PROGRAMA DE COMBATE À FOME		
Objetivo :	O programa tem por objetivo amenizar o impacto do aumento de exclusão social no município e visa garantir o direito à alimentação, associado à inclusão produtiva e acompanhamento da frequência escolar e saúde, destinando-se às pessoas ou famílias que se encontrem em situação de extrema vulnerabilidade social e/ou de extremo risco social.			
Justificativa :	O desemprego hoje atinge 13 (treze) milhões de brasileiros, e Araraquara não está isenta desta tragédia social. A rede de atenção básica da Secretaria Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social tem presenciado um aumento considerável dos indivíduos e das famílias em situação de vulnerabilidade e risco.			
Público Alvo :	Pessoas ou famílias em situação de extrema vulnerabilidade social e/ou de extremo risco social.			
Código Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Custo Estimado
2301	Programa Municipal de Combate à Fome e Incentivo à Inclusão Produtiva - Bolsa Cidadania	DTDE	800	2.000.000,00
		Total do Programa :	2.000.000,00	
		Total da Unidade :	16.909.700,41	

Fonte: Araraquara (2021).

6.4 O Programa Municipal Bolsa Cidadania no contexto da pandemia da COVID-19

A partir da constatação de crescentes demandas nas unidades da assistência social e estudos de dados que apontaram cerca de 12 mil famílias inseridas no CadÚnico do município de Araraquara, sendo que a metade se encontrava em situação de pobreza e extrema pobreza, em 2019, a atual gestão criou o Bolsa Cidadania, Programa Municipal de Transferência de Renda e Incentivo à Inclusão Produtiva.

Em 2020, no entanto, com a situação socioeconômica e o desemprego, bem como a limitação orçamentária da prefeitura de Araraquara agravada pelo contexto da pandemia, observou-se que a demanda por procura de alimentos evolui exponencialmente, e o fosso da pobreza vem sendo alargado a uma velocidade sem precedentes. Diante desta situação, o Bolsa Cidadania tem sido uma estratégia de atuação e resposta rápida muito importante, principalmente na vida das famílias, crianças e dos adolescentes atendidos pelo Programa na garantia de direitos. Entretanto, a grande parcela da população mais impactada pela pandemia da COVID-19, devido principalmente às medidas de isolamento social, são as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizada pela ausência de renda, devido à falta de oportunidades de emprego, do “bico”, que garantiam renda mínima para aquisição de comida e itens básicos as necessidades humanas, ficando dependentes sobretudo de políticas de proteção social para sua própria sobrevivência.

Nesse sentido, os impactos da COVID-19 sobre a SAN são heterogêneos, pois resultam de elementos relacionados aos fatores de risco até agora identificados para o pior prognóstico clínico da infecção pelo coronavírus, tais como obesidade e outras doenças crônicas, e as diferentes formas de má nutrição que se agravam no contexto de emergência sanitária.

Vale pontuar que neste atual governo municipal (2017-2020), a SMADS incorporou a Coordenadoria de SAN, que foi um grande avanço e assim, possibilitou atender a população mais vulnerável de maneira mais eficaz e efetiva neste momento de pandemia, porque a Assistência tem a demanda e conhecimento do público mais vulnerável e a SAN traz todas as possibilidades, a partir do que desenvolve enquanto política pública.

Os danos que a COVID-19 representa na vida da população em geral, tem alvo certo, são desde pessoas com menor renda, em condições de habitabilidade e salubridade precários; pessoas idosas, mas não exclusivamente, além de pessoas com comorbidades e especialmente aquelas que demandam serviços sociais públicos; pessoas em situação de rua; comunidades indígenas e quilombolas; pessoas que residem em aglomerados urbanos desiguais e precarizados quanto às condições de vida.

A pandemia segue precarizando aqueles que tem que escolher entre o desemprego ou o risco de vítima da COVID-19. O direito ao isolamento social torna-se um “privilégio”, seja pela insuficiência de cobertura do auxílio emergencial, seja pelas insuficientes medidas de estatização da folha de salário.

No Brasil, existem mais de 38 milhões de trabalhadores/as desprotegidos/as com vínculos informais. Adiciona-se a estes números mais de 12 milhões de pessoas desocupadas e mais de 27 milhões de subutilizadas. Estes dados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC (IBGE, 2019), de referência do ano 2018, ainda não dimensiona o efeito da pandemia, o nível de desproteções sociais no país deste momento histórico, considerando inclusive as desigualdades regionais, ainda não consegue ser estimado de maneira regular, entretanto seguem e recrudescem, e muito, os sinais já atestados do severo aumento da pobreza, que é anterior à pandemia.

Essa situação de agravamento da desigualdade tem sido aprofundada pelos cenários de ajuste fiscal, de pouco crescimento econômico e de desemprego aliado a uma política de redução de direitos sociais e trabalhistas. A pobreza atingiu 26,5% da população brasileira em 2017, ou 54,8 milhões de pessoas, 2 milhões a mais do que 2016, segundo o IBGE (2019). E segue piorando. O total de pessoas na extrema pobreza chegou a 15,2 milhões (6,6%), ante 13,5 milhões em 2016. Assim, o impacto da pandemia é acrescido à crise social e econômica que já estava em curso. Todos os diagnósticos levam à verificação da reprodução e multiplicação da pobreza e extrema pobreza⁶⁵.

As graves adversidades impostas pela crise econômica, social, e agora sanitária, que se instala e se alarga no país em 2020 urge pelo retorno do aprimoramento dos instrumentos de gestão, pela garantia da oferta de serviços articulada aos benefícios socioassistenciais no âmbito do SUAS, do SUS e principalmente do SISAN. Como já afirmado, a pandemia da COVID-19 ameaça, sobretudo, os 13 milhões de trabalhadores desempregados, os 40 milhões em trabalho autônomo, informal e precarizado e as 16 milhões de famílias ou 48 milhões de pessoas do CadÚnico (BRASIL, 2020)⁶⁶.

De acordo com PNADC, base 2019, os elegíveis ao Auxílio Emergencial somavam cerca de 60 milhões de indivíduos, muitos dos quais já identificados no PBF ou no CadÚnico.

⁶⁵ Ver: Frente Nacional em Defesa do SUAS e da Seguridade Social - Informe 4 - A Vigilância Socioassistencial em tempos de calamidade emergência: Estratégias para Proteção Social, junho/2020.

⁶⁶ Fonte CECAD 2.0. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/painel03.php>. Acesso em: 05 jun. 2020.

Dos 60 milhões, no entanto, 7,4 milhões vivem em domicílios que não têm acesso à internet⁶⁷. Além disso, é preciso considerar que cerca de 34% da população abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2019) não têm nenhum tipo de acesso à internet (fixa ou móvel). Por todos os ângulos que se analise, nos encontramos diante de uma cadeia de impasses que precisam ser observados do ponto de vista da gestão visando uma real direção de resolatividade, sobretudo nas cidades. Por exemplo, quanto à identificação do contingente que recente estudo do IPEA denominou de “invisíveis”, referindo-se aos 10,9 milhões de trabalhadores elegíveis ao auxílio emergencial de que estão fora do CadÚnico e que representa 18,3% do público potencial desta medida⁶⁸.

Em tempos de pandemia da COVID-19 e isolamento social, verifica-se que os programas de transferência de renda estão se tornando fundamentais e estratégicos para a sobrevivência da população mais vulnerável e em situação de risco e vulnerabilidade social, no que tange o combate ao aprofundamento do nível de IA e de renda deflagrado por essa pandemia de âmbito internacional com efeitos nacionais, estaduais e principalmente locais.

A renda familiar, conforme afirma Jaime (2020), está associada diretamente à SAN. É sólida a evidência de que políticas sociais e econômicas voltadas ao aumento da renda das famílias brasileiras resultaram em redução da fome e da desnutrição infantil (MONTEIRO, *et al.*, 2009). Segundo o IBGE (2019), em 2018, 25,3% da população brasileira vivia em situação de pobreza ou extrema pobreza. São famílias cuja experiência da insegurança alimentar não será uma novidade. Contudo, suas vulnerabilidades são ampliadas com a COVID-19.

A necessária medida de isolamento social, quando somada à instabilidade no trabalho e renda das famílias pode ocasionar redução no acesso a alimentos e, conseqüentemente, piora na qualidade da alimentação e até mesmo fome. Por isso, medidas voltadas à garantia de renda emergencial estão entre as primeiras defendidas para a proteção social e a promoção da SAN.

A resposta do poder público não ocorre com a urgência que o momento exige. Paralelamente, observam-se iniciativas de provimento emergencial de alimentos e refeições nas comunidades pobres e periféricas de centros urbanos, fruto da solidariedade entre os iguais. Vale o destaque para o papel indutor que a sociedade civil e as organizações de controle social têm exercido nas políticas de SAN no Brasil. Uma voz que, novamente, se apresenta de forma propositiva na defesa do fortalecimento de programas estratégicos, como o PNAE, PAA e de

⁶⁷ Ver: Boletim 3 da Rede de Pesquisa Solidária. Disponível em: <http://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/noticia/mais-de-7-milhoes-depessoas-elegiveis-para-receber-renda-basica-emergencial-nao-tem-acesso>. Acesso em: mai. 2020.

⁶⁸ Estimativas de público elegível e custos do benefício emergencial criado pelo pl 9.236/2017, IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200403_nota_tecnica_disoc_60.pdf. Acesso em: 06 abr. 2020.

Equipamentos Públicos como bancos de alimentos e restaurantes populares, com vista à garantia do DHAA em tempos de COVID-19 (JAIME, 2020).

Ainda segundo Jaime (2020), quanto aos consumidores em geral, a pandemia agregou um novo contingente populacional que, agora, experimenta a sensação de IA, seja por receio de falta de alimentos ou pela preocupação com a segurança sanitária dos mesmos. São importantes as ações que garantam o abastecimento, ponto central do sistema alimentar, e de educação em saúde voltada às boas práticas de higiene, tanto no âmbito doméstico como no varejo de alimentos.

No Brasil, no ano de 2020, foram 7.366.677 casos confirmados e mais de 189 mil óbitos, especificamente no Estado de São Paulo (SEADE)⁶⁹. Foram cerca de 1.462.297 casos confirmados e cerca de 46.717 óbitos, e vemos que a COVID-19 se alastra exponencialmente por todos os Estados. Em 2021, o vírus já atingiu os grandes centros urbanos, principalmente os mais adensados como favelas e cortiços, ou seja, a população pobre ou em extrema pobreza, que não tem acesso a uma estrutura habitacional e de saneamento adequados. A COVID-19 no interior de São Paulo, no caso do Município de Araraquara, vem se alastrando por conta das rodovias, principalmente através da Rodovia Washington Luiz.

Araraquara registrou em 2020⁷⁰ cerca de 8.324 casos confirmados com 92 óbitos pela COVID-19. No que se refere às famílias participantes do Programa Municipal Bolsa Cidadania, sentiram diretamente o aprofundamento das questões relacionadas a queda da renda familiar e consequentemente do aumento do nível de SA⁷¹. Muitas famílias tiveram que ser amparadas com a entrega direta de benefícios eventuais, com cestas básicas e apoio e orientações no cadastramento e recebimento do auxílio emergencial oferecido pelo GF, complementar ao auxílio dado pelo Programa municipal as famílias para a compra de alimentos.

Vale destacar também que a cidade de Araraquara se sobressaiu no cenário nacional e Estadual em 2020 por suas ações de combate ao coronavírus, principalmente no que tange ao conjunto de ações que levou a cidade a ter o menor índice de letalidade do estado de São Paulo e um dos menores do Brasil, entre as quais estão: criação precoce do Comitê de Contingência do Coronavírus; estruturação do centro de referência do coronavírus; construção do hospital de campanha; política ampla de testagem e diagnóstico, com apoio dos laboratórios da UNESP e

⁶⁹ Ver: <https://www.seade.gov.br/coronavirus/>.

⁷⁰ Ver: <http://www.araraquara.sp.gov.br/noticias/2020/dezembro-3/31/boletim-diario-do-comite-de-contingencia-do-coronavirus-no-291-de-31-de-dezembro-de-2020>.

⁷¹ Os dados sobre os bairros com casos confirmados e o perfil dos positivados podem ser consultados em link disponibilizado pela Prefeitura, em parceria com o grupo Urbie, Grupo de Inovação e Extensão em Engenharia Urbana da Ufscar. Ver: <https://arcg.is/neO5H>).

da UNIARA; equipes de bloqueio e monitoramento de infectados; a criação de uma rede de solidariedade, entre outras.

Em relação ao auxílio emergencial, conforme publicado pelo GF, a Lei nº 13.982/2020 dispõe sobre os parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

O auxílio emergencial tem como objetivo transferir um benefício de R\$ 600 a R\$ 1.200,00 reais para trabalhadores informais, microempreendedores individuais e contribuintes individuais que se enquadrem nos critérios estabelecidos por essa lei, basicamente, terão direito ao valor os trabalhadores informais, com mais de 18 anos, cuja família tenha renda mensal per capita (por pessoa) de até meio salário mínimo (R\$ 522,50) ou renda familiar mensal total de até três salários mínimos (R\$ 3.135). A pessoa também não pode ter tido rendimentos tributáveis, em 2018, acima de R\$ 28.559,70. O benefício de R\$ 600 poderá ser recebido por até dois integrantes da mesma família. É destinado a cidadãos maiores de idade sem emprego formal, mas que estão na condição de trabalhadores informais, seja empregado, autônomo ou desempregado de qualquer natureza, inclusive o intermitente inativo, inscrito no CadÚnico até 20/03/2020. Trata-se, portanto, de uma transferência de renda direta com duração de 3 meses, podendo ser prorrogado por ato do Poder Executivo durante o período de enfrentamento da emergência pública em questão.

Segundo o relato da gerente da Vigilância Socioassistencial e CadÚnico e responsável pelo Programa Territórios em Rede, a psicóloga Celina Garrido, em 2020, a pandemia comprometeu os contatos mais diretos com a rede, mas também houve um aumento no uso da tecnologia para a comunicação dos profissionais dos territórios do programa, agilizando a resolução dos atendimentos e encaminhamentos para a população atendida. Os 6 territórios se organizaram em grupos por meio de ferramentas de redes sociais para agilizar a comunicação, realizando periodicamente estudos de casos territoriais e reuniões presenciais, atualmente suspensas por conta da pandemia.

Em relação ao Programa Municipal Bolsa Cidadania, frente a essa situação de pandemia, todas as reuniões e participação em atividades nos 10 CRAS, que são condicionalidades do programa foram suspensas devido a situação de calamidade pública decretado no município, que, segundo relata a técnica do programa Letícia Franceschini, inviabilizou uma análise mais aprofundada das dificuldades encontradas no acompanhamento das condicionalidades e as principais dificuldades para os beneficiários as cumprirem, tendo

em vista que a primeira turma do programa foi lançada em setembro de 2019 e em março de 2020 todas condicionalidades foram suspensas, não tendo tempo hábil para uma avaliação efetiva para tais questões. Atualmente, segundo informa a gerente da Vigilância Socioassistencial e CadÚnico Celina Garrido, como acompanhamento em saúde e educação, está sendo realizado o levantamento daqueles que tem perfil inseridos no programa Bolsa Cidadania e podem ser encaminhados para a vacinação contra o COVID-19, conforme cronograma do Plano Nacional de Imunização.⁷²

O novo papel do programa foi também de potencializar a rede de solidariedade criada em Araraquara que teve a função de arrecadar insumos como itens de limpeza, higiene pessoal, alimentos, leite, suco de laranja e kits de hortifrutigranjeiros e destinar as famílias que passam pela questão da ausência de renda e insegurança alimentar, muitas são acompanhadas pelos programas sociais municipais incluindo o PMAIS, PIIS, Apoiadores da Dengue e do Coronavírus, Jovem Cidadão e por fim o Programa Municipal Bolsa Cidadania, conforme mostra as Figuras 50 e 51.

Figura 51 - Programa Municipal de Agricultura de Interesse Social (PMAIS)⁷³



Fonte: Araraquara (2019).

⁷² Ver: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/janeiro/29/planovacinaocovid_v2_29jan21_nucom.pdf

⁷³ Tem como objetivo combater o desperdício de alimentos e fornecer regularmente alimentos para as entidades socioassistenciais e famílias em situação de vulnerabilidade, principalmente os beneficiários do Programa Municipal Bolsa Cidadania.

Figura 52 - Programa Municipal de Incentivo à Inclusão Social (PIIS)



Fonte: Araraquara (2019).

Segundo relato da Secretária de Assistência Social, Jaqueline Barbosa, em 2020, devido a situação de pandemia, a rede solidária conseguiu atender com insumos de limpeza e alimentos cerca de 15 mil famílias em vulnerabilidade e risco social identificadas pelos programas sociais municipais, através dos 10 CRAS e da rede socioassistencial, bem como foi implantando um central de atendimento online à população através do site da prefeitura municipal de Araraquara e de um 0800, 24 horas em funcionamento e também uma central de recolhimento de insumos e alimentos que eram separados diariamente e encaminhados aos pontos de recebimento presentes nos territórios, de acordo com a demanda e análise social e o grau de vulnerabilidade latente das famílias atendidas.

Diante do cenário de agravamento da pobreza e do desemprego pela pandemia, outra alternativa foi a economia solidária que, conforme afirma a Coordenadora de Trabalho e Economia Solidária e Criativa de Araraquara, Camila Capacle, se apresentou como uma estratégia de desenvolvimento territorial local sustentável, que visou desenvolver os territórios e fortalecer as comunidades, bem como criar uma rede colaborativa de valorização da cultura e os saberes locais, possibilitando práticas coletivas e sistêmicas que gerassem trabalho, renda e melhorias na vida dos cidadãos. A coordenadora destaca importantes programas, ações e projetos que ocorreram durante a pandemia, desde a criação de 4 novas cooperativas: Painéis Unidas (alimentação), Vitória Multi Serviços, CoperMorada (construção civil) e Sol Nascente (egressos do sistema prisional), além da confecção de 15 mil máscaras pela associação de artesãs de Araraquara para doação aos 10 CRAS.

Em relação ao Programa Municipal Bolsa Cidadania, Capacle afirma que o programa é o cerne da renda cidadã municipal, algo que deveria acontecer no âmbito nacional e que é de difícil implementação devido aos recursos municipais serem limitados, mas que a atuação em rede dos programas ligados ao combate à fome e a pobreza formam um colchão social que faz

com que esses programas sejam complementares e possam dar conta de atender de maneira bem responsável a população de Araraquara que mais necessita de amparo, e as que necessitarão futuramente devido os impactos sociais e econômicos gerados no pós pandemia.

Com a pandemia em 2020, vale destacar também, que a reaplicação da EBIA aos indivíduos que ingressaram na primeira e segunda turma em 2019 ficou comprometida, conforme previsto durante o processo de acompanhamento da IA dos 6 primeiros meses, como estabelece o programa. A equipe do Programa tinha em mãos apenas os questionários respondidos na entrada da primeira e segunda turma ao programa, perfazendo um total de 342 beneficiários, e nenhum questionário das três turmas posteriores. Como tentativa de preenchimento do questionário remotamente, segundo relata a nutricionista Moema Santana, a aderência foi muito baixa se tornando inviável devido as condições e dificuldades que muitos indivíduos possuíam em acessar plataformas digitais, no entanto, o acompanhamento desses indivíduos não foi interrompido, se deu através de contatos realizados pelos 10 CRAS no território de atuação para a verificação da situação de vulnerabilidade social agravado pela pandemia ou por outras situações de risco social, sendo monitorados sistematicamente pelas equipes do PAIF e PAEFI.

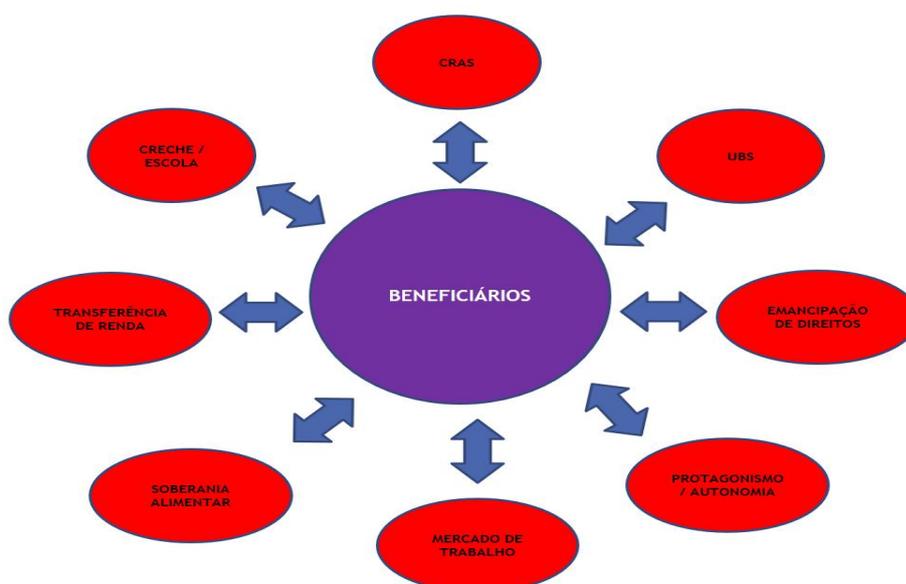
Em 2021, através de indicação parlamentar *nº 799/2021* da Câmara Municipal ao executivo, houve uma solicitação encaminhada de ampliação do programa de transferência de renda Bolsa Cidadania, da Prefeitura Municipal de Araraquara, justificado pela necessidade de ampliação e a inclusão de novos cadastrados urgentes neste momento de pandemia, pois devido o fim do auxílio emergencial e a redução de beneficiários atendidos pelo PBF, observou-se um significativo aumento da pobreza e do número de pessoas em vulnerabilidade social no município de Araraquara, o que potencializou o Programa Municipal Bolsa Cidadania a se tornar uma ação estratégica paliativa, complementar e de resistência aos desmontes que vêm ocorrendo nas políticas públicas sociais em nível nacional, além de garantir o direito básico e universal previsto pela CF de 1988, qual seja, a garantia da dignidade humana.

Com isso, é possível notar a importância e a dimensão de alcance que os programas de transferência de renda estão possuindo nos dias atuais, e nesse sentido, destaca-se o Programa Municipal Bolsa Cidadania em Araraquara, que acabam se tornando estratégias e ferramentas de enfrentamento às desigualdades sociais, no que tange à pobreza (ausência de renda), a fome (IA), e também como política pública local garantidora dos direitos sociais, de proteção social e o pleno exercício da cidadania da população mais vulnerável.

Por fim, resumindo os resultados da pesquisa até o momento, verifica-se que por conta da pandemia, o trabalho ficou prejudicado, desde o acesso as informações do programa,

agendamentos de entrevistas com alguns gestores locais, principalmente com os da saúde e educação e com os beneficiários, não sendo possível realizá-las devido aos protocolos sanitários adotados pelo município e equipamentos públicos de atendimentos as famílias. Em relação aos resultados principais do programa, constatou-se que as metas e os objetivos colocados pelo Programa Municipal Bolsa Cidadania, conforme ilustrado na Figura 52, em certa medida estão sendo atingidos, mesmo que para uma pequena parcela da população ou seja, há o maior acesso da população beneficiada pelo programa aos direitos fundamentais preconizados pela CF de 1988 no que tange à proteção social das famílias e seus membros através das políticas públicas de assistência social, com o acesso e garantia das seguranças afiançadas de renda, acolhida e convivência social aos beneficiários, e em relação aos programas, projetos, serviços e benefícios eventuais ofertados nos 10 CRAS e equipamentos sociais públicos e privados existentes no município de Araraquara, como também, o maior acesso as políticas públicas de saúde através das UBS e equipamentos de saúde similares conforme sua complexidade e das políticas públicas de educação com o acesso garantido dos beneficiários as creches e escolas presentes em seus territórios.

Figura 53 – Estrutura das metas e objetivos do Programa Municipal Bolsa Cidadania em relação aos beneficiários



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Em relação às políticas públicas de geração de trabalho e renda, verifica-se a contribuição do programa para o desenvolvimento local sustentável com a transferência de renda através do cartão alimentação, e com a preparação e inserção dos beneficiários no mercado de trabalho, com incentivos as feiras livres nos territórios, moeda social, feira de troca, cozinhas e hortas comunitárias.

Em relação às políticas públicas de SAN, constatou-se que tanto o Programa Municipal Bolsa Cidadania, quanto a rede de programas de SAN existentes no município, potencializaram a soberania alimentar, garantindo os direitos de seus beneficiários em definir o seu próprio sistema alimentar e produtivo, permitindo assim o desenvolvimento do protagonismo, a autonomia e principalmente a emancipação de direitos sociais, econômicos, políticos e ambientais, conforme preconiza as metas estabelecida pela ODS na Agenda 2030, e como destaca Jaime (2020), “globalmente, ganha força o debate sobre a necessidade de um sistema alimentar que promova saúde e justiça social, e que garanta maior resiliência ecológica ao planeta e que esteja alinhado aos objetivos do desenvolvimento sustentável, uma agenda necessária que não deve ser esquecida no pós-pandemia”.

É fato, que o Programa Municipal Bolsa Cidadania, enquanto uma política de governo local de SAN, não foi capaz de resolver todos os problemas de SAN e de exclusão social do município de Araraquara, mas é elemento integrante de uma agenda política construída ao longa da história do município em relação a SAN e ao combate à extrema pobreza. O principal desafio a ser superado pelo Programa é sim, torná-lo uma política pública efetiva, capaz de promover de fato o protagonismo, a autonomia e a emancipação de direitos dos seus beneficiários. A pandemia, nessa perspectiva, se tornou um entrave crucial na concretização dos objetivos e metas do programa, entretanto, por outra perspectiva, efetivamente oportunizou novos arranjos sociais territoriais protagonizados principalmente por mulheres, através da criação de cooperativas de trabalho, além de representar um esforço do poder público em avançar na educação alimentar e nutricional, visando o consumo sustentável e a soberania alimentar de uma parcela da população do município de Araraquara em situação de vulnerabilidade e risco social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido demonstra a importância da discussão da análise das políticas públicas sociais, através da ferramenta *policy cycle*, direcionadas para a SAN, em especial o Programa Municipal Bolsa Cidadania no município de Araraquara-SP, enquanto uma política de governo e parte integrante da trajetória histórica de construção da agenda política local de SAN e o impacto de sua implantação na vida de seus beneficiários, ainda mais no período de pandemia da COVID-19.

O Programa Municipal Bolsa Cidadania, surge na trajetória de agenda política de SAN com o desafio de atender todas as famílias no enfrentamento à miséria e das situações de extrema pobreza, no entanto, temos que considerar que o programa, mesmo sendo inovador e original, não dá conta em resolver todos os problemas de combate à exclusão social e de SAN no município de Araraquara.

O Programa, representa um esforço do poder público em aumentar o consumo sustentável, mesmo que pequena, de uma parcela da população mais vulnerável e ressignificar a autonomia e emancipação de direitos as famílias em extrema pobreza, principalmente das mulheres, que representam cerca de 90,5 % dos beneficiários, demonstrando o protagonismo social e a responsabilidade econômica que possuem em suas famílias.

A miséria ainda está latente e presente em grande parcela da população perfil do programa, no entanto, para as 778 pessoas beneficiários ainda há esperança e oportunidade de se tornarem as sementes que gerarão os frutos para o combate à exclusão social, seja através da participação nas políticas de SAN, nas políticas da assistência social, bem como nas políticas de geração de trabalho e renda via economia solidária através do fortalecimento das cooperativas geridas principalmente por mulheres.

Nessa perspectiva, é necessário e evidenciado o desafio do programa se tornar uma política pública de SAN contínua e efetiva e não apenas uma política de governo, assim como foi feito e consolidado através de força de lei, o PBF, em nível federal. Nesse sentido, enquanto um dos principais entraves, destacamos a fragilidade e insegurança do Programa Municipal Bolsa Cidadania ser encerrado caso a gestão atual não estiver mais à frente do poder executivo e outras gestões que se sucederem não terem os mesmos objetivos e prioridades em dar continuidade ao programa, ou seja, não fazer mais parte da “agenda política de SAN” do município, ficando os beneficiários à mercê das decisões e acordos políticos, para poderem em algum momento romperem com esse ciclo de vida e almejarem a saída da situação de IA e ausência de renda.

Vale pontuar também, que esse entrave está muito relacionado com a situação atual que o Brasil vem passando com o desmonte das políticas sociais, dentre elas as relacionadas à SAN. Durante os 2002 a 2016, a PNSAN evoluiu se tornando referência para em todo mundo através da FAO/ONU, estando na agenda política do governo federal como protagonista de programas de combate à fome, no entanto, com as mudanças políticas dos últimos anos, observa-se que essa agenda está cada vez mais enfraquecida não sendo prioridade por parte dos governantes, ficando a população brasileira sob o risco concreto de aumento e dificuldade de acesso a uma alimentação saudável e regular, ainda mais agravada pela pandemia que assolou o país, em 2020.

Em relação as efetividades do Programa Municipal Bolsa Cidadania, em certa medida não conseguiram se concretizar amplamente, devido aos próprios limites do programa, seja relacionados ao nível gerencial, operacional-financeiro, mais muito por conta da pandemia, as reuniões do comitê interno e externo foram reduzidas e poucos setores participavam das deliberações do programa, todas as reuniões e oficinas foram suspensas, bem como o acompanhamento familiar presencial ficaram reduzidos e comprometidos por falta no quadro de recursos humanos ou afastamento devido ao COVID-19 nos CRAS e CREAS, a EBIA não foi reaplicada nas primeiras turmas e nas posteriores, portanto, não há como dimensionar a IA dos beneficiários, além da falta de concretização das ações de parcerias com as empresas locais para a contratação dos beneficiários do programa proporcionando incentivos fiscais. Enfim, o Programa Municipal Bolsa Cidadania, teve que se adequar a situação pandêmica e se reinventar, mas vale destacar, que em nenhum momento deixou de atender aos seus objetivos e se tornou mais uma alternativa importante conjuntamente com os diversos programas de SAN de enfrentamento a situação de extrema pobreza para muitas famílias no município de Araraquara-S.P.

Em relação aos avanços quanto a construção histórica das políticas de SAN em Araraquara, pode-se destacar a integração da coordenadoria de SAN junto à SMADS, e a partir disso, a execução do PMAIS, com a distribuição mensal de 500 cestas de hortifrúti nos CRAS e CREAS; além da logística de armazenamento e entrega das cestas básicas; a adesão ao SISAN, a adesão à Rede Brasileira de Banco de Alimentos, a adesão ao Pacto de Milão , a implantação do Programa Hortas Urbanas Comunitárias “Colhendo Dignidade, a consolidação do NEAN, como núcleo estratégico de formação e educação permanente de gestores, técnicos e usuários para as questões nutricionais e de alimentação saudável, bem como o fortalecimento das Conferências Municipais de SAN, como espaço de construção, discussão e avaliação da política municipal de SAN.

Diante do que foi exposto no trabalho, sugerimos algumas propostas que possam contribuir para a garantia de maior independência, inclusão na sociedade e retirada destas famílias da situação de vulnerabilidade social e INSAN pelo Programa Municipal Bolsa Cidadania:

- Focalização das famílias que necessitam atualizar ou estão fora do CadÚnico para inserção nos programas sociais no âmbito municipal, estadual e federal;
- Diagnóstico contínuo e acompanhamentos das famílias pela assistência social inseridas no CadÚnico;
- Ações específicas que possam contribuir na qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho seja através de cooperativas e empresas;
- Implementação de programas direcionados à educação alimentar e à saúde das famílias inseridas no CadÚnico;
- Plano de ação de atividades conjuntas entre as secretarias da educação, saúde, assistência social, habitação e agricultura;
- Busca ativa das famílias vulneráveis e monitoramento das famílias já beneficiadas através de diagnóstico pelas assistentes sociais. Os produtos propostos nesse estudo serão caminhos importantes de avaliação continuada e de transferência de conhecimento ao poder público dessa política social tão relevante, especificamente para as famílias acompanhadas;
- Sensibilização e conscientização das próprias famílias sobre os principais objetivos do programa e a importância de participarem do EBIA como ferramenta estratégica para planejamento e execução do programa e outras políticas de SAN;
- Ampliação do prazo de vigência do beneficiário caso não consigam superar as questões relacionadas a fome, bem como comprovar o acesso as políticas de saúde, educação e de participação nas oficinas e reuniões nos CRAS, condicionalidades para permanecerem no programa;

Por fim, enquanto uma política de governo local de SAN, é possível afirmar a importância e relevância do Programa Municipal Bolsa Cidadania na trajetória de construção da agenda política de SAN do município de Araraquara-SP, e analisando as nuances apresentadas durante o estudo referente à sua implantação, mesmo que com seus limites e desafios, evidenciou-se a importância do Programa à efetiva mudança, mesmo que em uma parcela pequena da população, o alívio imediato da pobreza de seus beneficiários, desde a escolha dos alimentos saudáveis e a organização do planejamento familiar, bem como o beneficiamento e

o estímulo a economia local. Portanto, o maior mérito do programa está no esforço do município em proporcionar a uma parcela da população em extrema pobreza, o fortalecimento da autonomia na escolha alimentar e alternativas de qualificação profissional como ampliadores das perspectivas de vida de seus beneficiários.

Ansiamos que este estudo possa contribuir como referência para a construção de agendas políticas de SAN, na formulação e implementação de ações públicas em relação aos problemas públicos identificados a população mais vulnerável e em risco social, principalmente nesse momento atual de reconstrução de agendas políticas devido a pandemia do COVID-19, este sendo o maior dos entraves para o pleno êxito do programa em Araraquara-SP, que impôs também a todos os municípios do Estado de São Paulo, Brasil e o mundo, incorporar novas agendas e estratégias e política públicas de combate à fome mais eficientes, eficazes e efetivas para lidar com a questão da insegurança alimentar e a ausência de renda em seu grau mais desafiador, a uma velocidade jamais vista e vivenciada.

REFERÊNCIAS

- A CIDADE ON. **Hortas em Araraquara**. Disponível em: https://www.acidadeon.com/araraquara/cotidiano/cidades/NOT_0,0,1536364,Moradores+realizam+primeira+colheita+na+horta+comunitaria.aspx. Acesso em: jan. 2021.
- ABRAMOVAY, R. Integrar Sociedade e Natureza na Luta Contra a Fome no Século XXI. **Caderno Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.24. n.11, p. 2704-2709, 2008.
- ABRAMOVAY, R. **Para uma teoria dos estudos territoriais**. In. ORTEGA; NIEMEYER. Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária. Campinas: Editora Alínea, 2007.
- ALMEIDA, L. M. M. C. **Estrutura de Governança e Gestão das Redes e Programas de Segurança Alimentar: Análise Comparativa entre Municípios Paulistas**. Campinas: UNICAMP/ Faculdade de Engenharia Agrícola, 2008. 220 p. Relatório Técnico - Científico de Bolsa de Pós-Doutorado no país.
- ALMEIDA, L. M. M. C. **Efetividades e coesão social de políticas públicas e redes locais/territorial de segurança alimentar**. Chamada MCTI-CNPQ/ MDS-SAGI Nº 24/2013, Ministério de Desenvolvimento Social)
- ALMEIDA, L. M. M. C. *et al.* Políticas públicas, redes de segurança alimentar e agricultura familiar: elementos para construção de indicadores de eficácia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 205-235. 2006.
- ALMEIDA, L. M. M. C. *et al.* Segurança Alimentar e Agricultura Familiar: um balanço de uma experiência municipal recente. **Retratos de Assentamentos**, n.11, 157-194, 2008.
- ALMEIDA, L. M. M. C., *et al.* Redes e Programas de Segurança Alimentar no Município de Araraquara SP como instrumento de Desenvolvimento Rural. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 422-458, out/2009.
- ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. B.; PAULILLO, L. F. Rede de Segurança Alimentar de forte coesão social a partir do programa de aquisição de alimentos (PAA) no município de Araraquara-SP. **Organizações Rurais e Agroindustriais (UFLA)**, v. 12, p. 370-385, 2010.
- ALVES FILHO, M. **Avaliação da Eficácia dos Programas de Segurança Alimentar e do Nível de Coesão Social das Redes Formadas: Análise Comparativa entre Municípios Brasileiros de Araraquara-SP e Goiânia-GO**. Projeto CNPQ, Edital Universal, 2009.
- ALVES FILHO, M. **Lançado portal para diagnosticar a real dimensão da fome no Brasil**. Jornal da Unicamp, 20 fev./5 mar. 2006. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/fevereiro2006/ju313pag04.html. Acesso em: 17 jan. 2020.
- ANDRADE, J.C. *et al.* Aplicação de análise *Swot* para identificar oportunidades para o desenvolvimento econômico e social. In: **XIII Encontro Latino Americano de Iniciação**

Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, out/2009.

ARARAQUARA. Câmara Municipal. **Notícias**. Disponível em: <https://www.camara-arq.sp.gov.br/noticias/indicacao-solicita-ampliacao-de-bolsa-cidadania>. Acesso em: fev. 2021.

ARARAQUARA. Decreto Municipal Nº 11.520, de 11 de outubro de 2017. **Convoca a I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e de Desenvolvimento Rural Sustentável de (SISAN)**. Araraquara: Câmara Municipal, 2019.

ARARAQUARA. Lei Municipal Nº 9.031, de 20 de julho de 2017. **Altera a Lei Municipal Nº 8.973, que dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**. Araraquara: Câmara Municipal, 2019.

ARARAQUARA. Lei Municipal nº 9.147, de 06 de dezembro de 2017. **Estabelece os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)**. Araraquara: Câmara Municipal, 2019.

ARARAQUARA. Lei Municipal nº 9.160, de 17 de janeiro de 2018. **Institui o Plano Municipal de Políticas Públicas para a Segurança Alimentar e Nutricional e para o Desenvolvimento Rural Sustentável e dá outras providências**. Araraquara: Câmara Municipal, 2019.

ARARAQUARA. Lei Municipal nº 9.585, de 23 de maio de 2019, Autógrafo nº 154 – Projeto de Lei nº 141/19. **Iniciativa da Prefeitura Municipal de Araraquara, que instituiu o Programa Municipal de Combate à Fome e Incentivo à Inclusão Produtiva – Bolsa Cidadania**.

ARARAQUARA. Prefeitura Municipal. **Balanco da Assistência Social**. Disponível em: <http://www.araraquara.sp.gov.br/noticias/2020/marco/11/canal-direto-especial-balanco-da-assistencia-e-desenvolvimento-social-com-jacqueline-barbosa> Acesso em: dez. 2020.

ARARAQUARA. Prefeitura Municipal. **Histórico de Araraquara**. 2010. Disponível em: <http://www.araraquara.sp.gov.br/nossamorada/conteudo-nossamorada/historico-de-araraquara>. Acesso em: 4 fev. 2019.

ARARAQUARA. Prefeitura Municipal. **Inscrição PAA**. 2017. Disponível em: <http://www.araraquara.sp.gov.br/noticias/2020/janeiro/07/prefeitura-convoca-agricultores-para-inscricao-ao-paa>. Acesso em: 24 de nov. 2019.

ARARAQUARA. Prefeitura Municipal. **Palestras Bolsa Cidadania**. Disponível em: <http://www.araraquara.sp.gov.br/noticias/2019/dezembro/2-1/palestras-orientam-beneficiarios-do-bolsa-cidadania>. Acesso em: jan. 2021.

ARARAQUARA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Políticas de SAN**. Coordenadoria Executiva Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, 2019.

ARARAQUARA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Programa Territórios em Rede**. Disponível em:

<http://araraquara.sp.gov.br/territorios-em-rede/programa-territorio-em-rede>. Acesso em: 24 de nov. 2019.

ARARAQUARA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Bolsa Cidadania**. Disponível em: www.araraquara.sp.gov.br/apresentaçãobolsacidadania. Acesso em: 12 set. 2019.

ARARAQUARA. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Araraquara: **Informações sobre os programas da Coordenadoria de Segurança Alimentar**. SMADS, 2019.

BAHIA *et al.* The costs of overweight and obesity-related diseases in the Brazilian public health system: cross-sectional study. **BMC Public Health**, v. 12, n.440, 2012.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde & Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan./jun. 2003.

BELLONI, I.; MAGALHÃES, H.; SOUSA, L. C. **Metodologia para avaliação de políticas públicas**: uma experiência em educação profissional. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 75).

BENINI, E. A. *et al.* (Org.). **Gestão pública e sociedades**: fundamentos e políticas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011. Disponível em: <http://cirandas.net/cfes-nacional/livro-gestao-publica-sociedade.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2020.

BERTOLINI, E. V. *et al.* (Org.). **Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e de Desenvolvimento Rural Sustentável** / Erick Vinicius Bertolini, José Tiago de Castro Neto. - Edição revisada e atualizada - Araraquara: CAISAN Municipal, 2019.

BITTENCOURT, J. M. V. **Políticas Públicas de Reforma Agrária e Segurança Alimentar**: Análise Comparativa dos Agricultores Familiares no Território Rural Vale do Rio Vermelho-Go. 164. Dissertação (Mestrado) - UFPA, Porto Alegre, 2007.

BORGES, F. A. **A Efetividade social do programa bolsa família na segurança alimentar das famílias rurais no município de Rio Verde (GO)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA. Lei n.11.346, de 15 de setembro de 2006. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília-DF, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA. **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, 17-20 março, 2004. Brasília: Consea, 2004.

BRASIL. **Constituição Federal**. Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://planalto.gov.br/constituicao/> Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. **Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os**

parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL. **Documento final da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição realizada no contexto da 8ª Conferência Nacional de Saúde.** Mimeo, 1986.

BRASIL. Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm

BRASIL. Ministério da Cidadania. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/dash/painel.php?d=143>. Acesso em: 04 jun.2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2015-2016.** 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento. **Normas e Manuais Técnicos.** Série A. Brasília-DF, 2006.

Brasil. Ministério da Saúde. **Relatório da VIII Conferência Nacional de Saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 1986.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Articulação SUAS e SISAN.** Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/informe/SUAS_SISAN.PDF. Acesso em: jun.2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Fonte CECAD 2.0.** Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/painel03.php>. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL . Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – 1. ed. – Brasília: 2009.**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2014). **Manual Operativo – Programa de Aquisição de Alimentos: modalidade compra com doação simultânea operação por meio de termo de adesão.** Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf>. Acesso em: 03 de mai. 2021.

BURLANDY, L. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Niterói/RJ, v. 12, n. 6, p. 1441-1451, 2007.

CAPACLE, C.; SILVA. E. **A Política Pública de Economia Criativa e Solidária do Município de Araraquara.** 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10416/1/bmt_70_politica_publica_araraquara.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

CAPELLA, A. C. N. **Administração Pública e Planejamento no Brasil**. Araraquara: UNESP, 2009. 31 slides: color.

CARDOZO, D. R. *et al.* Territórios em rede: a importância da continuidade das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. In: Congresso Internacional de Democracia Participativa, Prefeitura Municipal de Araraquara, 2019. **Anais...** Araraquara, SP. 2018.

CAVALCANTI, M. M.A. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: uma abordagem conceitual. **Interfaces de Saberes**, João Pessoa, v. 6, p. 113, 2006.

COUTO, C.G.; ARANTES R.B. Constituição, Governo e Democracia no Brasil. **RBCS**, v. 21, n. 61, junho/2006.

CUNHA, C. G. S. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. 2006. Disponível em: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper06.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2020.

CUNHA A R. *et al.* **Políticas locais de acesso alimentar: entre a regulação e as políticas compensatórias**. In: BELIK, W.; MALUF, R.S. (Orgs.) Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização. Campinas: IE/UNICAMP. 2000, p.183-208

DELGADO, G. C. *et al.* Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). IPEA - Texto para discussão nº 1145, Brasília, 2005.

DELGADO, G. C. **Pesquisa de Avaliação de Concepção e Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Relatório de Avaliação do PAA: Síntese**. CONAB – PNUD. 2013. Disponível em: < https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2021.

FERES, J. C.; VILLATORO, P. A viabilidade de se erradicar a pobreza. **Cadernos de estudos desenvolvimento social em debate**, n. 15, 2013, p. 31. Brasília: MDS, 2013.

FERREIRA, S. D. S. Secretaria Nacional de Assistência Social. **NOB-RH Anotada e Comentada** – Brasília, DF: MDS; 2011.

FILIPAK, A. **Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar em Municípios do Território da Cidadania**. Brasília, 2012. Relatório de Consultoria para FAO – Food and Agriculture Organization of the United States.

FILIPAK, A.; ALEIXO, S. S. **Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e as relações com grupos étnicos e identitários no campo: negociações e conflitos na formação de sistemas agroalimentares**. Doutorado em Ciências Sociais da UNESP; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; CNPQ, 2012.

FIRJAN. **IFDM 2018: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Ano Base 2016**. Brasil, junho de 2018. Disponível em : [IFDM | Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal: Consulta](#). Acesso em: 26 de abril de 2021.

FLORES, T.M.C. **Efetividade Social do PMAE na Escola Rural de Araraquara sob o olhar da segurança alimentar**. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional

e Meio Ambiente) - Universidade de Araraquara, Orientador: Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida.

FOLHA DA CIDADE. Araraquara. **Bolsa Cidadania**. 2019. Disponível em: <http://folhacidade.net/noticias/ver/com-esse-cartao-vamos-comprar-o-que-nossos-filhos-precisam-diz-beneficiaria-do-bolsa-cidadania>. Acesso em: fev. 2021.

FOLKE; BERKES (Orgs). **Linking Social and ecological system: institutional learning for resilience**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

FONSECA, A. Avaliação de políticas sociais: o desafio de fazer, analisar e corrigir simultaneamente. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, 2005.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION/ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO – FAO/ONU. Organização das Nações Unidas. **Agenda 2030**. Objetivos de desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em: jun. 2020.

FREY, K. **Análise de políticas públicas**: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira. 1999. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/site/arquivos/Cadernos%20PPGSP%2018.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2020.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. **Perfil dos municípios paulistas**. Território e população. 2019. Disponível em: <http://www.perfil.seade.gov.br/>. Acesso em: jan. 2021.

G1 GLOBO. **Viva Leite**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2020/11/05/araras-retoma-distribuicao-com-duas-datas-de-entregas-semanais-do-programa-viva-leite.ghtml>. Acesso em: nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). **Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das famílias beneficiadas**. Rio de Janeiro: IBASE, 2008. 273 p. Relatório Técnico (preliminar).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidade Panorama**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/araraquara/panorama>. Acesso em: 24 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua**. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estimativa da população**. 2019. Disponível em: <http://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017.html>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2011, 150 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv50063.pdf>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 137p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica.

JAIME, P. C. *et al.* **Guia alimentar para a população brasileira**. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, 2014. 156 p.

JAIME, P.C. Pandemia de COVID19: implicações para (in) segurança alimentar e nutricional. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, vol.25, no.7, Rio de Janeiro jul. 2020

JANNUZZI, P. M. Avaliação de Programas Sociais no Brasil: Programas Sociais no Brasil: Repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. **Planejamento de Políticas Públicas**, n. 36, jan-jul., 2011.

JANNUZZI, P. M. *et al.*(Orgs.). Brasil Sem Miséria: resultados, institucionalidades e desafios. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, n. 25, 2016. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2016. 296 p.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público Brasília**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr-jun. 2005.

JORNAL O IMPARCIAL. Disponível em: <https://jornaloimparcial.com.br/destaque/banco-de-alimentos-completa-12-anos/>. Acesso em: jan. 2021.

JULIÃO L.; SÁBIO, R. P.; GALESKAS, H. Marketing de hortifrútis. Como estimular o consumo do Brasileiro. **Hortifrúti Brasil**, ano 10, N. 109, p. 6-17, jan/fev de 2012. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/hfbrasil/edicoes/109/full.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2020.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: EDUFRGS, 2008.

LEÃO, M. **O direito humano à alimentação adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013, 263 p.

LUCCHESI, P. T. R. (Coord.). **Políticas públicas em Saúde Pública**. São Paulo: BIREME/OPAS/OMS, 2004. 90 p.

MALTA, D. C.; SILVA JUNIOR, J. B. O Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil e a definição das metas globais para o enfrentamento dessas doenças até 2025: uma revisão. **Epidemiol Serv Saude**, v. 22, n.1, p. 151-64, 2013.

MALUF, R, S; VALENTE, F. **Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil**. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, 1996. p. 66-88. Disponível em:

http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/Contribuicao_ao_Tema_da_Seguranca_Alimentar_no_Brasil.pdf. Acesso em: 4 abr. 2020.

MALUF, R. S.; MENEZES, F. **Caderno “Segurança Alimentar”**. Rio de Janeiro: Fórum Social Mundial, 2000. Disponível em: http://www.forumsocialmundial.org.br/download/tconferencias_Maluf_Menezes_2000_por.pdf. Acesso em: 4 abr. 2020.

MENEZES, F. **Panorama atual da segurança alimentar no Brasil**. Brasília: IBASE, 1998. Disponível em: <http://amar-bresil.pagespersoorange.fr/documents/secual/san.html>. Acesso em: 4 abr. 2020.

MENEZES, F.; JANUZZI, P. Com o aumento da extrema pobreza, Brasil retrocede dez anos em dois. **Revista Teoria e Debate**, [S. l.], ano 2018, n. 170, 7 mar. 2018. Nacional, p. sp. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2018/03/07/com-o-aumentoda-extrema-pobreza-brasil-retrocede-dez-anos-em-dois/>. Acesso em: 1 jun. 2020.

MONTEIRO, C. A. *et al.* Causas do declínio da desnutrição infantil no Brasil, 1996-2007. **Saúde Pública**, v. 43, n.1, p. 35-43, 2009.

MULLER, P; IVES, S. **A análise das Políticas Públicas**. Pelotas: Educat, 2002.

PAULILLO, L. F. O. Segurança Alimentar e Políticas Públicas: Conexões, Implicações e Regionalização. *In*: PAULILLO, L. F.; ALVES, F. (Orgs.). **Reestruturação agroindustrial: políticas públicas e segurança alimentar regional**. São Carlos: EDUFSCAR, 1º Ed. 2002.

PAULILLO, L. F.; ALMEIDA, L. M.M. C. Redes de segurança alimentar e agricultura familiar: a merenda escolar como instrumento de desenvolvimento local. **Cadernos de Debate**, Campinas, SP, v. 11, n. 1, p. 45-67, 2005.

PAULILLO, L.F. O.; ALMEIDA, L. M. M. C. Gestão de redes de políticas públicas locais de segurança alimentar: uma análise comparativa dos municípios de Campinas, Araraquara e Catanduva. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 18, n. 4, p. 853-868, 2011.

PINHEIRO, A. R. O. Reflexões sobre o processo histórico - político de construção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, UNICAMP/NEPA, v. 15, n. 2, p. 1-15, 2008.

PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: UNESP, 2013.

PINZANI, A.; REGO, W.L. **Pobreza E Cidadania**. Módulo I do curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-1/index.html>. Acesso em: dez. 2020.

PORTAL ANGELIZA BOMBARDA. 2016. Disponível em: <https://angelicabombarda.com.br/com-producao-de-14-mil-paes-por-mes-padaria-solidaria-beneficiara-32-instituicoes-de-araraquara/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

PORTAL RCIA ARARAQUARA. **Câmara Intersecretarial de SAN**. Disponível em: <https://rciararaquara.com.br/politica/araraquara-instala-camara-intersecretarial-de-seguranca-alimentar/>. Acesso em: 03 nov. 2019.

PORTAL RCIA ARARAQUARA. **O cooperativismo como Porta para o Futuro - O principal objetivo da ação é formar cooperativas tendo como público-alvo os beneficiários de programas sociais desenvolvidos pela Prefeitura, dentre eles o Bolsa Cidadania**. 2019. Disponível em: <https://rciararaquara.com.br/economia/projeto-da-prefeitura-visa-estimular-a-criacao-de-cooperativas>. Acesso 03 em: nov. 2019.

REIS, J. B. d. S. **Fragilidades e força na execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no plano municipal: casos comparados**. Araraquara: Universidade de Araraquara, 2019.

ROSSI, P.H. *et al.* **Evaluation: a systematic approach**. Thousand Oaks: Sage, 2004.

SANTOS, M. H. C. Governabilidade, Governança e Democracia: criação de capacidade governativa e relações executivo-legislativo no Brasil Pós – constituinte. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v.40, n. 3, p. 335-376, 1997.

SANTOS, S. M. C.; SANTOS, L. M. P. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995-2002 – Abordagem metodológica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p. 1029-1040, 2007.

SÃO PAULO (Estado). 2017. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SÃO PAULO (Estado). **Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional**. Secretaria da Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo. 2010. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/acoes-de-protecao-social/vivaleite/> . Acesso em: 25 fev. 2021.

SÃO PAULO (Estado). **Período de 2012 a 2015**. São Paulo: Centro de Vigilância Epidemiológica, 2016. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilanciaepidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-chronicas-nao-transmissiveis/dados/1-relatorioalimentacaoenutricaoesp2012-2015.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SECCHI, L. **Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de Problemas, Recomendação de soluções**. Cengage Learning, 2013.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; SALLES-COSTA, R. Novas possibilidades de alimentação a caminho? **Democracia Viva**, n. 39 (jun), p. 68-73, 2008.

SERAPIONI, M. Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas. Sociologia. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. XXXI, 2016, p. 59 -80.

SILVA NETO, J. M.; MELO, R. P.; PEREIRA, S. A. Resultados notáveis na administração pública: avaliação de programas utilizando mapas estratégicos e o *Balanced Scorecard*. In: 30º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2006, Salvador/BA. **Resumos...** Salvador/BA: EnANPAD, 2006. P. 23-27.

SILVA, R.D.O.P.; BUENO, C.R.F. **Projeto Viva Leite como instrumento social do Estado de São Paulo**. Espaço Aberto em 07/06/2010. Disponível em:

<https://www.milkpoint.com.br/artigos/espaco-aberto/projeto-vivaleite-como-instrumento-social-no-estado-de-sao-paulo-63331n.aspx> . Acesso em: 10 mai. 202.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. SP: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa. **Caderno CRH**, v. 39, p. 11-24, 2003.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TAKAGI, M.; BELIK, W. A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: entre a caridade e os gastos sociais. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas, SP: Alínea, 2007. p. 187-207.

TINÔCO D. S.; SOUZA L. M.; DE OLIVEIRA A. B. Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Política Pública**, v.15, n. 2, p. 305-313, jul. 2011.

TRALDI, D. R. C. **Efetividades e entraves do Programa Bolsa Família no município de Araraquara/SP: um olhar sobre a segurança alimentar dos beneficiários** – Dissertação de Mestrado, Centro Universitário de Araraquara, 2011.

VALENTE, F.L.S. **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas**. Cortez Editora, São Paulo, 2002, p. 40-43.

VALENTE, F. L. S. Fome Zero, Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada. In: **Direitos Humanos no Brasil**. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2005. 262p.

WIKIPÉDIA. **A enciclopédia livre**. Araraquara. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Araraquara>. Acesso em: jan. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE-WHO/OMS. **Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases**. World Health Organization, Technical Report Series nº 916: Geneva, 2003.

WU, X. *et al.* **Guia de Políticas Públicas: Gerenciando Processos**. Brasília: ENAP, 2014.

Anexo**Anexo A – Questionário adaptado da EBIA – Programa Municipal Bolsa Cidadania**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
Secretaria Municipal de Assistência Social
Coordenadoria de Segurança Alimentar

TREINAMENTO PARA APLICAÇÃO DA ESCALA BRASILEIRA DE
INSEGURANÇA ALIMENTAR

Instruções gerais:

1. Buscar um ambiente adequado para a aplicação do questionário (confortável para o entrevistado e para o entrevistador);
2. Ser simpático e tentar estabelecer um ambiente agradável durante a entrevista;
3. Ser objetivo e claro a se dirigir ao entrevistado;
4. Ler para o entrevistado cada quesito atentamente de forma clara e objetiva;
5. Caso o entrevistado tenha dúvidas em algum quesito, reler o quesito bem devagar;
6. Caso a dúvida continue, resumir o sentido do quesito para o entrevistado, tentando ser o mais fiel possível à redação do quesito, no intuito de evitar a mudança de sentido da mesma;
7. Alguns termos do questionário podem não ser conhecidos pelos entrevistados. O questionário possui esclarecimentos sobre esses termos. Ler de forma clara e pausada os esclarecimentos. Nunca tente explicar com suas palavras os termos, pois deve-se padronizar a abordagem no intuito de evitar mudança no sentido dos termos;
8. Não manifestar qualquer expressão diante das respostas às questões. Qualquer reação pode inibir a resposta do entrevistado e influenciar a fidedignidade do estudo;

INFORMAÇÕES COM ENTREVISTADO		
<p>Esse questionário está sendo aplicado com o objetivo de avaliar o programa “Bolsa Cidadania”. Esse programa foi criado pela prefeitura de Araraquara e se baseia na transferência mensal de renda na forma de um cartão para algumas famílias em risco social. O intuito programa é, além de combater a fome e a miséria no município, propiciar, por meio de qualificação, condições para que as pessoas possam gerar sua própria renda. As suas respostas serão usadas somente para avaliação do programa com um todo, não serão divulgadas e não terão nenhuma influência sobre seu benefício.</p>		
INFORMAÇÕES PESSOAIS E DA FAMÍLIA		
Nome da família (Escrever o sobrenome do Beneficiário):		
Nome (Nome completo do Beneficiário):		
Idade (anos):	Sexo:	
	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	
Qual sua raça/cor?		<input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Indígena
<p>Observação: Essa pergunta deve ser feita lendo as opções de resposta. Lembre-se que a resposta é autodeclarada, deve-se assinalar a opção escolhida pelo entrevistado. Caso o entrevistado relate opções não contidas na lista, deve-se reler as opções e pedir para ele escolher uma delas.</p>		
Quantas pessoas moram na sua casa? (Escrever o número indicado)		
Quantas pessoas com idade entre 0 e 10 anos moram na sua casa? (Escrever o número indicado)		
Quantas pessoas com idade entre 10 e 18 anos moram na sua casa? (Escrever o número indicado)		
Quantas pessoas com idade entre 18 e 59 anos moram na sua casa? (Escrever o número indicado)		
Quantas pessoas com idade de 60 anos ou mais anos (≥60 anos) moram na sua casa? (Escrever o número indicado)		
ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA)		
<p>ORIENTAÇÕES AO ENTREVISTADOR: ATENÇÃO ENTREVISTADOR (A) ESTE MÓDULO DEVE SER RESPONDIDO POR PESSOA ADULTA, RESPONSÁVEL OU COM CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES ALIMENTARES NO DOMICÍLIO. Em todos os quesitos, você deve se referir aos ÚLTIMOS 3 MESES para orientar a resposta do (a) entrevistado (a).</p>		
INTRODUÇÃO AO QUESTIONÁRIO:		
<p>“Agora vou ler para você algumas perguntas sobre a alimentação em sua casa. Elas podem ser parecidas umas com as outras, mas é importante que você responda a todas elas.”</p>		
1	Os moradores da sua casa tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?	Sim (<input type="checkbox"/> Não (<input type="checkbox"/> Não sabe (<input type="checkbox"/>

2	Os alimentos acabaram antes que os moradores da sua casa tivessem dinheiro para comprar mais comida?	Sim () Não () Não sabe ()
3	Os moradores da sua casa ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada? Alimentação saudável e variada é aquela composta pelo menos três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar) com o consumo de todos os grupos alimentares em quantidade adequada. Os grupos alimentares são: Cereais (arroz, pão e macarrão), e raízes (mandioca, batata, batata doce e tapioca), Frutas (banana, maçã, manga e laranja), Hortaliças (alface, rúcula, tomate, abobora e berinjela), Leite e derivados (queijo e iogurte), Carnes e Ovos, Leguminosas (feijão e ervilha), Óleos e Gorduras e Açúcares e Doces. É importante sempre variar os alimentos.	Sim () Não () Não sabe ()
4	Os moradores da sua casa comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?	Sim () Não () Não sabe ()
CASO O(A) ENTREVISTAD(A) TENHA RESPONDIDO “NÃO” OU “NÃO SABE” EM TODOS OS QUESITOS 1, 2, 3 e 4 ENCERRE O QUESTIONÁRIO. CASO CONTRÁRIO (QUALQUER UM DOS QUESITOS RESPONDIDOS AFIRMATIVAMENTE), SIGA PARA O QUESITO 5.		
PERGUNTAS REFERENTES AOS ADULTOS DA CASA		
NOS ULTIMOS 3 MESES		
5	Algum morador ADULTOS (18 anos ou mais de idade) deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim () Não () Não sabe ()
6	Algum morador ADULTOS, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim () Não () Não sabe ()
7	Algum morador ADULTO, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim () Não () Não sabe ()
8	Algum morador ADULTO, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia (café da manhã, almoço e jantar) ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim () Não () Não sabe ()

OS QUESITOS ABAIXO DEVEM SER PERGUNTADOS APENAS EM DOMICÍLIOS QUE TEM MORADORES MENORES DE 18 ANOS (CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES), SE NÃO HOUVER MENORES DE 18 ANOS ENCERRE O QUESTIONÁRIO.		
PERGUNTAS REFERENTES ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS ÚLTIMOS 3 MESES		
9	Algum morador CRIANÇA OU ADOLESCENTE, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim () Não () Não sabe ()
10	Algum morador CRIANÇA OU ADOLESCENTE, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim () Não () Não sabe ()
11	Alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador CRIANÇA OU ADOLESCENTE, porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim () Não () Não sabe ()
12	Alguma vez, algum morador CRIANÇA OU ADOLESCENTE deixou de fazer alguma refeição (café da manhã, almoço e jantar), porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim () Não () Não sabe ()
13	Alguma vez, algum morador CRIANÇA OU ADOLESCENTE, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim () Não () Não sabe ()
14	Alguma vez, algum morador CRIANÇA OU ADOLESCENTE, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim () Não () Não sabe ()

Encerre o questionário agradecendo à participação.

Reforce que as informações não serão divulgadas e que não terão nenhum impacto sobre o recebimento do benefício!

Anexo B – Roteiros das entrevistas semiestruturadas à equipe gestora local do Programa Municipal Bolsa Cidadania em Araraquara-SP

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Políticas Públicas e Desenvolvimento

O PROGRAMA MUNICIPAL BOLSA CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA/SP: UM OLHAR SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Entrevista semiestruturada

Gestor local da política de Assistência Social – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

(Nome, idade, profissão/formação, escolaridade atual)

Atribuições

Quais são as atribuições desta Secretaria com relação ao Programa Bolsa Cidadania?

Condicionalidades

Quais são as condicionalidades no campo da assistência social acompanhadas no seu município?

Como é feito esse acompanhamento?

Como o município está estruturado para ofertar os serviços de saúde e educação, especificamente aqueles que se referem às condicionalidades do Programa Bolsa Cidadania?

Quais as principais dificuldades enfrentadas no acompanhamento das condicionalidades?

Quais as principais dificuldades para os beneficiários cumprirem as condicionalidades?

Intersetorialidade

Como é a relação desta Secretaria com a equipe gestora do Programa Bolsa Cidadania?

Existem iniciativas de articulação ou ações conjuntas entre as Secretarias?

Como a Secretaria vê a relação do Programa Bolsa Cidadania com outros programas que visam combater a fome e a pobreza?

Que outras ações no campo da saúde/educação poderiam estar articuladas ao Programa Bolsa Cidadania com o objetivo de:

- Ampliar a rede de proteção social;
- Garantir a SAN das famílias;
- Abrir portas de saída.

No seu município, aconteceram iniciativas articuladas ao Programa Bolsa Cidadania que fizeram avançar na conquista de direitos para os beneficiários?

Controle social

Qual a instância de controle social que acompanha o Programa Bolsa Cidadania?

Como é a atuação da instância de controle social do Programa Bolsa Cidadania no seu município?

Comente sobre o assunto. Qual a participação das instâncias de controle social da saúde/educação no acompanhamento do programa?

Quais as questões que têm sido tratadas no âmbito desses conselhos que considera de maior relevância para o campo da SAN?

SAN

Como está a situação de SAN no seu município?

O que já está sendo feito e o que deveria ser feito para garantir a SAN dos beneficiários do Bolsa Cidadania no seu município?

Que políticas você identifica nesta área na Secretaria da qual você faz parte?

Opinião

Na sua opinião, quais são os impactos do Programa Bolsa Cidadania na assistência social?

Quais são as principais diferenças do Programa Bolsa Cidadania com relação aos programas de transferência de renda anteriores?

Na sua opinião, por que o governo municipal criou o Programa Bolsa Cidadania?

Quais são os maiores entraves para o sucesso do programa?

Qual é o maior mérito do programa?

Gestor local do Programa Municipal Bolsa Cidadania – SMADS

(Nome, idade, profissão/formação, escolaridade atual)

Gestão do programa

Qual a função do gestor no Programa Territórios em Rede?

Quais as principais atividades do gestor no Programa Territórios em Rede?

Que órgão está gerindo o Programa Territórios em Rede?

Esse órgão já fazia parte da estrutura organizacional da prefeitura?

Quais foram os critérios utilizados para definir o Programa Territórios em Rede?

Quando o Programa Territórios em Rede começou a ser implementado no município?

Recursos Humanos e Financeiros

Qual a quantidade de profissionais atuantes na gestão do Programa Territórios em Rede?

Como analisa a capacitação, qualificação, remuneração e motivação desses profissionais?

E em relação à disponibilidade, agilidade, reputação e cooperação dos profissionais?

Como é a comunicação interna entre os profissionais?

Há flexibilidade de diálogos?

Quais os recursos disponíveis atualmente para implementação e atendimento do programa?

Cadastramento

Como é feita a divulgação do programa e a comunicação com os beneficiários?

Quantas famílias, atualmente, são atendidas no município?

Como esse número foi definido? Há perspectiva de ampliação?

Qual sua opinião sobre esse número?

Quais são os critérios e como está sendo (foi) utilizado o processo de seleção, captação, cadastramento e recadastramento do no Programa Territórios em Rede?

Como avalia a atuação da prefeitura para definir quem entra no programa?

Como avalia a vulnerabilidade das famílias para o cadastro no Programa Territórios em Rede?

Existem fatores para além dos requisitos estabelecidos pela prefeitura que influenciam a seleção das famílias? Quais?

Você adota alguma estratégia específica para chegar até as famílias mais vulneráveis? Quais?

Na sua opinião, atingidas as metas de cadastramento, quais passaram a ser as principais tarefas do gestor local do Programa Territórios em Rede?

Condicionalidades

Como é realizado o acompanhamento para o cumprimento das condicionalidades?

Existe algum tipo de acompanhamento das famílias no que se refere, especificamente, às contrapartidas exigidas pelo programa (mecanismos de acompanhamento da evolução das condições da família)?

Como o município está estruturado para ofertar os serviços de saúde e educação, trabalho e renda especificamente aqueles que se referem às condicionalidades no Programa Territórios em Rede?

Quais são as dificuldades encontradas no acompanhamento das condicionalidades?

Quais as principais dificuldades para os beneficiários cumprirem as condicionalidades?

Controle social

Em que instância acontece o controle social no Programa Territórios em Rede?

Quais as competências dessa instância com relação no Programa Territórios em Rede?

Se a instância não é específica para o Programa Territórios em Rede, quais têm sido as implicações?

Intersetorialidade

Quais secretarias atuam/participam do Programa Territórios em Rede?

Como se dá o diálogo entre as secretarias envolvidas em torno do programa?

Como se dá o processo de tomada de decisão com relação à implementação do programa?

Que outros atores atuam na gestão do programa?

Na sua opinião, quais são parcerias estratégicas para otimizar o programa? Por quê?

Com relação: o à comunicação com o beneficiário; o ao credenciamento; o ao cumprimento das condicionalidades; o à articulação com outras políticas sociais; o ao controle social.

No seu município, aconteceram iniciativas articuladas com o Programa Territórios em Rede que fizeram avançar a conquista de direitos para os beneficiários?

SAN

Como está a SAN no seu município?

O que já está sendo feito, e o que deveria ser feito, para garantir a SAN dos beneficiários no Programa Territórios em Rede no seu município?

Que políticas nessa área estão sendo implementadas no seu município?

Portas de saída

Como a gestão do Programa Territórios em Rede trabalha a perspectiva do desligamento das famílias com relação ao programa?

Na sua opinião, que outras políticas sociais são estratégicas para que as famílias possam encontrar “portas de saída” (deixar de precisar) do programa?

Opinião

Na sua opinião, por que o governo municipal criou o Programa Territórios em Rede?

Quais são os maiores entraves para o sucesso do programa?

Qual é o maior mérito do programa?

Coordenador Municipal de SAN - SMADS

(Nome, idade, profissão/formação, escolaridade atual)

Atribuições

Quais são as atribuições desta coordenadoria com relação ao Programa Bolsa Cidadania?

Condicionalidades

Quais são as condicionalidades no campo da assistência social acompanhadas no seu município?

Como é feito esse acompanhamento?

Como o município está estruturado para ofertar os serviços de saúde e educação, especificamente aqueles que se referem às condicionalidades do Programa Bolsa Cidadania?

Quais as principais dificuldades enfrentadas no acompanhamento das condicionalidades?

Quais as principais dificuldades para os beneficiários cumprirem as condicionalidades?

Intersetorialidade

Como é a relação desta secretaria com a equipe gestora do Programa Bolsa Cidadania?

Existem iniciativas de articulação ou ações conjuntas entre as secretarias?

Como a secretaria vê a relação do Programa Bolsa Cidadania com outros programas que visam a combater a fome e a pobreza?

Que outras ações no campo da saúde/educação poderiam estar articuladas ao Programa Bolsa Cidadania com o objetivo de:

- Ampliar a rede de proteção social;
- Garantir a segurança alimentar das famílias;
- Abrir portas de saída.

No seu município, aconteceram iniciativas articuladas ao Programa Bolsa Cidadania que fizeram avançar a conquista de direitos para os beneficiários?

Controle social

Qual a instância de controle social que acompanha o Programa Bolsa Cidadania?

Como é a atuação da instância de controle social do Programa Bolsa Cidadania no seu município?

Comente sobre o assunto. Qual a participação das instâncias de controle social da saúde/educação no acompanhamento do programa?

Quais as questões que têm sido tratadas no âmbito desses conselhos que considera de maior relevância para o campo da segurança alimentar e nutricional?

Segurança alimentar

Como está a situação de segurança alimentar no seu município?

O que já está sendo feito e o que deveria ser feito para garantir a segurança alimentar dos beneficiários do Bolsa Cidadania no seu município?

Que políticas você identifica nesta área na secretaria da qual você faz parte?

Opinião

Na sua opinião, quais são os impactos do Programa Bolsa Cidadania na assistência social?

Quais são as principais diferenças do Programa Bolsa Cidadania com relação aos programas de transferência de renda anteriores?

Na sua opinião, por que o governo municipal criou o Programa Bolsa Cidadania?

Quais são os maiores entraves para o sucesso do programa?

Qual é o maior mérito do programa?

Coordenadora Municipal de Trabalho e Economia Solidária e Criativa - Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico

(Nome, idade, profissão/formação, escolaridade atual)

Atribuições

Quais são as suas atribuições desta coordenadoria com relação ao Programa Bolsa Cidadania?

Condicionalidades

Quais são as condicionalidades no campo da economia solidária acompanhadas no Programa Bolsa Cidadania?

Como é feito esse acompanhamento?

Como o município está estruturado para ofertar os serviços de economia solidária especificamente aqueles que se referem às condicionalidades do Programa Bolsa Cidadania?

Quais as principais dificuldades enfrentadas no acompanhamento das condicionalidades?

Quais as principais dificuldades para os beneficiários cumprirem as condicionalidades?

Intersetorialidade

Como é a relação desta coordenadoria com a equipe gestora do Programa Bolsa Cidadania?

Existem iniciativas de articulação ou ações conjuntas entre as coordenadorias de Segurança Alimentar e de economia solidária?

Como a Coordenadoria vê a relação do Programa Bolsa Cidadania com outros programas que visam a combater a fome e a pobreza?

Que outras ações no campo da economia solidária poderiam estar articuladas ao Programa Bolsa Cidadania com o objetivo de:

- Ampliar a rede de proteção social;
- Garantir a segurança alimentar das famílias;
- Abrir portas de saída.

No seu município, aconteceram iniciativas articuladas ao Programa Bolsa Cidadania que fizeram avançar a conquista de direitos para os beneficiários?

Controle social

Qual a instância de controle social que acompanha o Programa Bolsa Cidadania?

Como é a atuação da instância de controle social do Programa Bolsa Cidadania no seu município?

Comente sobre o assunto. Qual a participação das instâncias de controle social da economia solidária que realizam o acompanhamento do programa?

Quais as questões que têm sido tratadas no âmbito desses conselhos que considera de maior relevância para o campo da economia solidária?

Economia Solidária

Como está a situação de economia solidária no seu município?

O que já está sendo feito e o que deveria ser feito para garantir a economia solidária dos beneficiários do Bolsa Cidadania no seu município?

Que políticas você identifica nesta área na secretaria da qual você faz parte?

Opinião

Na sua opinião, quais são os impactos do Programa Bolsa Cidadania na economia solidária?

Quais são as principais diferenças do Programa Bolsa Cidadania com relação aos programas de transferência de renda anteriores?

Na sua opinião, por que o governo municipal criou o Programa Bolsa Cidadania?

Quais são os maiores entraves para o sucesso do programa?

Qual é o maior mérito do programa?

Técnico do Programa Municipal Bolsa Cidadania – SMADS – Gerência de Vigilância Socioassistencial e CadÚnico

(Nome, idade, profissão/formação, escolaridade atual)

Gestão do programa

Qual a sua função no Programa Bolsa Cidadania?

Quais as suas principais atividades no Programa Bolsa Cidadania?

Que órgão está gerindo o Programa Bolsa Cidadania?

Esse órgão já fazia parte da estrutura organizacional da prefeitura?

Quais foram os critérios utilizados para definir o Programa Bolsa Cidadania?

Quando o Programa Bolsa Cidadania começou a ser implementado no município?

Recursos Humanos e Financeiros

Qual a quantidade de profissionais atuantes na execução do Programa Bolsa Cidadania?

Como analisa a capacitação, qualificação, remuneração e motivação desses profissionais?

E em relação à disponibilidade, agilidade, reputação e cooperação dos profissionais?

Como é a comunicação interna entre os profissionais?

Há flexibilidade de diálogos?

Quais os recursos disponíveis atualmente para implementação e atendimento do programa?

Cadastramento

Como é feita a divulgação do programa e a comunicação com os beneficiários?

Quantas famílias, atualmente, são atendidas no município?

Como esse número foi definido? Há perspectiva de ampliação?

Qual sua opinião sobre esse número?

Quais são os critérios e como está sendo (foi) utilizado o processo de seleção, captação, cadastramento e recadastramento no Programa Bolsa Cidadania?

Como avalia a atuação da prefeitura para definir quem entra no programa?

Como avalia a vulnerabilidade das famílias para o cadastro no Programa Bolsa Cidadania?

Existem fatores para além dos requisitos estabelecidos pela prefeitura que influenciam a seleção das famílias? Quais?

Você adota alguma estratégia específica para chegar até as famílias mais vulneráveis? Quais?

Na sua opinião, atingidas as metas de cadastramento, que passaram a ser as principais tarefas do gestor local do Programa Bolsa Cidadania?

Condicionalidades

Como é realizado o acompanhamento para o cumprimento das condicionalidades?

Existe algum tipo de acompanhamento das famílias no que se refere, especificamente, às contrapartidas exigidas pelo programa (mecanismos de acompanhamento da evolução das condições da família)?

Como o município está estruturado para ofertar os serviços de saúde e educação, trabalho e renda e segurança alimentar especificamente aqueles que se referem às condicionalidades no Programa Bolsa Cidadania?

Quais são as dificuldades encontradas no acompanhamento das condicionalidades?

Quais as principais dificuldades para os beneficiários cumprirem as condicionalidades?

Controle social

Em que instância/comitê acontece o controle social no Programa Bolsa Cidadania?

Quais as competências dessa instância/comitê com relação no Programa Bolsa Cidadania?

Se a instância/comitê não é específica para o Programa Bolsa Cidadania, quais têm sido as implicações?

Intersetorialidade

Quais secretarias e coordenadorias atuam/participam do Programa Bolsa Cidadania?

Como se dá o diálogo entre as secretarias/coordenadorias envolvidas em torno do programa?

Como se dá o processo de tomada de decisão com relação à implementação do programa?

Que outros atores atuam na gestão do programa?

Na sua opinião, quais são parcerias estratégicas para otimizar o programa? Por quê?

Com relação: o à comunicação com o beneficiário; o ao credenciamento; o ao cumprimento das condicionalidades; o à articulação com outras políticas sociais; o ao controle social.

No seu município, aconteceram iniciativas articuladas com o Programa Bolsa Cidadania que fizeram avançar a conquista de direitos para os beneficiários?

Segurança alimentar

Como está a segurança alimentar no seu município?

O que já está sendo feito, e o que deveria ser feito, para garantir a segurança alimentar dos beneficiários no Programa Bolsa Cidadania no seu município?

Que políticas nessa área estão sendo implementadas no seu município?

Portas de saída

Como a gestão do Programa Bolsa Cidadania trabalha a perspectiva do desligamento das famílias com relação ao programa?

Na sua opinião, que outras políticas sociais são estratégicas para que as famílias possam encontrar “portas de saída” (deixar de precisar) do programa?

Opinião

Na sua opinião, por que o governo municipal criou o Programa Bolsa Cidadania?

Quais são os maiores entraves para o sucesso do programa?

Qual é o maior mérito do programa?

Técnico do Programa Municipal Bolsa Cidadania – Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional

(Nome, idade, profissão/formação, escolaridade atual)

Gestão do programa

Qual a sua função no Programa Bolsa Cidadania?

Quais as suas principais atividades no Programa Bolsa Cidadania?

Que órgão está gerindo o Programa Bolsa Cidadania?

Esse órgão já fazia parte da estrutura organizacional da prefeitura?

Quais foram os critérios utilizados para definir o Programa Bolsa Cidadania?

Quando o Programa Bolsa Cidadania começou a ser implementado no município?

Recursos Humanos e Financeiros

Qual a quantidade de profissionais atuantes na execução do Programa Bolsa Cidadania?

Como analisa a capacitação, qualificação, remuneração e motivação desses profissionais?

E em relação à disponibilidade, agilidade, reputação e cooperação dos profissionais?

Como é a comunicação interna entre os profissionais?

Há flexibilidade de diálogos?

Quais os recursos disponíveis atualmente para implementação e atendimento do programa?

Cadastramento

Como é feita a divulgação do programa e a comunicação com os beneficiários?

Quantas famílias, atualmente, são atendidas no município?

Como esse número foi definido? Há perspectiva de ampliação?

Qual sua opinião sobre esse número?

Quais são os critérios e como está sendo (foi) utilizado o processo de seleção, captação, cadastramento e recadastramento no Programa Bolsa Cidadania?

Como avalia a atuação da prefeitura para definir quem entra no programa?

Como avalia a vulnerabilidade das famílias para o cadastro no Programa Bolsa Cidadania?

Existem fatores para além dos requisitos estabelecidos pela prefeitura que influenciam a seleção das famílias? Quais?

Você adota alguma estratégia específica para chegar até as famílias mais vulneráveis? Quais?

Na sua opinião, atingidas as metas de cadastramento, quais passaram a ser as principais tarefas do gestor local do Programa Bolsa Cidadania?

Condicionalidades

Como é realizado o acompanhamento para o cumprimento das condicionalidades?

Existe algum tipo de acompanhamento das famílias no que se refere, especificamente, às contrapartidas exigidas pelo programa (mecanismos de acompanhamento da evolução das condições da família)?

Como o município está estruturado para ofertar os serviços de saúde e educação, trabalho e renda e segurança alimentar especificamente aqueles que se referem às condicionalidades no Programa Bolsa Cidadania?

Quais são as dificuldades encontradas no acompanhamento das condicionalidades?

Quais as principais dificuldades para os beneficiários cumprirem as condicionalidades?

Controle social

Em que instância/comitê acontece o controle social no Programa Bolsa Cidadania?

Quais as competências dessa instância/comitê com relação no Programa Bolsa Cidadania?

Se a instância/comitê não é específica para o Programa Bolsa Cidadania, quais têm sido as implicações?

Intersetorialidade

Quais secretarias e coordenadorias atuam/participam do Programa Bolsa Cidadania?

Como se dá o diálogo entre as secretarias/coordenadorias envolvidas em torno do programa?

Como se dá o processo de tomada de decisão com relação à implementação do programa?

Que outros atores atuam na gestão do programa?

Na sua opinião, quais são parcerias estratégicas para otimizar o programa? Por quê?

Com relação: o à comunicação com o beneficiário; o ao credenciamento; o ao cumprimento das condicionalidades; o à articulação com outras políticas sociais; o ao controle social.

No seu município, aconteceram iniciativas articuladas com o Programa Bolsa Cidadania que fizeram avançar a conquista de direitos para os beneficiários?

Segurança alimentar

Como está a segurança alimentar no seu município?

O que já está sendo feito, e o que deveria ser feito, para garantir a segurança alimentar dos beneficiários no Programa Bolsa Cidadania no seu município?

Que políticas nessa área estão sendo implementadas no seu município?

Portas de saída

Como a gestão do Programa Bolsa Cidadania trabalha a perspectiva do desligamento das famílias com relação ao programa?

Na sua opinião, que outras políticas sociais são estratégicas para que as famílias possam encontrar “portas de saída” (deixar de precisar) do programa?

Opinião

Na sua opinião, por que o governo municipal criou o Programa Bolsa Cidadania?

Quais são os maiores entraves para o sucesso do programa?

Qual é o maior mérito do programa?

Anexo C - Endereços, telefones e os bairros de abrangência da SMADS, Coordenadoria Executiva e Gerência de Abastecimento e SAN e dos CRAS de Araraquara/SP

SMADS

Telefone:3301-1800

E-mail: sec.assistencia@araraquara.sp.gov.br

Endereço: Rua Treze de maio, 1264, Vila Xavier

Coordenadoria Executiva de Segurança Alimentar

Endereço: Av. Padre Antonio Cesarino, 808- Vila Xavier

Horário de Atendimento: 07:00 às 15:00h

Contato: (16) 3301-6152

E-mail: coord.alimentar@araraquara.sp.gov.br

Gerência de Abastecimento e Segurança Alimentar

Telefone: (16) 3301-6176

E-mail: bancoalimentos.ara@gmail.com

CRAS “Beatriz Rama Porsani” – CRAS Cecap

Endereço: Dr. Amaury Pinto de Castro Monteiro, 957, Parque Cecap II - Cep: 14808-225

Horário de Atendimento: 08:00 às 16:00h

Contato:(016) 3331.7756

E-mail: crascecap@araraquara.sp.gov.br

Bairros Atendidos:

Conjunto Habitacional Victório De Santi I

Conjunto Habitacional Victório De Santi II

Parque Cecap I

Parque Cecap II

Jardim Altos de Cecap I

Jardim Altos de Cecap II

Parque Residencial Iguatemi
Jardim dos Industriários
Jardim Rafaela Amorosa Micelli
Jardim Regina
Jardim Santa Adélia
Jardim Santa Marta
Vila Bonilha
Jardim Maria Alice
Vila Aracoara
Distrito Industrial I, II, V e VIII.

CRAS “Ida Garcia da Cruz” – CRAS Cruzeiro do Sul

Endereço: Rua Prof. Dr. Celso Eduardo de Moraes Barbosa, 79, Jardim Iedda - Cep: 14808-556

Horário de Atendimento: 08:00 às 16:00h

Contato: (016): 3336.9982

E-mail: crascruzeirodosul@araraquara.sp.gov.br

Bairros Atendidos:

Jardim Arco-Íris
Jardim Athenas
Jardim Cruzeiro do Sul I
Jardim Cruzeiro do Sul II
Jardim Del Rey
Jardim Diamante
Jardim Esplanada
Jardim Imperial
Jardim Residencial Iedda
Jardim Residencial Silvestre
Jardim Adelino Silva
Jardim Dumont

CRAS “Amador Gallucci Júnior” – CRAS Hortênsias

Endereço: Av. Remo Frontarolli, 16, Parque das Hortênsias - Cep: 14808-518

Horário de Atendimento: 08:00 às 16:00h

Contato: (016) 3333.6723 / 3333.4512

E-mail: crashortensia@araraquara.sp.gov.br

Bairros Atendidos:

Chácara do Ouro

Condomínio Satélite

Parque das Hortênsias

Vila Nossa Senhora Aparecida

Capão do Angico

CRAS “Junia Maria De Santi Alves” – CRAS Maria Luiza

Endereço: Av. Alfeu Gonçalves Belchior, 75, Jd. Maria Luiza I - Cep: 14805-260

Horário de Atendimento: 08:00 às 16:00h

Contato: (016) 3333.5323

E-mail: crasmarialuiza@araraquara.sp.gov.br

Bairros Atendidos:

Chácara Flora Araraquara

Jardim Maria Luiza I

Jardim Maria Luiza IV

Parque Planalto

Cabeceira do Boi

Assentamento Horto de Bueno

Distrito de Bueno de Andrada

Vila Santa Marta

Rosa Martins.

CRAS “Luiz Fernando Prudenciano de Souza” – CRAS Parque São Paulo

Endereço: Av. Dr. Albert Einstein, 1144, Parque Residencial São Paulo - Cep: 14811-500

Horário de Atendimento: 08:00 às 16:00h

Contato: (016) 3332.8725 / 3339.5094

E-mail: crasparquesaopaulo@araraquara.sp.gov.br

Bairros Atendidos:

Condomínio Parque dos Sabiás

Jardim Altos de Pinheiros I

Jardim Altos de Pinheiros II

Jardim Altos de Pinheiros III

Jardim Ana Adelaide

Jardim Santa Clara

Jardim São Paulo

Parque Residencial São Paulo

Jardim Jacarandá

Residencial Alamedas I e II

Parque Residencial do Jatobá

Jardim Ipê Rosa.

CRAS “Dagmar Fedozzi Cataneu” – CRAS Selmi Dei

Endereço: Av. Luiz Ribeiro Filho, 402, Selmi Dei setor II - Cep: 14806-309

Horário de Atendimento: 08:00 às 16:00h

Contato: (016) 3324.7166

E-mail: crasselmidey@araraquara.sp.gov.br

Bairros Atendidos:

Jardim Adalberto Frederico de Oliveira Roxo I

Jardim Adalberto Frederico de Oliveira Roxo II

Jardim Roberto Selmi Dei I

Jardim Roberto Selmi Dei II

Jardim Roberto Selmi Dei III

Jardim Roberto Selmi Dei IV

Jardim Roberto Selmi Dei V

Jardim Roberto Selmi Dei VI

Vista do Horto

Jardim Veneza

Jardim São Francisco

CRAS São Rafael

Endereço: Rua Cabo PM Benedito Vieira Goes, 340, Jd. São Rafael II - Cep: 14810-822

Horário de Atendimento: 08:00 às 16:00h

Contato: (016) 3339.7757

E-mail: crassaorafael@araraquara.sp.gov.br

Bairros Atendidos:

Jardim Boa Vista I

Jardim Indaiá

Jardim Oitis

Jardim Residencial Santa Luzia

Jardim São Rafael I

Jardim São Rafael II

Jardim Serra Azul

Monte Carlo

Chácara Velosa

Distrito Industrial

CRAS “José Luiz Torquato” – CRAS Vale do Sol

Endereço: Rua. Jose Palamone Lepre, 791, Jd. Aguas do Paiol - Cep: 14804-010

Horário de Atendimento: 08:00 às 16:00h

Contato: (016) 3331.2411 / 3336.9563

E-mail: crasvaledosol@araraquara.sp.gov.br

Bairros Atendidos:

Jardim Águas do Paiol

Jardim Nova Araraquara

Jardim Residencial Élvio Lupo
Jardim Residencial Élvio Lupo II
Jardim Residencial Paraíso I
Jardim Residencial Paraíso II
Parque Igaçaba
Parque Residencial Vale do Sol
Parque Tropical
Residencial Acapulco
Jardim Estância das Rosas
Jardim São Bento e Atlanta

CRAS Vale Verde

Endereço: Av. Bercholina Alves Carvalho Conceição, 919, Parque Residencial Valle Verde -
Cep: 14806-338

Horário de Atendimento: 08:00 às 16:00h

Contato: (016) 3335.2426

E-mail: crasvalleverde@araraquara.sp.gov.br

Bairros Atendidos:

Residencial Anunciata Palmira Barbieri
Residencial Jardim Valle
Residencial Maria Helena Lepre Barbieri
Residencial Romilda Taparelli Barbieri
Residencial Valle Verde

CRAS “Benedito Ruffino de Moura” – CRAS Yolanda Opice

Endereço: Av. Dr. Waldomiro Blundi, 138, Yolanda Opice I - Cep: 14807-350

Horário de Atendimento: 08:00 às 16:00h

Contato: (016) 3322.0728

E-mail: crasyolanda@araraquara.sp.gov.br

Bairros Atendidos:

Jardim Almeida

Jardim Araraquara
Jardim das Paineiras
Jardim das Palmeiras
Jardim Eliana
Jardim Florença
Jardim Higienópolis
Jardim Mangiacapra
Jardim Martinez
Jardim Palmares
Jardim Paulista
Jardim Portugal
Jardim Residencial Água Branca
Jardim Residencial Itália
Jardim Santa Júlia I
Jardim Santa Júlia II
Jardim Santa Júlia III
Jardim Santa Rosa
Jardim Standart
Yolanda Ópice I
Yolanda Ópice II
Maria Helena
Vila Normanda
Jardim Padre Anchieta
Vila Nova
Parque Alvorada
Jardim Nova Época
Vila Renata.

Anexo D – Relação dos Decretos, Instruções, Leis, Medidas Provisórias, Portarias e Resoluções do Programa Municipal Bolsa Cidadania

Título	Descrição
Lei Federal nº 11.346 de 15 de setembro de 2006	Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências
Decreto Federal nº 6.272, DE 23 de novembro de 2007.	Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.
Decreto Federal nº 7.272 de 25 de agosto de 2010	Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.
Lei Municipal nº 9.585, de 23 de maio de 2019	Instituiu o Programa Municipal de Combate à Fome e Incentivo à Inclusão Produtiva – Bolsa Cidadania.
Decreto nº 12.066 de 02 de setembro de 2019	Regulamenta o Programa Municipal de Combate à inclusão Produtiva Bolsa Cidadania

Anexo E - Modelo de Ficha de Indicação para o Programa Municipal Bolsa Cidadania



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
 RUA TREZE DE MAIO 1264 – VILA XAVIER – CEP: 14.810-086
 Fone/Fax: (16) 3301-1800 E-mail: inclusaosocial@araraquara.sp.gov.br

PROGRAMA BÓLSA CIDADANIA

UNIDADE: _____

Nome da (o) Referente Familiar: _____

CPF: _____

Data de nascimento: ____/____/____

Naturalidade: _____

Tempo de residência em Araraquara: _____

NIS: _____

- Data da última atualização cadastral: ____/____/____

Endereço: _____

Bairro: _____

- Telefones de contato: _____

Ocupação: _____

Renda (R\$): R\$ _____

Renda per capita familiar*: R\$ _____

* OBS: - os valores provenientes do BPC, PIS, Jovem Cidadão e Araraquara Contra a Dengue, devem ser considerados no cálculo da renda per capita

Faixa de renda: () Faixa 1 () Faixa 2 () Faixa 3 () Faixa 4 () Faixa 5 () Faixa 6

FAMÍLIAS BENEFICIÁRIA DE OUTROS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: () SIM () NÃO

Bolsa Família	R\$	PM/MS	-
Renda Cidadã	R\$	PIS	R\$
Ação Jovem	R\$	Aluguel Social	-
BPC – () idoso	R\$	Viva Leite	-
BPC – () PCD	R\$	Leite de Soja	-
Jovem Cidadão	R\$	Outros**:	R\$

** Por exemplo: Agentes apoiadores do Programa Araraquara Contra a Dengue



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
 RUA TREZE DE MAIO, 1264 – VILA XAVIER – CEP: 14.810-086
 Fone/Fax: (16) 3301-1800 E-mail: inclusaosocial@araraquara.sp.gov.br

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS:

Pontuação total atribuída: _____ pontos

ITEM	Vulnerabilidades e riscos identificados	Qtdd	Pontos
I.a	Nº de Adultos em situação de desemprego * Pontuação: 02 pontos por mês desempregado (Últ. Ano)		
I.b	Nº de Adultos em situação de ausência de qualificação profissional Pontuação: 02 pontos por adulto		
II.a	Nº de Crianças até 11 anos Pontuação: 05 pontos por filho		
II.b	Nº de Adolescentes de 12 a 14 anos Pontuação: 05 pontos por filho		
II.c	Nº de Adolescentes de 15 até 18 anos Pontuação: 05 pontos por filho		
III.a	Nº Pessoa com idade de 60 a 64 anos Pontuação: 05 pontos cada		
III.b	Nº Pessoa com idade de 65 anos ou mais Pontuação: 02 pontos cada		
IV.a	Pessoa com deficiência – incapacitada para a vida independente e para o trabalho Pontuação: 05 pontos cada		
IV.b	Nº de Pessoas incapacitadas para o trabalho, conforme relatório técnico anexo Pontuação: 05 pontos cada		

* Não-beneficiário de seguro-desemprego ou da previdência social

ITEM	Vulnerabilidades e riscos identificados	Assinale	Pontos
V	Mulher vítima de violência doméstica Pontuação: 20 pontos		
VI	Família chefiada por mulher Pontuação: 30 pontos		
VII	Adolescente em situação de vulnerabilidade e/ou risco social Pontuação: 10 pontos		
VIII	Atirador do tiro de guerra em situação de vulnerabilidade e/ou risco social Pontuação: não atribuída		
IX	Família com membro em situação de privação de liberdade ** Pontuação: 20 pontos		
X	Pessoa em situação de rua/em atendimento em serviço de acolhimento específico Pontuação: 20 pontos		
XI	Pessoa egressa do sistema penitenciário ou cumprindo medida socioeducativa Pontuação: 20 pontos		
XII	Família residente em área de risco Pontuação: não atribuída		

** Sem direito ao benefício de auxílio reclusão

Anexo F - Autorização da SMADS de Araraquara/SP

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RUA TREZE DE MAIO, 1264 – VILA XAVIER – CEP: 14.810-086
Fone/Fax: (16) 3301-1800 E-mail: inclusaosocial@araraquara.sp.gov.br

AUTORIZAÇÃO

Eu, Jacqueline Pereira Barbosa, portadora do RG: 29.672-3, CPF: 293.168.368-08, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, autorizo o Sr. Paulo Albano Filho a realizar as entrevistas e questionários juntamente aos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) a fim de coletar dados para sua pesquisa acadêmica.


JACQUELINE PEREIRA BARBOSA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Anexo G – Modelo do Termo de Consentimento livre e esclarecido



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
 Rua Voluntários da Pátria, 1309 Bloco C, Centro – Araraquara SP – CEP: 14801-320 – Telefone: (16) 3301.7263
www.uniara.com.br/comite-de-etica

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto de pesquisa: "A Política de Segurança Alimentar e Nutricional no município de Araraquara – S.P: Desafios e perspectivas do Programa Municipal Bolsa Cidadania"

Pesquisador Responsável: Paulo Albano Filho

Nome do participante:

Data de nascimento:

Você está sendo convidado (a) para ser participante do Projeto de pesquisa intitulado "A Política de Segurança Alimentar e Nutricional no município de Araraquara – S.P: Desafios e perspectivas do Programa Municipal Bolsa Cidadania" de responsabilidade do (a) pesquisador (a) Paulo Albano Filho

Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações que estão neste Termo e aceite fazer parte do estudo, peço que assine ao final deste documento, em duas vias, sendo uma via sua e a outra do pesquisador responsável pela pesquisa. Saiba que você tem total direito de não querer participar.

1. O trabalho tem por objetivo analisar a importância e a trajetória da construção histórica da agenda pública para a SAN em Araraquara, bem como a efetividade social do Programa Municipal Bolsa Cidadania, como uma política de governo local para a SAN e os potenciais entraves institucionais e organizacionais do Programa, especificamente os efeitos e as necessidades da construção de sua agenda política e as nuances de sua implantação, utilizando como ferramenta a abordagem sequencial/cíclica de políticas públicas (*policy cycle*), tendo como recorte analítico elementos relacionados à SAN e à reconstrução dessa agenda frente a pandemia da COVID-19.
2. Minha participação nesta pesquisa consistirá em entrevista presencial gravada e/ou via preenchimento de questionário encaminhado por e-mail com as devidas orientações. A entrevista consta com 1 bloco de questões perfazendo cerca de 23 perguntas a respeito da gestão e aplicação do programa no município. O pesquisador anotará todas as respostas, havendo a possibilidade de registro de áudio e transcrição pelo mesmo.
3. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer mínimas situações constrangedoras, como vergonha durante a entrevista, nervosismo durante as respostas e neste caso, o pesquisador oferecerá orientações adequadas e eu poderei desistir da participação da pesquisa. A pesquisa não me acarretará nenhum tipo de dano, como danos físicos e materiais.
4. Ao participar desse trabalho estarei contribuindo indiretamente no fortalecimento do Programa Municipal Bolsa Cidadania, enquanto política de governo local, desempenha importante papel como elemento integrante da trajetória de construção histórica da agenda pública de SAN, conjuntamente com a rede de programas de SAN existentes no município, promovendo uma efetividade concreta aos seus beneficiários, tanto no âmbito social quanto no econômico, demonstrando a importância da inserção do programa na evolução das políticas públicas de SAN no município de Araraquara-S.P.
5. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderão retirar sua concordância na continuidade da pesquisa a qualquer momento.

Rubrica do pesquisador: _____ Rubrica do participante: _____

Página 1 de 2



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 Bloco C, Centro – Araraquara SP – CEP: 14801-320 – Telefone: (16) 3301.7263
www.uniara.com.br/comite-de-etica

6. Fui informado que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar aos voluntários pela participação, no entanto, caso haja qualquer despesa decorrente desta participação haverá o seu ressarcimento pelo pesquisador.
7. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da participação no estudo, poderei ser compensado, segundo as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002) e das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.
8. Autorizo a utilização do meu nome na escrita da pesquisa referendando as informações dadas por mim durante a entrevista, mas o mesmo, caso eu necessite será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da sua participação.
9. Fui informado que os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.
10. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Paulo Albano Filho, pesquisador (a) responsável pela pesquisa, telefone: (16) 981211204, e-mail: palbanofilho@gmail.com, com os pesquisadores Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida, manael77@yahoo.com.br, e/ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Uniara, localizado na Rua Voluntários da Pátria nº 1309 - bloco C, no Centro da cidade de Araraquara-SP, telefone: (16) 3301.7263, e-mail: comitedeetica@uniara.com.br, atendimento de segunda a sexta-feira das 08h00min. - 13h00min. - 14h00min - 17h00min, e/ou com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP, telefone (61) 3315.5877, e-mail: conep@saude.gov.br.

Eu, _____, RG nº _____ declaro ter sido informado e concordo em ser participante do Projeto de pesquisa acima descrito.

Cidade, ___ de _____ de 20__.

Assinatura do participante

Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento